

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

30/07/2020 15:40

Iniciativas do fisco estimulam consumidor baiano a exigir a nota

Com a chegada do aplicativo Preço da Hora Bahia, lançado em abril e baixado por mais de 260 mil usuários em três meses, o fisco baiano ampliou o alcance das políticas voltadas para estimular os consumidores a exigir a nota fiscal no momento da compra, que também incluem a campanha Nota Premiada Bahia, cujos sorteios mensais de R\$ 1 milhão em prêmios acabam de ser retomados, e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, por meio do qual o governo já repassou, desde 2018, R\$ 31,8 milhões às mais de 500 instituições com cadastro ativo.

O Preço da Hora Bahia permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado. É possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA). Torna-se mais importante do que nunca, assim, solicitar a nota fiscal em todas as compras.

"Com o Preço da Hora Bahia, cada usuário economiza, e todos ganham", enfatiza o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Ele explica que o desafio das três iniciativas complementares é engajar os cidadãos para atuarem como parceiros do Estado na promoção da cidadania fiscal, exigindo sempre a emissão da nota fiscal pelas empresas.

Economia nas mãos

Recebido com entusiasmo pelos usuários, que vêm baixando rapidamente o app disponível para Android e iOS, o Preço da Hora Bahia é recomendado por quem atua diariamente na defesa dos direitos do consumidor: o Procon-BA. Para o órgão, é importante não apenas utilizar o aplicativo, que constitui um poderoso instrumento de economia nas mãos dos usuários, mas também solicitar sempre a nota fiscal, de forma a manter atualizado o sistema que pesquisa os preços a partir das informações armazenadas pela Secretaria da Fazenda.

O app tem um caráter colaborativo muito importante, enfatiza o superintendente do Procon-Ba, Filipe Vieira. "A ferramenta utiliza a fonte de dados mais segura e confiável que existe que é a nota fiscal eletrônica", afirma. "O consumidor deve pedir sempre a nota fiscal, tanto para ter a garantia do produto adquirido, como também para alimentar o sistema, que ele vai poder usar de novo, atualizado a cada nova compra. Quem utilizar o Preço da Hora Bahia certamente vai fazer uma boa compra".

Sorte e solidariedade

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade também se baseiam na exigência da nota fiscal pelo consumidor e estão interligadas desde o lançamento da campanha de premiações, em 2018. Quem se inscreve no [site da Nota Premiada](#) concorre a 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, e deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Os prêmios estão de volta após interrupção temporária devido à suspensão em março, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior.

O programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, por sua vez, acaba de repassar R\$ 3 milhões a 534 entidades filantrópicas de todo o estado, correspondente ao primeiro quadrimestre de 2020. Este valor é transferido a cada quatro meses às entidades com cadastro ativo, ou seja, em dia com o INSS e o FGTS, e a distribuição ocorre de acordo com o total de notas eletrônicas amalhadas por cada instituição: R\$ 1,5 milhão destinam-se a distribuição entre as entidades da área social, e R\$ 1,5 milhão entre as da área de saúde.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)

Veículo: Rádio Metrópole FM	
Data: 30/07/2020	Programa: Metrópole Serviços
Assunto: <u>Entrevista com Félix Mascarenhas, superintendente da Sefaz.</u> Assuntos: atendimento aos contribuintes pelo site da Sefaz, Nota Premiada Bahia, Preço da Hora Bahia, IPVA, entre outros.	

Data: 30/07/2020

Hora: 15:04:13

Duração: 46:19

Emissora: RÁDIO METRÓPOLE FM

Programa: METRÓPOLE SERVIÇOS

Apresentador(a): CRISTINA MASCARENHAS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Entrevista com Félix Mascarenhas, superintendente da Sefaz.** Assuntos: atendimento aos contribuintes pelo site da Sefaz, Nota Premiada Bahia, Preço da Hora Bahia, IPVA, entre outros.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 31/07/2020	Página:

Correio*

Anunciada convocação de aprovados para a Polícia Civil

CONCURSO O governador Rui Costa anunciou ontem a convocação de aprovados no concurso para a Polícia Civil da Bahia. A lista de convocados para nomeação sairá na próxima terça-feira (4), no Diário Oficial do Estado (DOE). Ao todo, serão chamados 163 investigadores, nove escrivães e 10 delegados, totalizando 182 profissionais.

“Infelizmente, a arrecadação do Estado despencou esse ano. Estamos tendo que

reorganizar todas as finanças. Mas, em função das aposentadorias recentes, vamos repor esse quantitativo. Assim, vamos chamar 182 aprovados para a Polícia Civil”, afirmou o governador, nas redes sociais.

O concurso para a Polícia Civil foi lançado em 2018 e teve mais de 48 mil candidatos inscritos. Com sete etapas eliminatórias, o certame teve 35.036 candidatos ao cargo de investigador, 2.436

candidatos ao cargo de escrivão e 10.678 para o cargo de delegado.

Os candidatos realizaram provas objetivas e discursiva, exames biomédicos, teste de aptidão física, exame psicotécnico, prova de títulos e investigação social.

O concurso foi organizado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Júlio de Mesquita Filho (Fundação Vunesp), contratada pela Secretaria da Administração (Saeb).

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Concurso

30/07/2020 19:00

Rui anuncia convocação de aprovados no concurso da Polícia Civil

O governador Rui Costa anunciou na noite desta quinta-feira (30), durante o #PapoCorreria, a convocação de aprovados no concurso para a Polícia Civil da Bahia. A Secretaria da Administração (Saeb) publica na próxima terça-feira (4), no Diário Oficial do Estado (DOE), a lista de convocados para nomeação. Serão chamados 163 investigadores, nove escrivães e 10 delegados, totalizando 182 profissionais.

"Infelizmente, a arrecadação do Estado despencou esse ano. Estamos tendo que reorganizar todas as finanças. Não está sendo fácil. Mas, em função das aposentadorias recentes, vamos repor esse quantitativo. Assim, vamos chamar 182 aprovados para a Polícia Civil", afirmou Rui.

Com mais de 48 mil candidatos inscritos, o concurso para a Polícia Civil foi lançado em 2018 e teve sete etapas eliminatórias. Dentre os inscritos, 35.036 mil foram para o cargo de investigador, 2.436 pretendentes ao cargo de escrivão e 10.678 postulantes a delegado.

Os candidatos passaram por provas objetivas e discursiva, exames biomédicos, teste de aptidão física, exame psicotécnico, prova de títulos e investigação social. O concurso foi organizado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Júlio de Mesquita Filho (Fundação Vunep), contratada pela Saeb.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/07/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 31 de Julho de 2020 - 10:00

TCE dá mais 5 dias para defesa de Rui em processo de prestação de contas

por Bruno Luiz

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) deu mais 5 dias para manifestação do governador Rui Costa no âmbito do parecer prévio do corpo técnico do órgão que a sugere a aprovação com ressalvas das contas de 2019 do Executivo estadual.

Relator do processo, o conselheiro Inaldo Araújo atendeu pedido da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para prorrogação do prazo, inicialmente de 10 dias, como mostrou reportagem do Bahia Notícias nesta sexta-feira (31) (veja [aqui](#)). Ao conceder mais tempo, o conselheiro justificou o "momento atípico de pandemia", conforme decisão juntada aos autos do caso.

No documento, o relator destacou ainda que os pontos levantados pelos auditores do TCE são "recorrentes" em relação a processos de prestação de contas do governador analisados pela Corte em anos anteriores.

PRAZO INCOMUM

O período anterior, de dez dias para apresentação de defesa, dado em sessão plenária no último dia 23, já não é comum nesta fase de análise da prestação de contas.

Segundo a Resolução nº 164/2015, que cria normas para emissão de relatório e parecer prévio das contas do Executivo no TCE, durante a apreciação do processo pelo plenário, "quando houver opinativo pela aprovação com ressalvas ou desaprovação das contas de governo, poderá ser deliberada, preliminarmente, a notificação do Chefe do Poder Executivo, bem como de outros responsáveis pela gestão pública". Pela regra, portanto, a notificação aconteceria ao fim do processo.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/07/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 31 de Julho de 2020 - 00:00

Conselheira do CNJ acata pedido do Estado da Bahia para reajustar valores de precatórios

por Cláudia Cardozo

A conselheira Maria Tereza Uille, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acatou o pedido do Estado da Bahia para readequar o Plano Anual de Pagamentos de Precatórios, submetido ao Regime Especial de Pagamentos, no valor de R\$ 755,7 milhões, com pagamento mensal de R\$ 62,9 milhões. Os efeitos da decisão estão sobrestados até a homologação pelo Plenário do CNJ. O pedido de readequação foi feito diante da crise financeira provocada pela pandemia do coronavírus ([saiba mais aqui](#)).

Segundo a conselheira, o valor mensal de R\$ 62,9 milhões observa o mínimo homologado pelo CNJ. O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) se manifestou favorável ao ajuste solicitado pelo Estado. Anteriormente, o Estado da Bahia havia se comprometido a disponibilizar R\$ 864 milhões para pagar os precatórios, com pagamento mínimo de R\$ 755,7 milhões. O valor seria suportado com recursos próprios e provenientes de depósitos judiciais. Devido à crise, o Estado pediu a readequação por não poder mais sustentar o acordo.

A conselheira asseverou que o Estado não informou o "real impacto em suas contas, da crise financeira afirmada", mas afirmou que "não há dúvidas acerca da repercussão negativa nos cofres públicos". Maria Tereza Uille pontuou que a Resolução 303/2019, do CNJ, permite a variação dos valores, desde que seja assegurado a disponibilização do importe total no período. Por fim, acrescentou que a readequação não viola o artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, "que busca garantir o pagamento, até 31 de dezembro de 2024, de todos os precatórios vencidos e que vencerem no período, dos Entes Devedores submetidos ao Regime Especial de Pagamento, como o Estado da Bahia, assegurando a efetividade das decisões judiciais e o direito dos credores".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/07/20	



BAHIA E SALVADOR SÃO CLASSIFICADOS COMO ÓTIMOS EM RANKING DE TRANSPARÊNCIA DE CONTRATOS NA COVID-19



admin 31 Julho, 2020

Segundo ranking da Transparência Internacional que analisa os contratos emergenciais feitos durante a pandemia de Covid-19, nas capitais e estados a Bahia ocupa a décima nona posição com nova 82,28, considerada ótima e Salvador ocupa a décima quinta posição com nota 89,87, considerada ótima. O governo federal pela primeira vez foi avaliado e registrou 49,3 pontos de 100 possíveis. A nota é considerada regular. Só ficou acima de Roraima, com 40,51 pontos.

Segundo a ONG, o motivo do mau desempenho é a falta de detalhamento das contratações emergenciais e o fato de os dados estarem espalhados por vários portais diferentes. A Transparência Internacional avaliou que o principal portal de informações sobre coronavírus do governo federal mostra poucos detalhes sobre as contratações e não tem os dados em formato aberto, o que é considerado importante para a transparência porque permite o cruzamento com outras informações.

De acordo com o estudo, portais de alguns órgãos federais seguem os padrões recomendados, mas só têm informações sobre suas respectivas contratações e não do governo como um todo. “Outros sites trazem apenas números agregados que, embora possam ser úteis para fins estatísticos e de pesquisa, não facilitam o acompanhamento de contratações individuais pelas organizações da sociedade civil, jornalistas e órgãos de controle. São exemplos disso o Painel de Compras COVID-19 do Portal de Compras do governo federal e o Painel Contratações Relacionadas à COVID-19 da Controladoria-Geral da União (CGU)”, afirma a análise.

O resultado federal contrasta com o dos governos estaduais e prefeituras, que melhoraram a nota em relação ao primeiro e ao segundo levantamento. A nota média dos estados aumentou de 59,5 pontos no primeiro levantamento, há dois meses, para 85,7 nesta edição. Entre as

capitais, a média foi de 45,8 para 85,2 no mesmo período. Entre os governos estaduais, Ceará, Espírito Santo e Rondônia atingiram a nota máxima.

A Transparência Internacional analisou os sites, redes sociais e portais de transparência dos governos de todos os 26 estados e do Distrito Federal e de todas as 27 capitais. Os critérios de avaliação do ranking se basearam no guia de Recomendações para Transparência de Contratações Emergenciais em Resposta à Covid-19. O manual foi lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Conta da União (TCU).

Foto: divulgação

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 31/07/2020	Página: A2

Acesso a crédito anima empresários

Ao participar de videoconferência organizada pelo Sebrae Bahia, o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif, abordou a questão do acesso a crédito para as micro e pequenas empresas (Leia mais no Editorial da página A3).

Ex-presidente do Sebrae Nacional, Afif apontou como um dos grandes entraves para os donos de pequenos negócios a obtenção de garantias para seus empreendimentos, os maiores geradores de emprego.

Afif chamou a atenção para o fato de o Congresso ter incluído micro e pequenas empresas no texto da medida provisória aprovada para acesso ao crédito, quando, inicialmente, estava previsto o direcionamento apenas para microempresas, aquelas que faturam até R\$ 360 mil por ano.

– Já aprovamos mais estes R\$ 12 bilhões e outras medidas também já estão sendo adotadas para atender à demanda por crédito – disse.

Entre estas medidas estão mais R\$ 5 bilhões concedidos a microempreendedores e afins, a partir de um acordo entre governo e Congresso.

O presidente do conselho deliberativo estadual do Sebrae Bahia e da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade, por sua vez, res-

salvou que “o dinheiro não está chegando e os empresários precisam manter seus negócios para sobreviver”.

O superintendente do Sebrae Bahia, Jorge Khoury, reiterou que o crédito, no contexto da pandemia, representa mais um aspecto de segurança para os empresários levarem à frente seus negócios.

– É preciso ajustar o caminho para que esse recurso chegue a quem precisa – disse.

Já o presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, enfatizou o papel das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda: “A produtividade traz prosperidade”.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 31/07/2020	Página: A3

O “novo normal” na prestação de serviços públicos na Bahia

Edelvino Góes

Secretário estadual da Administração

A pandemia do novo coronavírus estabeleceu novos conceitos nas relações de trabalho, de consumo e nas interações sociais. Na Bahia, o governo já tinha tirado do papel quatro grandes projetos estruturantes e que já estavam num grau de maturidade suficiente para manter a máquina adaptada às novas exigências de isolamento social e redução da mobilidade.

O governo atua fortemente em uma agenda de transformação digital – o que permite com sucesso a adoção de ações para garantir a prestação de serviços ao cidadão. Uma gestão pública para trazer resultados passa por uma visão estratégica. E foi isso que a Bahia fez, adotando escolhas adequadas de prioridades que hoje se mostram bastante acertadas.

O lançamento do SAC Digital, em junho de 2018, preparou o Estado para o que estava

por vir. Desde o início das medidas de isolamento, a demanda por serviços públicos digitais mais que triplicou na Bahia. Reflexo disso é o número de novos cadastros na plataforma este ano: saltou de 59 mil, em março, para 198 mil, em junho.

Referência na administração pública nacional, o SAC Digital conta hoje com 394 serviços públicos, incluindo agendamento on-line para atendimento presencial nos postos da Rede SAC, e já representa uma economia de R\$ 20 milhões para os cofres públicos.

O Sistema Eletrônico de Informação (SEI-Bahia), adotado em novembro de 2017, é outra inovação que tem garantido o pleno funcionamento da máquina. Processos administrativos são instaurados e tramitados eletronicamente pelo software, cujo acesso se dá até por dispositivos móveis, pondo fim à necessidade de deslocamento até a repartição. O SEI contabiliza hoje 1,5 milhão de processos movimentados, além da economia de R\$ 49 mi com redução de papel, impressão e transporte.

Outra inovação da gestão atual é o RH

Bahia, sistema de recursos humanos que automatizou os atos e processos de RH do Estado. Lançada em janeiro do ano passado, a ferramenta obteve, no primeiro semestre deste ano, 125.080 atos - nomeações, concessões de licença, promoções e outros. Este volume é 57% maior que o registrado no mesmo período do ano passado.

Também se destaca a plataforma de comunicação e governança colaborativa. Adquirido em 2015, o Microsoft Teams inclui recursos como e-mails institucionais, chats, aplicativos para videoconferência, transferência e arquivamento de dados. Um dado interessante é que a quantidade de reuniões virtuais na ferramenta saiu de 40 para 20 mil em quatro meses, possibilitando também a realização de licitações.

As soluções tecnológicas adotadas pelo Governo se destacam por permitir à administração pública viabilizar o acesso do cidadão a serviços. Neste contexto do novo normal, garantem eficiência, economia de recursos, ganho de produtividade e, principalmente, aprimoramento da qualidade dos serviços públicos.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

KELLY OLIVEIRA
Agência Brasil, Brasília

As contas públicas fecharam o mês de junho com saldo negativo de R\$ 194,7 bilhões, informou ontem, em Brasília, o Tesouro Nacional. O recorde no déficit primário, despesas maiores que as receitas, sem considerar no cálculo os gastos com juros, do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) é explicado pelos efeitos da pandemia de Covid-19 na economia. Em junho de 2019, o déficit primário ficou em R\$ 11,8 bilhões.

"Assim como no mês anterior, o déficit de junho é explicado, principalmente, pela redução significativa na arrecadação, combinada com o aumento nas despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da Covid-19, bem como da antecipação do pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social e pagamento acumulado dos precatórios", diz o relatório do Tesouro.

No mês passado, em termos reais (descontada a inflação), a receita líquida apresentou queda de R\$ 29,3 bilhões (-31%), enquanto a despesa total aumentou R\$ 153,4 bilhões (+144%), quando comparados a junho de 2019. O adiamento no pagamento de impostos contribuiu para reduzir as receitas em R\$ 20,4 bilhões. Também contribuiu para reduzir as receitas a retração na atividade econômica.

No caso das despesas, o resultado foi influenciado principalmente pelas medidas de combate à crise gerada pela pandemia de Covid-19 que somaram R\$ 96,8 bilhões no mês de junho.

"Destaque para o auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social (R\$ 44,7 bilhões), as despesas adicionais do Mi-

COVID-19 Resultado é explicado, principalmente, pela redução significativa na arrecadação, aliada ao aumento das despesas do Executivo no combate à crise

CONTAS PÚBLICAS FECHAM JUNHO COM DÉFICIT RECORDE DE R\$ 194 BILHÕES



Gerardo Magalhães / Agência Senado

Números são de relatório do Ministério da Economia

Pagamento do 13º salário a aposentados e de precatórios estão entre os desembolsos

nistério da Saúde e demais ministérios (R\$ 19,9 bilhões), o auxílio emergencial aos estados, municípios e DF (R\$ 19,7 bilhões), e o Benefício Especial de Manutenção do Emprego e Renda (R\$ 7,1 bilhões)", diz o relatório.

Além disso, acrescenta o Tesouro, houve "elevação

pronunciada" no pagamento de benefícios previdenciários, que cresceu 57,8% em termos reais (R\$ 28,2 bilhões) devido à antecipação do pagamento de décimo terceiro de aposentadorias e pensões e no pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

No primeiro semestre, o

déficit primário chegou a R\$ R\$ 417,2 bilhões, contra R\$ 29,3 bilhões em igual período de 2019. Nesse período, a receita líquida apresentou queda de R\$ 116,5 bilhões (-18,1%) e a despesa total cresceu R\$ 271,1 bilhões (+40,3%), quando comparados ao mesmo período de 2019.

Para esse período, o adiamento de pagamento de tributos estimado é de R\$ 81,3 bilhões, enquanto a diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos empréstimos totalizou R\$ 6,3 bilhões. Do lado da despesa, até junho de 2020, os gastos realizados das medidas de combate à crise totalizaram R\$ 210,6 bilhões.

Políticas sociais

"É importante destacar que os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19 são temporários, com execução concentrada no exercício de 2020. Adicionalmente, como a maior parte desses programas envolve ações de transferência de renda, não se espera que a sua execução gere valores elevados de restos a pagar para o exercício seguinte, como seria esperado no caso de programas de subsídios e/ou de investimento público", destaca.

No relatório, o Tesouro disse ainda que há "um debate promissor sobre o redesenho de políticas sociais para avaliar quais programas têm bons resultados e são efetivos para o cumprimento dos seus objetivos".

Para o Tesouro Nacional, aumentar a qualidade do gasto preserva o controle das contas públicas, mantém os juros baixos e não gera necessidade de elevar a carga tributária.

"A título de exemplo, enquanto o programa Bolsa Família concentra suas transferências no segmento dos 20% mais pobres da população, o programa abono salarial transfere seus recursos de forma mais uniforme para todos os níveis de renda, até mesmo para os 20% mais ricos da população", disse no relatório.

"Esses exemplos ilustram como se pode aumentar a eficácia e efetividade do gasto social por meio da melhor focalização", informou.

Prejuízos chegam a R\$ 7,3 bilhões



DA REDAÇÃO

Com a pandemia do novo coronavírus, estados e municípios brasileiros estão passando por um momento de crise e prejuízo financeiro. Segundo o especialista em finanças públicas Antônio Ribeiro, em entrevista na manhã de ontem ao programa o 'Isso é Bahia', da rádio A TARDE FM, entre março e maio os entes federativos somaram prejuízo de R\$ 7,3 bilhões, e a estimativa é que

este valor chegue a R\$ 73 bilhões até o final do ano.

Ainda segundo o especialista, a Bahia é o quarto estado com maior prejuízo causado pelo novo coronavírus. O estado teve, entre março e maio, prejuízo registrado de R\$ 790 milhões, ficando atrás apenas do Distrito Federal, Pernambuco e do Paraná.

"Estados e municípios não estavam preparados para a Covid-19. O que tivemos foram alguns melhores, com as finanças mais organizadas e este é o ponto fundamental. Reagiram bem, pelo menos ao atendimento do recurso financeiro, os entes federativos que tinham suas

contas arrumadas", explicou Ribeiro.

Água e saneamento

Contudo, ele também destaca que o prejuízo financeiro não é o único.

"Temos problemas de água e saneamento que são muito complicados no Brasil", disse o especialista, que é doutor em sociologia econômica e mestre em administração de empresas.

"É preciso primeiro entender que os efeitos desta crise ocorrem nos setores mais diversos da sociedade. São efeitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Isso quer dizer que a crise da Covid-19 apresenta desafios

em diversas dimensões. A questão sanitária é a mais visível, mais ativa, mas não é só isso", disse.

Ao final da entrevista, Ribeiro comentou sobre algumas lições e prioridades deixadas na humanidade com a pandemia do coronavírus. "Não temos que ficar discutindo entre economia e salvar vidas. A prioridade é salvar vidas sempre. Não se deve priorizar a economia neste momento. As prioridades também devem ser voltadas para medidas mais urgentes do momento e para as visões do futuro. O que fazer pós-pandemia é algo que precisamos pensar agora", afirmou.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

FIOL AVANÇA

17

bilhões é a expectativa de investimentos no setor ferroviário

Enquanto aguarda o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para licitar o primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) - entre Ilhéus e Caetitê -, o Ministério da Infraestrutura comemora uma decisão do tribunal que deve acelerar as obras do segundo trecho - de Caetitê até Barreiras. O governo federal recebeu a autorização para usar diretamente os recursos da renovação antecipada das concessões em investimentos ferroviários. Em resumo, a grana não vai precisar ir para os cofres do Tesouro antes de ser usada, o que vai acelerar bastante os processos. A estimativa do ministério é que a decisão viabilize investimentos de pelo menos R\$ 17 bilhões. Os planos do governo são de usar parte do valor de outorga que será pago pela Vale para comprar os trilhos do segundo trecho da Fiol.

É O PRIMEIRO TRECHO?

O governo federal segue animado com as perspectivas de licitar a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) ainda este ano. O último obstáculo continua sendo o TCU. Recentemente, os técnicos de lá solicitaram a sétima diligência relacionada ao processo, que ainda nem chegou às mãos do ministro relator, o baiano Aroldo Cedraz. A ideia do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, é licitar o primeiro trecho entre Ilhéus e Caetitê ainda este ano. O OK para o uso dos recursos em investimentos diretamente foi interpretado como uma simpatia à política de investimentos ferroviários do governo.

SEGUINDO O EXEMPLO

Enquanto isso, a ideia da Bamin de utilizar a malha férrea da FCA e o terminal portuário do estaleiro Enseada, em Maragogipe, para escoar uma produção em pequena escala do minério de ferro de Caetitê chamou a atenção de outras mineradoras. Uma delas, a Oakmont Mineração, que também tem um projeto de mineração no Sudoeste, está cogitando seguir os trilhos, literalmente, da Bamin. A empresa é controlada pelo Fundo Brasil Iron, que há aproximadamente dois anos anunciou o plano de investir US\$ 200 milhões na Bahia. Com o ferro na casa dos US\$ 100 por tonelada, a operação é interessante, porém a solução definitiva é a Fiol.

NO HORIZONTE

- **Novo investimento.** A empresa baiana *Morais de Castro*, uma das principais distribuidoras de produtos químicos do país, celebra agora em julho 60 anos com apetite para investir. A empresa duplicou a capacidade de armazenagem e melhorou a estrutura logística da sua unidade em Pernambuco, além de ter construído dois novos laboratórios.
- **Novo formato.** O *Salvador Shopping* realiza a primeira promoção de sua plataforma de vendas online. A promessa é de até 60% de descontos e frete grátis para quem comprar por lá. Outro benefício é que as compras podem ser realizadas em diversas lojas com pagamento único.
- **Novo negócio.** A recém-lançada *Granno Pizzeria* já está chegando ao mercado adaptada ao novo normal. Com investimento de R\$ 100 mil, os sócios investiram num espaço enxuto e numa estrutura robusta para delivery.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Editorial

Alerta vermelho

O tomo nas contas públicas do país em 2020 já era esperado diante do terremoto econômico causado pela pandemia. Mesmo assim, tornou-se impossível conter o espanto frente aos números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, que apontou um déficit fiscal de R\$ 417 bilhões no primeiro semestre, o pior desempenho para o período registrado na série histórica iniciada há 23 anos. O tamanho do saldo negativo acendeu, com alto grau de intensidade, o alerta vermelho, obrigando o governo federal a pensar, o quanto antes, em saídas para evitar o colapso financeiro em um futuro muito próximo.

É importante lembrar que tal catástrofe não pode ser atribuída à atual gestão. Afinal, nenhuma nação do mundo teria como prever o surgimento de um vírus capaz de afundar a economia global com tal velocidade e magnitude, independente dos níveis de riqueza, desenvolvimento e qualidade dos gastos públicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o PIB recuou 32,9% no segundo trimestre deste ano, o pior

índice desde a Grande Depressão, que perdurou de 1929 até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em meio ao furacão originado pela covid-19, o governo teve como único caminho bancar a conta do próprio bolso. Desde o início da crise, em meados de março, foram liberados mais de R\$ 500 bilhões dos cofres da União para ações de enfrentamento da doença na rede pública de saúde, programas assistenciais, socorro a empresas e auxílio aos estados e municípios. Apenas com o auxílio emergencial de R\$ 600, pago a trabalhadores do mercado informal duramente afetados pela pandemia, foram consumidos R\$ 167 bilhões.

O tamanho do rombo nas contas públicas durante a pandemia obriga o governo federal a pensar, o quanto antes, em saídas para evitar o colapso financeiro em um futuro próximo

Para completar, a ajuda paga pelo governo a empregados do setor privado que tiveram salários e jornadas de trabalho cortados por uma das MPs baixadas para reduzir os efeitos da crise, até o momento, consumiu cerca de R\$ 18 bilhões, de um total estimado em R\$ 51 bilhões.

Simultaneamente, a arrecadação sofreu os efeitos provocados pelo fechamento do comércio e a falência de empresas em todos os estados, de um modo jamais visto.

Fora, é claro, o peso ocasionado pelo adiamento na cobrança de impostos e contribuições, medida indispensável para evitar a quebra do setor produtivo nacional. Como consequência, o endividamento público do Brasil, que era muito mais alto que a média dos demais países emergentes, sofreu um salto exponencial com a pandemia. No fim de 2019, ele correspondia a 75,8% do PIB. Pelas projeções de analistas do mercado e integrantes da equipe econômica do Planalto, a dívida

bruta até o fim de 2020 pode alcançar 100% de toda a riqueza brasileira.

Deve-se levar em conta que, a partir de março, não restava outra alternativa ao governo para lidar com a avalanche econômica causada pelo novo coronavírus. Ou abria os cofres para evitar o crescimento substancial da miséria e da fome ou deixaria milhões de cidadãos em estado muito pior do que se encontram hoje. Porém, chegou a hora de se debruçar sobre formas de tapar o gigantesco rombo nas contas públicas e reverter a curva negativa. Afinal, a União não terá como arcar com a conta da assistência por muito tempo.

Nesse ponto, cabe ao governo cuidar para estabelecer um diálogo sem tantas arestas com a classe política, a iniciativa privada e a sociedade. O que passa, sobretudo, pelo distensionamento nas relações com o Legislativo e o Judiciário, além da óbvia necessidade de retomar as políticas de ajuste fiscal e a agenda reformista. Do contrário, o estrago da pandemia será muito mais duradouro.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A CPMF tem má fama. Por isso o governo tenta outros nomes. O ministro Paulo Guedes ora fala em "imposto digital" ora diz que será sobre "transações eletrônicas". Na verdade, o governo está tentando desde o começo trazer de volta o tributo que provocou muitas distorções. Ele incidiria sobre todos os pagamentos da economia, pesaria sobre todas as compras e transações financeiras, e dos dois lados, o que na prática vai duplicar a alíquota. O governo adota o nome e oferece os prêmios, como a dizer: tudo isso será seu se aceitares o meu novo imposto.

A primeira coisa a fazer é apresentar a proposta e chamar tudo pelo nome certo. A palavra "digital" soa moderna e parece embutir uma porta de saída: se eu for analógico, poderei fugir do imposto? Se fosse isso, seria um incentivo ao retrocesso e uma punição a qualquer transação eletrônica. Ou seja, o governo estaria estimulando a que todos fossem fisicamente aos bancos, mesmo podendo fazer pagamentos online, e se dirigissem pessoalmente às lojas, mesmo preferindo compras online. Não é disso que se trata, mas se fosse já seria absurdo.

O ministro Paulo Guedes

sempre quis introduzir na economia a proposta do ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, desse imposto sobre pagamentos nos moldes da CPMF. Quando Cintra foi claro sobre a natureza do seu projeto tributário, ele foi demitido por decisão do presidente Jair Bolsonaro. Na época, Guedes lamentou: "Morreu em combate nosso valente Marcos Cintra." Depois, Cintra disse numa entrevista que o governo continuava querendo exatamente aquele imposto. Verdade. A ideia ainda é a primeira.

A má fama da CPMF vem da experiência de quem a pagou por dez anos apesar de o "P" ser de "provisório". Um imposto que engana. Parece uma pequena alíquota. Alguém pode achar pouco pagar 0,2%. Mas é sobre

todas as compras, contratações, serviços prestados, vendas, aplicações, resgates, a infinidade de transações que ocorre dentro da economia. Até chegar na sua mão quantas etapas de pagamentos um produto já cumpriu? O imposto é cumulativo. É regressivo. Rico e pobre pagam o mesmo. Vaino caminho oposto do que se quer moderadamente que é saber quanto de tributo há em cada mercadoria ou serviço.

Há outros efeitos colaterais. A CPMF incide sobre impostos já pagos, ou seja, promove bitributação. Também leva à perda de competitividade na economia ao estimular a verticalização. Empresas passam a incorporar todas as etapas do processo produtivo internamente, para fugir do imposto

pago pelo serviço de terceiros. A informalidade cresce, e o spread bancário pode ficar maior, provocando aumento das taxas de juros.

A vantagem para o cobrador de impostos é que ela arrecada muito. Fica tentador. Da outra vez, o provisório foi ficando permanentemente na economia até ser derrubado dez anos depois pelo Congresso, em 2007. Se a ideia é repetir a história, que a proposta – como disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia – seja apresentada integralmente. Assim, acabarão as suposições, as meias verdades, os nomes de fantasia, a impressão de que a taxa recairá sobre outro contribuinte. Não, recairá sobre todos.

O governo montou um pacote de bondades e frequente-

mente saca de lá algum bom bocado para seduzir o contribuinte. Fala em desonerar a folha para estimular o emprego, ou no mínimo a retirada parcial de encargos. Promete elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física. Fala em fazer um novo Bolsa Família, maior e mais amplo. Acena com um IPI menor. Paulo Guedes chegou a fazer até uma pilha. "Você pode até reduzir cinco, sete, oito ou dez impostos".

Que as contas sejam mostradas, que os nomes próprios apareçam. Esse jogo de balão de ensaio cansou. Todo governo gosta de CPMF. Em janeiro de 2016, meses antes de deixar o cargo, a então presidente Dilma Rousseff disse que "diante da excepcionalidade do momento" a CPMF era "a melhor opção disponível". Agora, Guilherme Afif, assessor de Guedes, diz: "A resposta a quem critica é: me dê uma alternativa melhor do que essa. Ainda não vi." Afif ficou conhecido reclamando dos impostos excessivos e agora manda o contribuinte arranjar uma ideia melhor. Ora, deve dizer claramente qual é a conta que pretende enviar para o pagador de impostos.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 31/07/2020	Página:

Correio*

POR NOVO TRIBUTOS, GUEDES ACENA COM MAIOR ISENÇÃO DO IR

REFORMA Prestes a enviar ao Congresso proposta para a criação de um novo imposto com base ainda mais ampla do que a extinta CPMF, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não haverá aumento da carga tributária com a aprovação da reforma. Ele acenou com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), hoje prevista para quem ganha até R\$ 1,9 mil por mês, para ter apoio ao novo tributo.

A mudança do IRPF é uma condição colocada pelo presidente Jair Bolsonaro, que sempre foi contrário à volta da nova CPMF. Para melhorar o ambiente político de negociação, o ministro também acertou com o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a negociação de uma reforma ampla, que inclua ainda os tributos cobrados por Estados e municípios.

A mudança do IRPF é uma con- dição colocada pelo presidente, que sempre foi contrário à volta da nova CPMF

Correio***24h****BRASIL**

Rodrigo Maia chama nova CPMF de 'jeitinho'

TRIBUTO O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM - RJ), chamou de "jeitinho" a criação de um novo imposto para bancar a desoneração das folhas de pagamento das empresas. Para Maia, a desoneração da folha de pagamento deve ser bancada pela redução dos gastos públicos, e não pela criação de novos impostos. "O Brasil vai ter muitas oportunidades se conseguir reorganizar o estado brasileiro. Se a gente achar que vai dar mais 'jeitinho', criando mais um imposto, nós vamos estar taxando mais a sociedade e vamos ter de discutir a despesa pública", disse Maia. O presidente da Câmara declarou voto contra a proposta e disse que vai trabalhar para influenciar os pares contra a ideia.

Maia participou, ontem, de um evento sobre a reforma tributária promovido pelo jornal Folha de S. Paulo em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sesi e o Senai. "O presidente vai mandar a proposta [de um novo imposto]? Então, encaminha a proposta. Estou dando a minha opinião. Não vai passar. Eu sou um voto. Em PEC, eu voto. Vou votar contra. Eu jogo muito transparente na política. Não jogo pelas costas. Quando eu negocio, falo: 'Eu sou



“ O presidente vai mandar a proposta [de um novo imposto]? Então, encaminha a proposta. Não vai passar. Eu sou um voto. Vou votar contra Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

contra isso e meu voto vai ser assim'. Aqueles poucos que eu influencio, vou tentar influenciar também para votar contra", afirmou o presidente da Câmara.

A equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro estuda enviar ao Congresso uma proposta de criação de um novo imposto sobre pagamentos eletrônicos, com alíquota de 0,2%. Parte das sugestões do governo para a reforma tributária foi enviada na semana passada. Uma comissão mista do Senado e da Câmara discute propostas de deputados, senadores e do governo para o sistema tributário.

A proposta de criar um novo tributo é capitaneada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e já tinha recebido apoio do setor industrial. Porém, a ideia segue enfrentando resistências no Congresso Nacional. Parlamentares criticam o novo imposto por considerá-lo semelhante à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Maia afirmou que a desoneração da folha no modelo já feito durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff não gerou "um emprego". Segundo ele, é preciso debater novas estratégias.

Petrobras tem prejuízo de R\$ 2,71 bilhões no 2º trimestre

BALANÇO A queda brusca do preço do petróleo e o impacto da pandemia sobre as vendas de combustíveis levaram a Petrobras a amargar um prejuízo de R\$ 2,71 bilhões no segundo trimestre deste ano. Ainda assim, o resultado foi 94,4% melhor do que o do trimestre anterior, quando a empresa reduziu o valor de uma série de ativos já de olho na crise.

O resultado surpreendeu os analistas, que esperavam números piores do que os registrados pela companhia. Pela projeção de alguns bancos e corretoras, o prejuízo seria de R\$ 12,6 bilhões de abril a junho deste ano.

Em carta ao mercado, o presidente da Petrobras Roberto Castello Branco destacou o

●● Crises severas produzem vencedores e perdedores e os vencedores tendem a ser aqueles que respondem rapidamente

Roberto C. Branco

Presidente da Petrobras

peso da queda da cotação do petróleo nas contas da empresa, que, em sua opinião, exerceu “efeito similar ao de um ataque cardíaco”. “Tal qual numa guerra, a escala e velocidade sem precedentes da pandemia global nos compeliu a agir rapidamente, já que sabemos que crises severas produzem vencedores e perdedores e os vencedores tendem a ser aqueles que respondem rapidamente”, afirmou o executivo.

A estratégia da gestão foi cortar mais de R\$ 2 bilhões dos custos, grande parcela com a retração do número de empregados, que aderiram ao plano de demissão voluntária (PDV). Além disso, foram postergados desembolsos com bônus e salários de executivos, enquanto os funcionários da área operacional que não ocupam cargos de chefia ti-

veram a jornada e remunerações reduzidas e não serão compensadas no futuro.

O que mais afetou o resultado do trimestre foi a retração do mercado interno de combustíveis. A receita de vendas caiu 32,6% ante o período de janeiro a março, alcançando a marca de R\$ 50,89 bilhões. O pior momento foi o mês de abril.

Em maio e junho, houve alguma recuperação. O conjunto dos derivados responderam por uma queda de receita de R\$ 25 bilhões na passagem dos trimestres. Grande parte disso é explicado pela retração do mercado interno de óleo diesel e querosene de aviação (QAV), que juntos representaram uma perda de R\$ 8 bilhões.

Considerando as exportações de petróleo e derivados, a queda foi de R\$ 10 bilhões, a maior parte de óleo cru.

STF suspende desconto nas mensalidades de educação no Rio

LIMINAR A lei estadual que concedia desconto nas mensalidades de escolas e universidades do Rio durante a pandemia voltou a ser suspensa. Dessa vez, por decisão do Supremo Tribunal Federal. O presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, atendeu a um pedido do Sindicato dos Estabelecimentos do

Ensino do Estado (Sinepe-Rio) e restabeleceu uma liminar da Justiça do Rio.

A lei, que prevê uma redução de 30% sobre o excedente de um piso de R\$ 350 nas mensalidades, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) no dia 26 de maio e sancionada pelo governador Wilton Witzel

em 4 de junho.

Dez dias depois, uma liminar da juíza Regina Chiquer suspendeu os efeitos da lei. No dia 19 de junho, o órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) derrubou a liminar. O Sinepe Rio recorreu ao STF, que restabeleceu ontem os efeitos da decisão do juízo de 1º grau.

Caixa terá novo crédito com garantia de imóvel

NOVA MODALIDADE O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, anunciou mudanças na linha de financiamento do home equity, modalidade em que um imóvel é dado como garantia. A nova linha, chamada de Real Fácil, permite que o cliente escolha a forma de correção do empréstimo. A modalidade será oferecida a pessoas físicas a partir do dia 3 de agosto. Atualmente, a Caixa responde por pouco mais de 30%, ou R\$ 3,5 bilhões, do volume desse tipo de crédito concedido em todo o mercado, de R\$ 11 bilhões.

“Nossa expectativa é emprestar R\$ 40 bilhões, ou seja, multiplicar em 10 vezes o que fazemos hoje”, disse Guimarães. Segundo

●● **Nossa expectativa é emprestar R\$ 40 bilhões, ou seja, multiplicar em 10 vezes o que fazemos hoje**

Pedro Guimarães
Presidente da Caixa Econômica Federal

ele, essa linha tem volume muito baixo no Brasil e que esse é um segmento de foco da instituição financeira, dentro da proposta do banco de ser o maior no segmento imobiliário. “Atingimos quase 50% do mercado com financiamento imobiliário e voltamos à posição de liderança no crédito imobiliário”, afirmou.

A linha Real Fácil Caixa exige que o imóvel alienado seja livre de ônus, ou seja, não se encaixa na nova proposta regularizada recentemente em que um mesmo imóvel pode dar garantia a um novo empréstimo dentro da mesma instituição. “Vamos analisar em uma segunda etapa o home equity de um imóvel já alienado”, declarou Guimarães.

Serão três modalidades de home equity: IPCA mais 0,60% para créditos de até 15

anos para valores de 50% do imóvel a ser dado como garantia; TR, com a taxa máxima chegando a 0,90%, mas começando em 0,70% para prazo de 15 anos e no valor de 60% do imóvel; e Taxa Pré, sem correção e fixa em 0,80% com prazo de 15 anos e o valor liberado também equivalente a 60% do imóvel a ser dado como garantia.

“Oferecemos inflação e taxa pré porque a TR está com juro a zero. Não é zero, mas a zero porque a Selic está muito baixa”, afirmou Guimarães. Ele disse que a Caixa fez várias simulações com taxas de outros bancos para saques de até R\$ 150 mil e, segundo ele, mesmo a maior taxa da Caixa está abaixo dos demais bancos. A Caixa fez também simulações com modalidade ‘TR’ para valores até R\$ 300 mil para prazos de 120 meses.

Setor perdeu 10% dos postos de trabalho

Comércio Após início de retomada vendas ainda estão longe do ideal

Redação
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A pandemia do novo coronavírus, que tirou a vida de milhares de baianos nos últimos quatro meses, foi responsável também por fazer outros 20 mil perderem os seus empregos no setor do comércio – o que representou uma retração de 10% no total das vagas. A revelação foi feita pelo empresário Carlos Andrade, presidente da Federação do Comércio, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio-Ba).

Em conversa com o jornalista Donaldson Gomes, na live Política & Economia, ontem no Instagram do CORREIO (@correio24horas), Carlos Andrade disse ainda que não vê uma perspectiva de recuperação destes postos de trabalho nos próximos três meses. Para ele, a tendência para os próximos meses é de um aumento no número de desempregados no setor, pelo menos até dezembro.

Carlos Andrade acredita que a retomada da atividade depende muito de um processo de reeducação para a vida no mundo pós-covid-19. “Eu sempre fui otimista, mas temos que ser rea-

listas, tem muitas empresas quebrando e que não vão conseguir sobreviver”. “É um cenário lamentável. A coisa mais nobre que nós empresários podemos fazer é gerar emprego. Quando uma empresa fecha, em média são de quatro a cinco postos de trabalho perdidos”, diz.

REABERTURA

O presidente da Fecomércio-Ba explica que os próximos dias servirão para avaliar o ritmo de retomada da atividade econômica, após a reabertura dos shoppings. “Está todo mundo avaliando como as coisas vão acontecer, mas eu temo que os números não serão muito agradáveis”.

Segundo ele, nos primeiros dias de reabertura, as lojas venderam 20% do que vendiam antes. “De terça-feira para cá, as vendas aumentaram para 30%, mas a verdade é que está todo mundo esperando para ver o que irá acontecer”, explica.

Segundo ele, as empresas estão trabalhando para dar tranquilidade à população para frequentar os estabelecimentos, porém ainda existe bastante receio de parte da população. “Estamos fazendo um trabalho de conscientização em relação às regras”, diz.

Para ele é importante con-



O jornalista Donaldson Gomes conversou com o empresário Carlos Andrade, da Fecomércio-Ba, na live Política & Economia, no Instagram do jornal CORREIO

●● Eu sempre fui otimista, mas temos que ser realistas, tem muitas empresas quebrando e que não vão conseguir sobreviver

●● É um cenário lamentável. A coisa mais nobre que nós empresários podemos fazer é gerar emprego. Quando uma empresa fecha, em média são de quatro a cinco postos de trabalho perdidos

●● A decisão política do nosso presidente não foi muito boa. Ele não conduziu o país pelo caminho científico Carlos Andrade Presidente da Fecomércio-Ba

tar com a sensibilidade do poder público em relação ao momento. “Temos que contar com o governo federal na liberação do crédito, do estado em relação ao ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e da prefeitura em relação às taxas”, pede.

O presidente da Fecomércio-Ba acredita que a recuperação econômica passa pelo consumo. “O trabalhador brasileiro ganha muito pouco por um lado e do outro, o governo arrecada muito e faz pouco. Infelizmente esta é a dura realidade”, afirma. “Existe uma distribuição de renda perversa, com muitos ganhando pouco e poucos ganhando muito”, lamenta.

“Todos nós sofremos, até a classe A, mas essa pandemia foi mais cruel com aqueles que vivem do salário mínimo e com os informais. Esse que ganha pouco foi altamente prejudicado”, diz.

PODER PÚBLICO

Para o presidente da Fecomércio-Ba, Carlos Andrade, o impacto da covid-19 na economia brasileira é muito maior do que se esperava lá atrás. Ele acredita que a crise perdura por mais tempo do que se imaginava inicialmente e por

falta de planejamento do governo federal.

“Uma coisa é certa, a decisão política do nosso presidente não foi muito boa. Ele não conduziu o país pelo caminho científico. Houve uma politização, não só dele – de alguns governadores e prefeitos também”, diz.

Carlos Andrade acredita que faltou planejamento. “Aqueles governos que planejaram, que foi o caso do governo da Bahia com a Prefeitura de Salvador, se saíram bem melhor nesta crise, nesta guerra”, destaca o dirigente de classe.

“Nosso governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto, apesar de adversários políticos, foram muito competentes em olhar a coisa pública. Mesmo com todo esse trabalho, estamos chegando aos 90 mil mortos”, pondera.

Endividamento atinge 65,7% das famílias

A economia tem dado seus primeiros passos de retomada com a reabertura de shoppings da capital que completa uma semana hoje. As lojas abertas, no entanto, não vão encontrar facilmente compradores com dinheiro para gastar. É que as famílias soteropolitanas atingiram recorde de endividamento e inadimplência em julho. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomércio-Ba, neste mês a taxa de endividados da capital baiana pas-

sou de 64,1% registrados em junho, para 65,6%.

Já a inadimplência, atingiu o maior patamar dos últimos sete anos, ao passar de 28,7% em junho para a taxa de 30,2% em julho, segundo a pesquisa. Ou seja, três a cada dez famílias não conseguiram pagar a dívida até a data do seu vencimento. Isso significa que 608,2 mil famílias na capital baiana têm algum tipo de dívida, 168 mil a mais do que no início da pandemia no mês de março.

O levantamento mostra

que o tipo de dívida mais frequente continua sendo o cartão de crédito com 92,7%. Apesar do histórico da taxa ser bastante elevado, quando as famílias possuem renda para quitar os compromissos. Porém, não está sendo o caso atual. São 280 mil famílias na capital nesta situação, um aumento de 125 mil em apenas quatro me-

ses”, explica o consultor econômico da Fecomércio-Ba, Guilherme Dietze.

Na hora de usar o cartão a maior dica é reduzir parcelas. É o que defende o professor Moisés Conde.

“Quanto menos endividamento menor, para pequenas compras, de menor valor, quanto menos você parcelar melhor. O ideal é comprar à vista. É claro que existem bens que você dificilmente vai ter o dinheiro para pagar de uma vez”, explica.

GABRIEL AMORIM, COM ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA CLARISSA PACHECO

FUJA DAS DÍVIDAS

● **Coloque no papel** Todo orçamento começa sendo materializado no papel, colocando os números das despesas e receitas para ter uma ideia geral da situação

● **Reduza o consumo** É importante que o consumo dos bens essenciais seja preservado, como: aluguel, alimentação ou energia elétrica

● **Se possível, guarde** É difícil nesse momento, mas se for possível a criação de uma poupança emergencial é uma boa ideia

Tribuna

Comunicação

Como parte da sua política de transparência e de ampliar os contatos com a população, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) lançou, ontem, mais um canal de comunicação com a sociedade: os podcasts. Os programas estão disponíveis na plataforma Spotify, com ícone localizado no canto superior direito do portal www.tce.ba.gov.br. Inicialmente, serão veiculados os conteúdos das palestras online e produzidos programas que facilitem a comunicação entre o cidadão e a Corte de Contas.

Entregas

Em sequência à série de entregas que realiza desde o início da semana no Parque de Exposições de Salvador, o governador Rui Costa (PT) passou ontem a chave de 67 tratores agrícolas a prefeitos, representantes de associações, cooperativas e sindicatos de diferentes regiões do estado. Somente nesta ação, foram investidos mais de R\$ 5,2 milhões. "Esta foi uma semana cheia de entregas de tratores, ambulâncias, ônibus escolares e mais veículos para a saúde, para ajudar a vigilância sanitária de cada município. Hoje aqui completando com 67 novos tratores, atendendo sindicatos de trabalhadores rurais, associações, cooperativas, ajudando a desenvolver a renda no campo", declarou o governador.

Concurso

O governador Rui Costa (PT) anunciou ontem a convocação de aprovados no concurso para a Polícia Civil da Bahia. A Secretaria da Administração (Saeb) publica na próxima terça-feira, no Diário Oficial do Estado (DOE), a lista de convocados para nomeação. Serão chamados 163 investigadores, nove escrivães e 10 delegados, totalizando 182 profissionais. "Infelizmente, a arrecadação do Estado despencou esse ano. Estamos tendo que reorganizar todas as finanças. Não está sendo fácil. Mas, em função das aposentadorias recentes, vamos repor esse quantitativo. Assim, vamos chamar 182 aprovados para a Polícia Civil", afirmou Rui.

Governo quer IR maior para os ricos, diz assessor

ALEXANDRO MARTELO, G1
— BRASÍLIA

Entre as propostas para a reforma tributária que o governo vai apresentar, estão o aumento do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF); a redução das deduções; uma alíquota maior para os mais ricos; e também a taxa de transações financeiras a fim de desonerar as folhas de pagamento. A informação é de Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministério da Economia.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia declarado que a proposta de reforma tributária do governo será enviada ao Congresso em partes. Mas, segundo informou o Blog do Valdo Cruz no G1, as demais partes poderão ser entregues de uma única vez, em agosto. A primeira parte foi entregue em 21 de julho.

De acordo com Guilherme Afif, as mudanças que o governo pretende propor no Imposto de Renda da Pessoa Física são:

• aumento da faixa de isenção (dos atuais R\$ 1.903,99 por mês para cerca de R\$ 3 mil);
• redução nas deduções (atualmente há deduções por despesas médicas, por dependentes e por despesas educacionais);
• diminuição da alíquota de 27,5% (atualmente, a mais alta);



criação de uma alíquota maior para os mais ricos; e retomada da cobrança de imposto sobre a distribuição de lucros e dividendos para as pessoas físicas, que existia até 1996.

"Vamos aumentar a isenção da primeira faixa, vamos mexer na alíquota da classe média (atualmente de 27,5%) para diminuir — porque vamos suspender parcela das deduções — e vamos criar uma nova alíquota sobre os maiores salários. Tem que pegar de R\$ 36 mil, 40 mil para cima [essa nova alíquota]. Ainda estamos fazendo os estudos", disse Afif ao G1.

Afif não informou qual seria o valor da alíquota para os maiores salários. Em outros países, as alíquotas mais elevadas são as seguintes:

tes:
Alemanha — 47,5% (quanto mais alta for a renda, maior será a alíquota de imposto);
China — 45%;
Suécia — 61,85%;
Estados Unidos — alíquotas vão de 10% a 37%, e as faixas variam de acordo com a condição do declarante: solteiro, casados que declaram separadamente ou chefe de família.

Imposto sobre transações financeiras

O assessor do Ministério da Economia informou que o governo pretende arrecadar R\$ 120 bilhões por ano com a taxa de transações financeiras em caráter permanente — com o objetivo de desonerar a folha de pagamentos e permi-

tir aumento de recursos para os programas de transferência de renda.

Se esse novo tributo for aprovado, Afif disse que o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) deve terminar.

Atualmente, o tributo não está sendo cobrado provisoriamente devido à pandemia do novo coronavírus. "Acontece que, se você tem o outro [tributo financeiro], não há justificativa da sua manutenção", declarou.

Questionado pelo G1, ele não deu mais detalhes de como será a incidência do novo tributo a ser proposto: se haverá tributação do crédito (entrada dos recursos na conta), no débito (qualquer retirada de recursos) ou somente dos pagamentos (isentando transferências e saques em dinheiro, por exemplo). Disse somente que a alíquota deve ser de 0,2%.

Levantamento do professor Isaías Coelho, pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Direito, SP), mostra que somente 11 países cobram um tributo sobre transações financeiras — Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Honduras, República Dominicana, Venezuela, Hungria, México, Paquistão, e Sri Lanka.

Sobre as críticas de especialistas de que o imposto sobre transações incide em cascata (onera todas as fases da produção), gera desintermediação financeira e é regressivo (penalizando

Caixa anuncia empréstimos com garantia de imóvel

G1

A Caixa Econômica Federal anunciou empréstimos que têm imóvel como garantia, o chamado home equity, prevendo que poderá multiplicar por 10 sua carteira no setor, para cerca de R\$ 40 bilhões.

O home equity é uma modalidade de crédito no qual um imóvel é utilizado como garantia e permite a redução nas taxas juros de crédito pessoal.

Embora exista no país há bastante tempo, o home equity tem um estoque de cerca de R\$ 11 bilhões, mercado em que a Caixa detém R\$ 3,5 bilhões, segundo o presidente do banco, Pedro Guimarães.

"Há espaço grande para aquecer nesse segmento. O volume é de R\$ 11 bilhões no país e a Caixa tem volume de R\$ 3,5 bilhões, e pequeno, queremos aumentar, a expectativa é oferecer R\$ 40 bilhões na contratação pelo home equity", disse Guimarães. O home equity estará disponível para imóveis livres de ônus, ou seja, que não têm garantia para nenhum outro banco nem para a Caixa. Podem ser oferecidos como garantia imóveis residenciais ou comerciais.

A contratação poderá ser feita a partir de 3 de agosto, com taxas pela TR, IPCA ou taxa fixa, o que permite uma gama de clientes em volume maior, segundo Guimarães. Veja as condições abaixo:

• IPCA - taxa a partir de 0,6% ao mês num prazo de até 15 anos com garantia de até 50% do valor do imóvel
• TR - taxa a partir de 0,7% ao mês num prazo de até 15 anos com até 60% do valor do imóvel

• Taxa fixa - taxa a partir de 0,8% ao mês num prazo de até 15 anos com até 60%

do valor do imóvel

No caso da TR, a taxa máxima será de 0,9%, oferecida independente de qualquer relacionamento com os clientes.

No crédito pessoal, por exemplo, os bancos cobram juros ao redor de 80% ao ano, segundo dados mais recentes do Banco Central. Com a garantia do imóvel, o juro cairá para uma faixa de 7% a 10% ao ano, mais TR, ou com uso de IPCA ou da taxa fixa anual.

O simulador para a contratação do empréstimo está disponível no site da Caixa, e a contratação será feita nas agências da Caixa e correspondentes Caixa Aqui.

Recentemente, o Banco Central anunciou novas regras que permitem ao cliente contratar operação de crédito oferecendo como garantia imóvel que já esteja alienado fiduciariamente a uma operação de crédito junto à instituição financeira, por meio de compartilhamento.

A Caixa anunciou que lançará uma segunda fase do programa, com condições que contemplarão a aceitação de imóvel como garantia de novas operações, de acordo com as novas regras anunciadas pelo regulador.

REDUÇÃO DE JUROS

A Caixa anunciou ainda a redução da taxa de juros dos empréstimos para pessoas físicas para compra de terrenos e construção de imóveis, que passarão a valer também em 3 de agosto.

Atualmente, na linha com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o banco cobra taxas menores para quem toma empréstimo para comprar um imóvel pronto do que para os que adquirem um lote urbanizado para construir.

RELATÓRIO MUNDIAL

Brasil tem o menor investimento público em 2019

GLOBALNEWS

Entre 21 países, o Brasil foi o que menos teve investimentos públicos em infraestrutura em 2019, e investiu menos de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), atrás de economias como México, Argentina, Colômbia e Chile.

A conclusão faz parte do relatório de recomendações para países da América Latina e Caribe, que foi divulgado ontem pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) obtido em primeira mão no Brasil, pela GloboNews.

O documento diz que melhorias na infraestrutura reduzirão a desigualdade e ajudarão as populações vul-

neráveis atingidas de maneira especialmente dura pela pandemia de Covid-19. Com o aumento na eficiência dos serviços e a queda dos preços, a renda das pessoas mais pobres crescerá, em média, 28% mais do que a renda dos mais ricos em dez anos.

Apesar do baixo investimento público, cerca de 25% do investimento privado em infraestrutura na região está no Brasil. O país também está acima da média quando assunto é acesso à internet. O percentual de brasileiros que não têm plano de internet no celular é inferior a 10%, menor percentual da América Latina, que tem média de 30% próximo do nível recomendado pela OCDE.

Apesar do bom desempenho no serviço de internet móvel, 10% dos brasileiros que moram em cidades não têm água encanada, e 33% da população urbana vivem em casa sem acesso a tratamento de esgoto.

Entre 11 cidades selecionadas pelo BID com pacote de infraestrutura (água, luz e transporte) mais caras da região há duas capitais brasileiras. São Paulo está em 3º lugar entre as mais caras, e Brasília em 5º lugar.

AMÉRICA LATINA

O documento também alerta para as falhas no planejamento nas obras de infraestrutura na região. Se não fossem os dias de atraso nas obras, os países da região poderiam economizar

10% da quantidade investida e economizariam 25%, se não fossem os gastos imprevistos. Em outras palavras, os ganhos em eficiência representariam 0,65% ao PIB.

Dentre as recomendações, o BID aponta que, com menos atrasos e gastos imprevistos, a infraestrutura custaria 35% menos na América Latina e Caribe. Além disso, se houvesse maior eficiência nas obras e infraestrutura, o PIB da América Latina e Caribe cresceria 0,65%.

Na região, 50% mais pobres na América Latina da gastam 14% do salário em água, energia e transporte, o percentual é 30% maior do que em outras regiões em desenvolvimento.

NOVA CÉDULA

Nota de R\$ 200: por que agora e qual a polêmica?

BBC

O lançamento da nota de R\$ 200 foi anunciado pelo Banco Central ontem e gerou grande repercussão — desde críticas no sentido de que facilitaria lavagem de dinheiro até memes com imagens de como deveria ser a nova cédula do real.

Por que houve um alarde tão grande depois do anúncio? Para o economista Fábio Terra, professor de economia da Universidade Federal do ABC, parte da explicação está na surpresa, já que não havia notícias de que o Banco Central estudava lançar a nova nota.

E a outra parte, ele diz, é explicada pelo "efeito psicológico" que uma nota de R\$ 200 pode ter em um país que viveu um grande período de alta inflação — desde meados dos anos 1980 até

1994, quando o Plano Real conseguiu finalmente controlar o processo inflacionário e estabilizar a moeda.

"A nota com valor muito alto pode trazer para a memória coletiva o susto de que o dinheiro está perdendo valor", disse Terra, que é pós-doutor pela Universidade de Cambridge.

Para a política monetária, a expectativa é importante, mas os economistas apontam que o Brasil está bem longe de voltar a ver inflação alta. Muito pelo contrário. Com o aumento em retração, a expectativa é que a inflação fique abaixo dos 2% neste ano.

Os economistas do mercado financeiro esperam que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 1,67% neste ano, segundo o Boletim Focus, do Banco

Central, divulgado na última segunda-feira. A previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) é de uma retração de 5,77% neste ano.

Terra disse, ainda, que o anúncio num momento em que o Brasil registra mais de 90 mil mortes e 2,5 milhões de casos confirmados de covid-19 pode dar a sensação para alguns de que "Naipe as prioridades não sejam tão prioritárias".

Será a primeira vez, em 18 anos, que o real ganhará uma cédula de novo valor. Ela se juntará aos seis valores de cédulas hoje em circulação: R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10, R\$ 20, R\$ 50 e R\$ 100.

Por que o BC decidiu criar a nota de R\$ 200 agora? Está exatamente nos efeitos da pandemia a explicação do Banco Central sobre por que lançar esta nova cédula, que começará a circular no fim

de agosto, com imagem do lobo-guará. Os detalhes da imagem da cédula, que está em fase final de testes, não foram revelados.

O Banco Central diz que a decisão, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi tomada para atender ao aumento da demanda por dinheiro em espécie que se verificou durante a pandemia de covid-19.

Em março, a quantidade de dinheiro vivo com a população era de aproximadamente R\$ 216 bilhões, segundo o Banco Central. A partir desse momento, esse montante começou a subir rapidamente e hoje está em R\$ 277 bilhões.

Um dos motivos para o aumento da demanda por cédulas é o que o Banco Central chama de entesouramento, que é o dinheiro guardado em casa.

CONSELHO MONETÁRIO

Governo eleva piso da declaração de capitais brasileiros no exterior

MARINA BARBOSA CORREIO
BRASILEIENSE

O Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou o piso da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE). Com isso, só quem tem mais de US\$ 1 milhão em ativos no exterior vai precisar prestar contas ao governo.

A Declaração de Capi-

tais Brasileiros no Exterior é exigida anualmente das empresas e das pessoas físicas que têm ativos no exterior pelo Banco Central (BC). Porém, até o ano passado, era cobrada de quem tinha ativos superiores a US\$ 100 mil - valor que, nesta quinta-feira (30/07), foi ampliado para US\$ 1 milhão.

"O valor a partir do qual pessoas e empresas estão obrigadas a fazer a declara-

ção anual de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) foi aumentado, passando de US\$ 100 mil para US\$ 1 milhão", informou o CMN, após reunião ordinária realizada nesta quinta-feira. A resolução entra em vigor em 1º de setembro.

Chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha explicou que o piso de US\$ 100 mil da CBE não era alterado des-

de 2004. Por isso, vinha gerando custos desnecessários aos brasileiros e também ao BC. "Esse piso inalterado fez com que o número de declarantes aumentasse muito. Passamos de pouco menos de 20 mil declarantes em 2004 para 64 mil declarantes em 2019. E esse crescimento foi principalmente na base da pirâmide, nos valores mais baixos", afirmou.

Rocha contou que, hoje, cerca de 65% dos declarantes da CBE têm um patrimônio inferior a US\$ 1 milhão no exterior. Porém, esse pessoal representa apenas 2,8% dos valores declarados no exterior. "É uma relação de custo/benefício muito negativa, desfavorável", avaliou.

Ele acredita que a medida vai, portanto, tornar a CBE mais eficiente, porque vai permitir que a declaração con-

temple praticamente os mesmos valores de hoje, mas com um número de declarantes muito menor. "O objetivo é de aprimoramento, de redução de custos de observância e mais foco na qualidade dos resultados", alegou.

Rocha garantiu, por sua vez, que o governo continuará tendo informações detalhadas e completas dos ativos mantidos pelos brasileiros no exterior.

devido ao diferimento de impostos que foi autorizado devido à crise do novo coronavírus. E destacou que a maior parte do aumento de gastos da Previdência se deve à antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas, que seria pago em novembro e dezembro, mas foi antecipado para auxiliar os segurados da Previdência na quarentena.

"Esses dois movimentos explicam boa parte da deterioração do déficit da Previdência. E a tendência é que boa parte dessas medidas se revertam ao longo do ano de 2020", destacou Funchal. Ele explicou que os impostos diferidos no primeiro semestre devem ser recolhidos nos próximos meses. E lembrou que o 13º salário já estava no orçamento da Previdência, só foi antecipado. Logo, não vai impactar novamente o rombo do RGPS. "A tendência é que tenha uma reversão, dado que esses gastos não serão feitos ao final do ano", comentou.

DEFICIT

Além do rombo de R\$ 195,4 bilhões da Previdência Social, o governo observou um déficit primário de R\$ 221,9 bilhões no Tesouro Nacional e no Banco Central nos seis primeiros meses deste ano.

Esse rombo de R\$ 195,4 bilhões, contudo, se explica pelas medidas de enfrentamento à covid-19 e deve ser revertido ao longo do ano, segundo o governo. Secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal lembrou que a arrecadação do governo como um todo caiu no primeiro semestre deste ano

“Não adianta trocar nome”, diz Maia sobre CPMF

ROSANA HESSEL, DE O GLOBO, CORREIO BRASILEIRO

A pesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, articular para tentar emplacar novamente a nova CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RR), jogou areia nos planos do ministro. Em evento realizado em São Paulo ontem, ele foi taxativo que é contra qualquer proposta de novo imposto que vier a ser encaminhada pelo Executivo ao Congresso, seja de micro imposto, seja qualquer nome que essa CPMF venha a ter, e que ela não entrará na pauta enquanto ele comandar a Casa.



PRESENTE
da Câmara voltou a criticar criação do imposto

criada para a saúde, mas não foi para lá que ela foi destinada”, destacou. Ele também descartou a chance de pautar na Câmara qualquer proposta de mudança no teto de gastos.

O parlamentar criticou a criação de imposto como forma de buscar cobrir o aumento de despesas do governo. “Não adianta aumentar a carga tributária para resolver o problema de gasto público”, disse Maia. Ele lembrou que, entre 1996 e 2004, as gestões anteriores aumentaram a carga tributária em 9% e o problema do gasto público não foi resolvido.”

De acordo com o presi-

dente da Câmara, as soluções colocadas para resolver os problemas da economia pós-pandemia que passam por desfazer o teto de gastos -- emenda constitucional aprovada em 2016 que limita o crescimento das despesas primárias do governo pela inflação do ano anterior. “Todas as soluções colocadas vão na linha contrária do que a gente vinha defendendo desde o governo do Michel Temer, que é organizar as contas públicas e melhorar a eficiência do gasto”, pontuou.

Maia defendeu como agendas prioritárias a reforma tributária e medidas para

correção de gastos e desvinculação de receitas, como o pacto federativo e a reforma administrativa. Para ele, uma reforma tributária que não atrapalhe a retomada da economia e que reduza a complexidade do emaranhado dos tributos brasileiros, reduzindo a regressividade da carga de impostos no país. “Se formos criar um imposto novo para desonerar a folha, vamos adotar a mesma solução do passado e que não resolveu problemas mais graves. Fica parecendo que vai ser mais um tributo que vai mais atrapalhar do que ajudar na retomada da economia. É muito importante fazer um debate para não errar. Desonerar a folha no governo Dilma Rousseff e isso não gerou emprego”, pontuou.

Para o presidente da Câmara, a folha custa muito caro “no mundo inteiro” mas aqui no Brasil “custa muito mais”. “Temos que olhar para as despesas públicas para desonerar a folha. Não será aumentando imposto que vamos resolver os nossos problemas”, reforçou. De acordo com ele, nenhum imposto novo será pautado na Câmara, pelo menos, até fevereiro, quando termina o mandato do democrata. “Vamos continuar com as propostas de reforma tributária, de pacto federativo e de galinhas por o teto de gastos.”

PRIMEIRA-DAMA

Planalto informa que Michelle Bolsonaro está com covid-19

JULIA LINDNER, O ESTADO DE S. PAULO

O Palácio do Planalto informou que a primeira-dama Michelle Bolsonaro foi diagnosticada com o novo coronavírus. Segundo a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência, Michelle apresenta “bom estado de saúde e seguirá os protocolos estabelecidos”. A primeira-dama está sendo acompanhada pela equipe médica da Presidência da República”, diz o texto.

O diagnóstico positivo de Michelle ocorre menos de uma semana depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que testou negativo para a covid-19, após mais de duas semanas isolado por ter contraído a doença. Michelle é mãe de Laura, 9 anos, sua filha com o presidente, e Leticia Firme, 17 anos, fruto de outro relacionamento da primeira-dama. As duas moram no Palácio da Alvorada, residência oficial da presidente.

Na quarta (29), a primeira-dama participou de evento no Palácio do Planalto para lançamento da campanha Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos. Além do presidente Jair Bolsonaro, ela esteve próxima das ministras Tereza Cristina (Agricultura) e Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos). Ela também tirou fotos com pelo menos 20 convidadas que estiveram na cerimônia.

Na ocasião, chegou a abraçar Damare, que usa uma máscara. Procurada, a ministra ainda não informou se fará exames. Já a ministra Tereza Cristina cancelou agenda e afirmou que fará teste para covid-19. Ela desejou “rápida recupera-

ção” para primeira-dama.”

No último final de semana, a primeira-dama esteve no Rio de Janeiro para visitar a Igreja Batista Atitude. Em fotos publicadas pela intérprete de libras Elisângela Castelo Branco, que trabalha para o Palácio do Planalto, Michelle aparece em diversas imagens próxima a um grupo com pelo menos 20 pessoas. Em praticamente todas as fotos ela está de máscara. Mas, em uma delas, aparece sem o equipamento de proteção abrangida a uma mulher que segura um bebê nos braços.

Após meses minimizando a pandemia, Bolsonaro anunciou ter testado positivo para a covid-19 no último dia 7, e cumpriu um período de 18 dias de isolamento no Alvorada, despachando remotamente. Integrantes do governo que tiveram contato com o presidente nos sete dias anteriores ao diagnóstico também fizeram teste, mas todos deram negativo. Michelle também fez o exame, mas, na ocasião, anunciou que o resultado foi negativo.

Segundo dados do consórcio de imprensa divulgados na terça-feira, o número total de mortos no País em virtude da pandemia chegou a 90.212. Mais de 2,5 milhões de brasileiros já foram infectados pelo novo coronavírus, conforme levantamento realizado pelo Estadão, G1, O Globo, Extra, Folha e UOL junto às secretarias estaduais de Saúde.

O Brasil é a segunda nação do mundo, com maior número de casos, a mortes por covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos, que têm 4,3 milhões de infecções confirmadas e 150 mil óbitos, de acordo com a Universidade Johns Hopkins.

INVESTIMENTOS

O que saber sobre ações como Oi, IRB e Petrobras

FABRIZIO GUERATTO

Nem sempre a experiência dos analistas é melhor do que a sua intuição.

Essas três empresas foram roubadas por piratas que estavam dentro delas, tiveram administrações ineficientes, porém, todas elas possuíam um grande potencial.

Mes o primeiro ensinamento é que não devemos nos apaixonar por nenhuma ação, isso cega o investidor.

As ações da Oi (OIBR3/OIBR4) são uma aula de finanças por si só. Como investido no papel desde 2019, eu me sinto muito confortável para falar. O primeiro ensinamento é que não devemos nos apaixonar por nenhuma ação, isso cega o

investidor e alguns criaram uma torcida organizada da Oi, com direito a camisa oficial e presença em estádio.

Ação valorizou mais de 334% desde o coronavírus?

O segundo ensinamento é que nem eu, nem ninguém, deve se achar um grande gênio pela ação ter valorizado mais de 334% desde a sua mínima durante a crise do novo coronavírus (covid-19). Apenas aceitaríamos correr um alto risco, pois investimos em uma empresa em recuperação judicial e neste momento estamos sendo recompensados por isso. Nada além disso.

O terceiro grande ensinamento é que ninguém deveria ficar rico nem com Oi e nem com nenhuma ação.

Se isso aconteceu, é porque a pessoa correu um grande risco concentrado em uma ação em um único papel.

O quarto aprendizado é que, sim, os analistas têm uma capacidade de análise e experiência muito melhores do que a nossa, mas não são os donos da verdade do universo. Veja o caso de IRB Brasil RE (IRBR3), por exemplo. Um mesmo instituto coloca o preço-alvo da resseguradora em mais de R\$ 40,00, e dias depois, revisa para R\$ 7,00.

Qual é a relação entre Oi, Petrobras e IRB?

Algo que poucos investidores enxergam é que Oi (OIBR3/OIBR4), Petrobras (PETR3/PETRA) e IRB Brasil RE (IRBR3) são todas farinhas do mesmo saco e isso é muito bom e pode in-

dicar que precisamos observar mais do que os nossos olhos enxergam. Essas três empresas foram roubadas por piratas que estavam dentro delas, tiveram administrações ineficientes, porém, todas elas possuíam um grande potencial dentro de seus segmentos de atuação na B3 (B3SA3).

Se observarmos, assim que a Petrobras (PETR3/PETRA) arrumou a casa após a Operação Lava-Jato, eliminando a corrupção e colocando pessoas competentes nos cargos de direção e vendendo ativos que não eram essenciais para o negócio para reduzir o endividamento, o valor da ação saiu de menos de R\$ 4,00 para mais de R\$ 30,00, um pouco antes da pandemia do coronavírus.

PANDEMIA

Apagão de comissões dá mais poder a Congresso

CAMILA TURTELLI E DANIEL WETERMAN, O ESTADO DE S. PAULO

Com o pretexto de que a pandemia do novo coronavírus inviabiliza o funcionamento das comissões temáticas do Congresso, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), concentraram um poder inédito desde que assumiram o comando das duas Casas. Há quatro meses, cabe exclusivamente a eles decidir o que vai ou não ser votado. Líderes ouvidos pelo Estadão/Broadcast relatam incômodo com a situação e cobram a instalação dos colegiados em que são discutidas com mais profundidade todas as propostas de emenda constitucional ou projetos de lei.

Ao todo, existem 19,5 mil projetos parados nas 25 comissões permanentes da

Câmara. Destes, 1.092 estão prontos para serem votados, ou seja, já foram debatidos e os relatores já deram seus pareceres. No Senado, são outras 2.814 propostas — 628 aguardando apenas a fase de votação. Os colegiados reúnem grupos de até 66 parlamentares e, antes de votar, os projetos, analisam minuciosamente o conteúdo, se é constitucional, além de ampliar o debate por meio de audiências públicas. Nas comissões, a pauta é definida pelos presidentes das comissões sem interferência de Maia ou Alcolumbre. A votação diretamente no plenário das duas Casas Legislativas pula essa etapa do debate.

E, se os temas à espera da volta das comissões está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a prisão após condenação em segunda instân-

cia, uma agenda da Lava Jato, além de reformas, como a tributária. O governo não enviou sua proposta ao Congresso no último dia 21. Uma sessão (virtual) de debates com o ministro da Economia, Paulo Guedes, está marcada para o próximo dia 5, mas a votação dos projetos de fiscalizar o governo. Dos 87 requerimentos de convocação de autoridades do Executivo, apenas um foi aprovado pelo Senado neste ano - do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub. Na Câmara, são 66 pedidos para ouvir autoridades na gaveta.

No Senado, os presidentes das comissões têm mandato de dois anos. Na

Câmara, de apenas um. Pela primeira vez, a Casa está há cinco meses sem sequer escolher quem vai comandar os colegiados - a eleição deveria ter ocorrido em fevereiro, antes mesmo de as sessões presenciais serem suspensas.

O sistema virtual criado para votações à distância durante a pandemia tem sido usado apenas no plenário e, tanto na Câmara quanto no Senado, virou uma referência para outros parlamentos no mundo. Os comandos das duas Casas dizem, porém, que não há condições técnicas para expandir seu funcionamento também para as comissões, sem dar detalhes sobre o motivo de o sistema funcionar sem paralisar o plenário (que reúne 513 deputados e 81 senadores) e não para os colegiados (que reúnem grupos menores de parlamentares).

Caixa Econômica tem novas linhas de crédito imobiliário

PEDRO PEDUZZI - REPÓRTER DA AGENCIA BRASIL - BRASILIA

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que, a partir do dia 3 de agosto será disponibilizada uma nova linha de crédito imobiliário para pessoa física. Por possibilitar o uso de imóveis como garantia, procedimento chamado home equity, a nova modalidade possibilita taxas de juros mais baixas.

“É uma modalidade de crédito pessoal muito usada nos Estados Unidos, que possibilita uma taxa de juros menor, na comparação com outras modalidades de crédito pessoal, e uma garantia mais sólida”, disse o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, ao fazer o anúncio por meio da página do banco no Youtube.

A contratação dessa modalidade, denominada Real Fácil Caixa, pode ser feita tanto para imóveis comerciais como residenciais. “Vamos oferecer três modalidades de taxas: corrigidas por TR [Taxa Referencial], IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o principal indicador inflacionário do país] ou taxa fixa”, explicou Guimarães ao informar que, neste primeiro momento os imóveis usados como garantia têm de estar livres de

ônus.

No caso da TR, será cobrada uma taxa e, no do IPCA, taxa a partir de 0,7% ao mês e com garantia de até 60% do valor do imóvel. Com a modalidade IPCA, será a taxa mensal a partir de 0,60% ao mês, com garantia de 50% do valor do imóvel. Já a taxa fixa será de 0,8% ao mês, com garantia de 60% do imóvel. Em todas as modalidades, o prazo máximo de financiamento é de 15 anos.

“As taxas de balcão, que são oferecidas independentemente do relacionamento com o banco, ficarão em 0,9% mais TR, tendo como taxa máxima de financiamento 60% do valor do imóvel”, acrescentou Guimarães.

Segundo Guimarães, ao criar as novas linhas de financiamento, a Caixa tem expectativa de “emprestar R\$ 40 bilhões”. Ou seja, aumentar em mais de dez vezes os atuais R\$ 3,5 bilhões, que representam 32% do market share que a coloca como líder em um mercado que movimentou R\$ 11 bilhões no Brasil.

A contratação desses créditos pode ser feita nas agências da Caixa e nos correspondentes CAIXA Aqui. É possível fazer simulações e comparações de juros e condições de empréstimo por meio do site do banco.

DEBATE ONLINE

FIEB realiza live sobre situação das indústrias

Com mediação do presidente da entidade, Ricardo Alban, live será realizada na próxima terça-feira, dia 04.08, às 18h. A indústria de bens de consumo está ligada à qualidade de vida da população e é um termômetro do grau de confiança dos consumidores quanto ao futuro da economia. Além disso, o seu desempenho tem impacto direto no número de empregos gerados pelo setor industrial. Para discutir as perspectivas deste setor, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) realiza, na pró-

xima terça-feira, dia 04.08, a live Os desafios das indústrias de bens de consumo da Bahia, a partir das 18h, no canal da entidade no Youtube (youtube.com/SistemaFIEB). Com mediação do presidente da FIEB, Ricardo Alban, a live tem como convidados representantes de importantes segmentos de bens de consumo da Bahia, como cosméticos, saneantes, alimentos, calçados e vestuário. Participam do debate o diretor da Biscoitos Itália, Geraldo Pires; o sócio diretor industrial da Amávia Cosméticos, Emerson

Ferreira; o sócio diretor da ZAB Produtos de Limpeza, Ronaldo Bulhões, o presidente do Sindcalçados editor da Henrich/Carrano, Paulo Bender; e o diretor da Camislas Polo Salvador presidente do Sindicato BA Hari Hartmann. A live faz parte da série Diálogos FIEB, que discute temas relevantes para o setor industrial. O QUE - Live sobre os desafios das indústrias de bens de consumo da Bahia ONDE - no Sistema FIEB no Youtube (youtube.com/SistemaFIEB). QUANDO: 04.08.2020, 18h

EWS ESTACIONAMENTOS SALVADOR S.A. - C.N.P.J. 18.938.147/0001-92			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
ATIVO	Balanco Patrimonial (Valores expressos em reais)		PASSIVO
	Dez/2019	Dez/2018	
Ativo circulante	6.612.742,94	4.997.605,23	Passivo Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	2.951.528,95	3.049.589,78	Emprestimos e Financiamentos
Contas a receber	2.001.208,26	1.112.192,84	1.300.120,12
Impostos a recolher e a recuperar	1.180.482,26	1.225.520,09	Obrigações com e sem contrapartida
Outros créditos	123.119,30	109.802,52	14.620.607,07
Participações em outras empresas	316.417,3	197.845,13	Obrigações tributárias
Outros créditos	4.728,25	13.968,95	6.672,91
Ativo não circulante	183.848.828,19	154.060.822,11	Adiantamentos de Clientes
Imóvel	154.472,09	153.738,24	2.628,39
Depósitos a prazo	12.282,16	12.282,16	Reserva de lucros
Depósitos em instituições financeiras	42.240.554,99	45.494.191,66	7.000,00
Indevidido	107.279.452,02	108.447.326,14	Passivo não circulante
Intangível			Emprestimos e Financiamentos
			1.300.120,12
			Obrigações com e sem contrapartida
			104.524.945,81
			15.149.239,23
			159.400.612,57
			127.242.848,20
			37.157.764,37
			Capital social
			58.203.000,00
			Reserva de capital
			61.700,000,00
			Prejuizo acumulado
			15.049.602,41
			104.524.945,81
Total Ativo	188.071.568,07	158.999.373,34	Total do passivo e patrimônio líquido
			188.071.568,07
			158.999.373,34

Emílio Sanches Salvador Diretor
Paulo Fernando Zito - Diretor
Leandro Pinheiro Domingues - CRC: 192524/2-0/8

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/07/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 30 de Julho de 2020 - 22:20

Petrobras reduz em 4% preço da gasolina nas refinarias nesta sexta

A Petrobras anunciou que a gasolina terá uma redução (31), nas distribuidoras. De acordo com a companhia, "com a redução de 4% (ou R\$ -0,07 por litro), o preço médio da gasolina da Petrobras para as distribuidoras passou a ser de R\$ 1,65 por litro". No acumulado do ano, a redução do preço é de 13,8%.

A companhia informou também que o preço do diesel (S10 e S500) não sofrerá alteração no preço nas distribuidoras. O diesel, no acumulado do ano, teve uma redução do preço de 21,5%, de acordo com a Agência Brasil.

O último reajuste da Petrobras ocorreu no dia 17 de julho, quando a empresa aumentou em 6%, na média, o preço do litro do diesel e da gasolina em 4%.

Os preços são referentes ao valor vendido para as distribuidoras a partir das refinarias. O valor final ao motorista depende do mercado, já que cada posto tem sua própria política de preços, sobre os quais incidem impostos, custos operacionais e de mão de obra.

Desde o início do ano, a gasolina já teve 23 reajustes, sendo que 10 foram aumentos e 13 deles, reduções nos preços para as distribuidoras. No caso do diesel, foram 17 reajustes, sem que seis deles aumentos de preço e 11 deles redução no preço nas distribuidoras.

Veículo: Agência Brasil	
Data: 31/07/2020	



Benefício fiscal para cerveja custou R\$ 2,8 bilhões em quatro anos

Desde 2015, bebida paga 6% de IPI, contra 15%

*Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília
Atualizado em 09/12/2019 - 20:32*

A desoneração da bebida alcoólica mais consumida no país está custando caro aos cofres públicos. Segundo estudo divulgado hoje (9) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o governo brasileiro deixou de arrecadar R\$ 2,8 bilhões em quatro anos por causa do benefício fiscal concedido aos fabricantes de cervejas.

Em 2015, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre a cerveja caiu de 15% para 6%. A alíquota é menor que a cobrada sobre produtos básicos, como bolacha e biscoitos (10%), xampus e desodorantes (7%) e tijolo (8%). Em contrapartida, outras bebidas alcoólicas, como vinhos (10%) e destilados (de 25% a 30%), tiveram as alíquotas elevadas.

Como resultado da mudança de política, a participação das cervejas no IPI de bebidas alcoólicas caiu de 85% em 2014 para 61% em 2017, dois anos depois do novo modelo de tributação. Segundo o estudo, o IPI diferenciado impede a diversificação no mercado de bebidas alcoólicas. Atualmente, as cervejas concentram quase 90% do consumo do setor no país.

Benefício duplo

O estudo da FGV destaca que alguns produtores de cerveja obtêm benefício fiscal duplo, ao também se beneficiarem da fabricação de refrigerantes na Zona Franca de Manaus. Empresas que compram insumos e material de embalagem de indústrias estabelecidas na Zona Franca podem abater a cobrança de IPI.

Com esse procedimento, grandes multinacionais que produzem os insumos básicos de seus produtos em Manaus vendem para engarrafadoras do mesmo grupo, ganhando duas vezes no processo de produção. Segundo o estudo, a prática pode ser definida como subsídio cruzado, que desonera produtos que podem ter impacto negativo sobre a sociedade, como as bebidas alcoólicas.

Segundo o levantamento, a manutenção do modelo de tributação para a cerveja favorece a exclusão de concorrentes. No médio e no longo prazo, a diminuição de competidores resulta em perda de arrecadação de R\$ 15,3 bilhões a R\$ 19,4 bilhões, deixando de gerar de 3,2 milhões a 4 milhões de postos de trabalho. A massa salarial cairá de R\$ 24,8 bilhões a R\$ 31,5 bilhões.

Sugestões

O estudo destaca que as propostas de emenda à Constituição de reforma tributária que tramitam no Congresso convergem em dois pontos: a criação de um imposto sobre o consumo e a criação

de um tributo especial para produtos como combustíveis, armas, cigarros e bebidas alcoólicas. Segundo a FGV, é possível aumentar a arrecadação redistribuindo as alíquotas do futuro imposto especial e corrigindo assimetrias que diminuem a concorrência, sem aumentar a carga tributária como um todo.

Sindcerv

Em nota, o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindcerv), que representa 80% do setor, contestou o estudo. Segundo a entidade, embora a alíquota de IPI tenha caído, a alíquota de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sofreu elevação de quase 60%. O novo modelo, na avaliação do sindicato, teve como objetivo concentrar recursos na União, já que o PIS/Cofins não é repassado a estados e municípios.

A nota também destacou que a cerveja tem, em média, 4% de teor alcoólico, contra teor até 10 vezes maior de bebidas destiladas, que pagam mais IPI. Para o Sindcerv, um aumento na carga tributária da cerveja à custa de uma redução dos impostos de destilados prejudicaria a sociedade como um todo, que sofreria com a retração da economia e a perda de empregos.

Matéria ampliada às 20h32 para inclusão do posicionamento do Sindcerv

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/07/20	



REFORMA TRIBUTÁRIA: ESTADOS REIVINDICAM DA UNIÃO R\$ 480 BI EM DEZ ANOS PARA ABASTECER FUNDOS



admin 31 Julho, 2020

Os governos estaduais estão pedindo ao governo federal, no âmbito da reforma tributária, R\$ 480 bilhões ao longo de dez anos para abastecer os fundos de desenvolvimento regional e de compensações das exportações. A informação foi divulgada pelo portal G1. O presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles informou que a proposta foi apresentada nesta semana à equipe do Ministério da Economia.

De acordo com Fonteles, esse é o principal ponto de discussão entre a União e os estados para a criação de tributo nos moldes de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) nacional. Ainda segundo Fonteles, a proposta é que os recursos para os fundos estaduais sejam repassados gradativamente pelo governo federal, crescendo a uma razão de 10% ao ano. Ao fim de dez anos, o valor seria de R\$ 97 bilhões por ano.

Foto : José Cruz/Agência Brasil

Veículo: Metro1	Economia
Data: 30/07/20	



Economia

Reforma tributária: estados reivindicam da União R\$ 480 bi em dez anos para abastecer fundos

Presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles informou que a proposta foi apresentada nesta semana à equipe do Ministério da Economia

Por Luciana Freire no dia 30 de Julho de 2020 · 21:00

Os governos estaduais estão pedindo ao governo federal, no âmbito da reforma tributária, R\$ 480 bilhões ao longo de dez anos para abastecer os fundos de desenvolvimento regional e de compensações das exportações. A informação foi divulgada pelo portal G1.

O presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles informou que a proposta foi apresentada nesta semana à equipe do Ministério da Economia.

De acordo com Fonteles, esse é o principal ponto de discussão entre a União e os estados para a criação de tributo nos moldes de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) nacional.

Ainda segundo Fonteles, a proposta é que os recursos para os fundos estaduais sejam repassados gradativamente pelo governo federal, crescendo a uma razão de 10% ao ano. Ao fim de dez anos, o valor seria de R\$ 97 bilhões por ano.

mercado coronavírus

53% das empresas têm dificuldade para pagar conta; calote deve subir

Quase metade adiou em junho pagamento de impostos como medida para ajudar nas despesas, afirma IBGE

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO A maioria das 2,8 milhões de empresas em atividade no Brasil teve dificuldades para realizar pagamentos de rotina na segunda quinzena de junho, em meio à pandemia da Covid-19. E quase metade teve de postergar o pagamento de impostos como medida para ajudar nas contas, segundo pesquisa divulgada nesta quinta (31) pelo IBGE. O cenário se encaminha para o aumento da inadimplência, já que a demanda continua baixa, e os custos, altos, para as empresas, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

Os dados da pesquisa do IBGE são de junho, mas o cenário atual do mês de julho é ainda pior e tende a perdurar por mais alguns meses. Não há como prever uma retomada enquanto a Covid-19 deixar rastros de contaminações e mortos, impondo o distanciamento social.

“Os custos continuam caindo na conta. E, em razão da falta de movimento, é claro que as empresas não conseguiram adequar o fluxo de caixa”, disse o professor Otto Nogueira, economista do Insper. Na sua avaliação, a tendência é que o quadro se agrave, já que a retomada não está acontecendo na velocidade esperada pelos empresários.

“Tem muita empresa postergando abertura, pois percebeu que ficaria mais caro abrir do que se manter fechado”, definiu. Sem demanda, vão se acumulando impostos e contas atrasadas, o que vai aumentando a dívida e dificultando a equalização do fluxo de caixa. De acordo com IBGE, para 52,9% das empresas em funcionamento no país, foi difícil manter a capacidade em realizar pagamentos de rotina no período estudado.

Entre as pequenas companhias, com até 49 funcionários, essa proporção foi maior (53,2%) do que nas médias (42,1%), com até 499 empregados, e grandes (29,5%), com 500 ou mais pessoas. O empresário Wagner Bezerra Duarte, dono do bar Sano Remédio, no Grajaú (Rio), foi um dos que sentiram dificuldade em arcar com os pagamentos durante a pandemia.

Ele disse que a prioridade era garantir o pagamento dos salários da equipe durante a crise e recorreu ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

O programa foi criado com o objetivo de destravar o crédito para pequenos empresários, mas a demora na liberação contribuiu para que o estabelecimento passasse apertado durante a pandemia. “Se eles tivessem ajudado no início de abril, como esperado, teríamos superado a crise com menos dificuldade”, afirmou.

Sem faturamento por mais de cem dias, a empresa precisou buscar cooperação de fornecedores de longa data.

“Alguns foram mais flexíveis e realistas e aguardaram nosso empréstimo do governo federal. Só assim conseguimos respirar e sanar todas as contas”, disse o empresário. Mesmo diante das dificuldades, o empresário conseguiu arcar com as remunerações dos funcionários.

A realidade de Duarte é a mesma que a maioria dos empresários do setor de serviços prestados às famílias, o mais atingido pela dificuldade de arcar com os pagamentos, com 79,9% dos negócios impactados. O segmento inclui bares, restaurantes e hotéis, além de turismo e viagens, em um conjunto de atividades que acabaram suspensas ou realizadas de forma parcial ao longo da pandemia.

IBGE aponta ainda que, do total de empresas em atividade no país, 43,9% precisaram adiar o pagamento de impostos. Flávio Magalhães, coordenador da pesquisa do IBGE, explicou que isso ocorreu ou por apoio do governo por medidas provisórias ou porque as companhias tiveram problema de caixa e não conseguiram arcar com os tributos.

Novamente, o impacto foi mais percebido no setor de serviços prestados às famílias, com 74,6% das companhias apelando ao adiamento de tributos, sendo que 87,7% contaram com algum apoio do governo. Entre as empresas que conseguiram linha de crédito emergencial para pagamento da folha salarial, 76,4% contaram com a ajuda do governo. Rodolpho Tobler, econo-

mista do FGV-Ibre, apontou que as companhias de menor porte vêm enfrentando dificuldades maiores para continuar ativas, mesmo após a flexibilização do distanciamento social.

“A demanda continua baixa, e os custos, altos. É um risco que nos próximos meses possa ter mais inadimplência”, apontou. “As empresas estão muito apertadas.”

Para Tobler, é preciso postergar impostos e adotar outros métodos para proteger as empresas menores, mas ainda vai haver um número elevado de calotes. “As coisas ainda estão andando devagar.”

Alta na inadimplência das empresas já reflete nos bancos. Nesta quinta, o Bradesco divulgou que seu lucro líquido caiu 42,1% no segundo trimestre de 2020 ante igual período de 2019. O tombo foi causado por mais um forte aumento das reservas para cobrir calotes, consequência dos danos econômicos do coronavírus (leia na pág. A17).

De acordo com o IBGE, o ramo mais afetado no comércio foi de veículos, peças e motocicletas, que sentiu dificuldade em arcar com os pagamentos de rotina em 61,3% das companhias. O resultado é reflexo do fechamento de fábricas e lojas e a diminuição do poder de compra do brasileiro em meio aos temores do avanço da pandemia no país e seus impactos econômicos. Para a professora do Ibmec Vivian Almeida, a evolução do vírus e o número de contaminados e mortes permanecendo altos estão influenciando na demora para a recuperação acontecer. Outros fatores são uma parcela considerável da população que perdeu o emprego ou que, mesmo ocupada, evita gastar por medo de demissão.

“Esses são riscos que os consumidores percebem. E esses indicadores, olhando pela demanda, vão freando decisões de consumo e retardando a retomada”, disse. Ela explicou que, diante desse quadro, as empresas retardaram pagamentos de impostos.

Segundo a mais recente Pnad Continua do IBGE, 7,8 milhões de postos de trabalho foram perdidos no país no tri-

Pesquisa mostra piora do ambiente empresarial



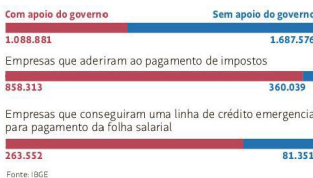
Tipos de empresa que tiveram dificuldades em realizar pagamentos



Empresas que adiaram o pagamento de impostos na pandemia



Total de empresas que aderiram a alguma medida de reação na pandemia



mestre encerrado em maio — a pesquisa de junho precisou ser adiada por dificuldades em colher informações por telefone em meio à pandemia.

Já dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de junho apontam que 1,5 milhão de pessoas perderam emprego com carteira assinada na pandemia.

De acordo com a pesquisa divulgada nesta quinta pelo IBGE, 14,8% do total, ou aproximadamente 41 mil empresas, precisaram fazer redução no quadro de funcionários. Cerca de 27% das companhias de serviços prestados às famílias sentiram o golpe.

Os dados fazem parte de segunda edição da pesquisa Pulso Empresas: Impacto da Covid-19 nas empresas, lançada pelo instituto no início de julho. As divulgações aconteceram de forma quinzenal.

Vivian Almeida analisa que não é possível fazer uma previsão de retomada diante do atual cenário da Covid-19. “É um horizonte ainda nebuloso por essa oscilação natural da pandemia, que a cada passo monitoramos o número de casos, mortos e impacto na vida das pessoas.”

Inadimplência no setor elétrico quase quadruplica

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO No setor elétrico, os indicadores de inadimplência quase quadruplicaram após o início da crise. Segundo o mais recente boletim divulgado pelo MME (Ministério de Minas e Energia) sobre o tema, o índice de inadimplência de curto prazo entre 18 de março e o fim de junho estava em 8,22%, ante uma média de 2,42% no primeiro semestre de 2019.

Os dados, porém, sinalizam uma evolução no volume de pagamentos: considerando apenas os 30 dias anteriores a 21 de junho, o índice de inadimplência era de 4,73%.

O MME parou de divulgar os dados após essa data, mas se espera que o mercado era de nova piora depois do fim do subsídio federal aos consumidores de baixa renda, que expirou no início de julho.

Apesar da elevação na inadimplência, as distribuidoras de energia estão, desde o fim de março, proibidas de interromper o fornecimento por determinação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Essa medida vale até esta sexta (31), quando as contas de luz dos consumidores poderão voltar a ser desligadas em caso de inadimplência.

A medida não valerá apenas para os consumidores de baixa renda, cujo corte continuará proibido até dezembro.



MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

Chegou o **Match da Saúde**, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer e muito mais. **Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.**

Assesse agora: folha.com/matchdasuade

O Match da Saúde usou como base as fontes de maior credibilidade do mundo.





PAINEL S.A. | [Joana Cunha](mailto:joana.cunha@painel.sa.grupofolha.com.br)

painel.sa@grupofolha.com.br



O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em seminário em Brasília realizado pela Folha em parceria com a CNI. *Mauro Bonini/Folhapress*

Daqui a pouco vão enrolar a sociedade com nome em inglês para CPMF, diz Maia

Presidente da Câmara afirma acreditar que tributo que governo quer aplicar sobre pagamentos não seria aprovado e que votaria contra

Danielle Brant e Mayara Paixão

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ironizou nesta quinta (30) a tentativa da equipe econômica de recriar a CPMF e afirmou que daqui a pouco o governo daria um nome em inglês ao tributo para tentar "enrolar a sociedade". O deputado participou do seminário virtual Indústria em Debate, realizado pela Folha em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Maia criticou as discussões envolvendo a recriação do imposto. "Minha crítica não é se é CPMF, se é microimposto digital, se é um nome inglês para o imposto para ficar bonito para tentar enrolar a sociedade. Minha tese é a seguinte: nós vamos voltar à mesma equação que foi de 1996 a 2004, 9% de aumento da carga tributária", disse.

"Com um PIB [Produto Interno Bruto] de R\$ 7 trilhões... R\$ 600 bilhões, para quê? Para que a sociedade está contribuindo com mais R\$ 600 bilhões para o estado brasileiro? Ela melhorou a qualidade da educação? Melhorou a qualidade da saúde?"

Nesta quinta, a Folha mostrou que o Ministério da Economia estudou propor uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. Para abrir mão dessa receita, no entanto, a equipe econômica tem a avaliação de que será necessária a criação de um novo imposto, a ser aplicado sobre pagamentos.

No seminário, o presidente da Câmara disse ser radicalmente contra a criação de qualquer imposto. "Esse aí, então, que a gente sabe que é cumulativo, que é regressivo, que faz a economia parar de crescer, esse eu sou contra também não mérito", afirmou. Maia afirmou ainda que, na sua avaliação, a nova CPMF não passaria na Câmara e que ele seria um dos que votariam contra a proposta. "Aqueles poucos que eu influenciei vou tentar influenciar para também votar contra", disse.

O seminário, mediado pelo diretor da Sucursal da Folha em Brasília, Leandro Colon, também contou com a presença de Affonso Celso Pastore (economista e presidente do Centro de Deba-

tes de Políticas Públicas), José Ricardo Roriz Coelho (vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico), Robson Braga (presidente da CNI) e do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária. O presidente da Câmara estimou que o Congresso teria 12 meses para aprovar a reforma tributária, porque, a partir do segundo semestre de 2021, as eleições presidenciais vão começar a afetar o andamento das propostas legislativas. "O que a gente quiser fazer de estruturante no Brasil a gente precisa fazer em 12 meses", afirmou.

Na avaliação dele, o ideal seria fazer de estruturante no Brasil a gente precisa fazer em 12 meses", afirmou.

"Se o Congresso conseguir incluir estados e municípios, ótimo. Porque, se a gente também não resolver o ICMS [imposto estadual], a gente não vai estar resolvendo o principal problema que gera as distorções nos impostos de bens e serviços", defendeu.

Na análise dos debatedores do evento, o caminho para estimular o parque industrial brasileiro e criar incentivos para o investimento externo passa por uma reforma tributária ampla, que simplifique os tributos sobre o consumo por meio da fusão de impostos, aos moldes da PEC 45, proposta da Câmara que prevê a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) unificando cinco tributos, entre eles PIS, Cofins e ICMS.

Na opinião de Pastore, a simplificação tributária, como proposta na PEC, pode revolucionar a indústria e o crescimento econômico, ao solucionar distorções prejudiciais ao setor.

"Estamos assistindo a um processo precoce de desindustrialização no país", afirma. Braga, da CNI, acrescentou que há um consenso internacional de que o aumento da base produtiva local é fator chave para enfrentar crises, como a atravessada pelo Brasil atualmente.

Para isso, no entanto, é necessário reverter e corrigir a tributação, que onera empresas e consumidores.

“Minha crítica não é se é CPMF, se é microimposto digital, se é um nome inglês para o imposto para ficar bonito, para tentar enrolar a sociedade. Minha tese é a seguinte: nós vamos voltar à mesma equação que foi de 1996 a 2004, 9% de aumento da carga tributária”

“Minha crítica não é se é CPMF, se é microimposto digital, se é um nome inglês para o imposto para ficar bonito, para tentar enrolar a sociedade. Minha tese é a seguinte: nós vamos voltar à mesma equação que foi de 1996 a 2004, 9% de aumento da carga tributária”

Rodrigo Maia presidente da Câmara

Deputado afirma que não vota flexibilização do teto de gastos

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou nesta quinta-feira (30) o que chamou de brutal pressão para desfazer o teto de gastos no país e descartou votar qualquer flexibilização da regra até 1º de fevereiro de 2021, quando termina seu mandato.

A regra do teto determina que o limite de crescimento dos gastos de um ano para o outro é a correção pela inflação do período. Qualquer mudança precisaria de apoio na Câmara e no Senado.

Maia participou do seminário virtual Indústria em Debate, realizado pela Folha em parceria com a CNI. Segundo o presidente da Câmara, o debate sobre a mudança no modelo tributário vem em um bom momento, em meio ao aumento de gastos decorrente da adoção de medidas emergenciais para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. "A situação, de acordo com o deputado, já está gerando uma brutal pressão para desfazer o teto de gastos no Brasil". A Câmara não vai votar nenhuma flexibilização do teto de gastos. Até 1º de fevereiro, a Câmara não vai votar.

Maia destacou que o cenário pós-pandemia vai exigir investimento público, uma renda básica permanente e uma resposta para a desoneração das empresas.

Segundo ele, as soluções apontadas vão na linha contrária da estratégia de organizar as despesas públicas para que, com a carga tributária atual, seja possível melhorar a eficiência do gasto "e aplicar os recursos públicos nas áreas que, de fato, a sociedade precisa do estado brasileiro".

O presidente da Câmara criticou o fato de algumas discussões terem sido abandonadas, como as propostas no Senado que envolvem controle de gastos, indexação e vinculação de receitas.

Maia defendeu ainda que o aumento da arrecadação seja resultado do crescimento da economia, e não da elevação da carga tributária. Além disso, afirmou que a solução para melhorar as contas deveria vir do corte de despesas públicas, e não da criação de impostos.

Envelhecimento precoce

As demissões entre os trabalhadores idosos, que fazem parte do grupo de risco do coronavírus, aceleraram na pandemia. Os profissionais mais velhos tiveram o maior aumento relativo no número de desligamentos no primeiro semestre deste ano, ante o mesmo período de 2019, segundo dados do Caged, cadastro do Ministério da Economia sobre o emprego formal. Cerca de 67 mil profissionais com 65 anos ou mais saíram do emprego, o que representa uma alta de 25%.

MATURIDADE Na faixa etária de 50 a 64 anos, o crescimento foi de 9%, com 756 mil pessoas que foram dispensadas ou pediram demissão no período.

MELHORIDADE Nas etapas intermediárias da carreira a tendência foi outra. Dos 25 aos 29 anos o que se viu foi uma queda de 2,3% nos desligamentos, o que representa 1,4 milhão de demissões. E dos 30 aos 39 anos, um recuo de 1,6%, com 2,3 milhões de cortes.

FUTURO A faixa etária até 17 anos também teve mais trabalhadores saindo do emprego nos primeiros seis meses de 2020. Foram cerca de 100 mil, alta de 17% ante 2019.

LOBO-GUARÁ O ex-secretário especial da Receita Federal Marcos Cintra, que no ano passado perdeu o cargo no governo Bolsonaro por defender a retomada da CPMF na forma de um imposto que atingiria as crescentes transações realizadas digitalmente, questionou o lançamento da nota de R\$ 200.

DINHEIRO NA MALA Cintra considerou a ideia "uma coisa assombrosa" porque o mundo caminha para deixar de usar moeda manual no futuro. Para ele, a nova nota só favorece quem guarda dinheiro em mala, dentro da cueca e na moeça.

SOMBRA "Não faz o menor sentido. Não sei o que passa na cabeça do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Eu sei quem isso vai favorecer: a legalidade, o tráfico, a corrupção, aqueles que usam moeda manual para ocultar patrimônio", diz ele.

ROLETA Potenciais investidores interessados na liberação dos jogos de azar no Brasil já estão preocupados porque dizem estar recebendo sinais do Ministério do Turismo de que a pasta vai defender um modelo com um só resort integrado com cassino.

AZAR Liberar um único, na avaliação do setor, derrubaria o maior argumento a favor da legalização do jogo, que seria o aumento de arrecadação tributária, geração de emprego e investimento. Os projetos que tramitam no Congresso planejam mais de 30 cassinos.

ESTATÍSTICA O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que neste mês contraiu coronavírus e foi parar no hospital, voltou ao trabalho nesta quinta (30) e, com um vídeo publicado em rede social, relata como foram seus momentos com a doença que já matou mais de 90 mil brasileiros.

LEITO Ele afirma que sua internação no Sirio Libanês foi preventiva. "Passei bem no hospital, respiração normal, apenas uma pequena febre, além da perda de olfato e paladar. Sai do hospital bem, fui para casa", disse Skaf. Ele chegou a voltar ao hospital com pneumonia bacteriana, mas não divulgou a informação.

LOBOQUINA Apoiador de Jair Bolsonaro, Skaf se reuniu pessoalmente com o presidente, que também se contaminou. Bolsonaro foi diagnosticado com Covid-19 sete dias antes do presidente da Fiesp. "Tive alta, estou curado e, graças a Deus, essa questão do Covid para mim já passou a ser uma página virada", afirmou Skaf.

SOLIDARIEDADE A relevância conquistada pelo movimento de doações durante a pandemia deve servir de pressão para acelerar a investigação das mortes de dois moradores de rua em Itapetvi, na Grande SP. Eles ingeriram marmitas doadas com alimentos contaminados por veneno de rato.

FOME Entidades representativas do terceiro setor dizem que o crime precisa ser escapecido para não prejudicar a adesão às doações.

BRUTALIDADE "Não é aceitável usar uma ação de bondade para cometer um crime que, inclusive, pode prejudicar milhões de brasileiros que estão doando para diminuir o impacto que a pandemia está trazendo para todo o país", diz João Paulo Vergueiro, diretor da ABCR (associação de captores de recursos).

SAÚDE No início da pandemia, os atendimentos na rede Dr. Consulta caíram 40%. Agora o patamar foi retomado. Como em outras crises, o avanço atual é atribuído, em parte, à demanda de trabalhadores que foram demitidos e perderam seus planos de saúde.

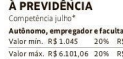
com Filipe Oliveira e Fernanda Perrin

INDICADORES

JUROS



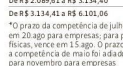
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA



MEI (Microempreendedor)



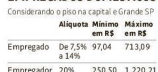
Arquiteto



IMPOSTO DE RENDA



EMPREGADOS DOMÉSTICOS



*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 ago. A guia de pagamento dos guardas inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a doméstica e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

coronavírus mercado

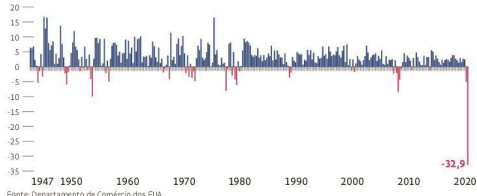
Economia dos EUA sofre queda de 9,5% no 2º tri, a maior da história

Na taxa anualizada, tomo histórico da economia americana sob efeitos da pandemia foi de 32,9%

WASHINGTON | THE WALL STREET JOURNAL A economia dos EUA se contraiu em nível recorde no trimestre passado, e o número semanal de pedidos de auxílio-desemprego subiu pela segunda semana consecutiva, em meio a sinais de desaceleração na recuperação. O Departamento do Comércio anunciou que o PIB (Produto Interno Bruto) caiu 32,9%, em termos anualizados, no segundo trimestre, e 9,5% em relação ao primeiro trimestre. Os dois números representam as marcas de maior baixa em séries históricas iniciadas em 1947.

PIB dos EUA tem queda recorde no 2º trimestre

Dado anualizado, em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: Departamento do Comércio dos EUA

O declínio veio com a aplicação de medidas de "lockdown" por estados de todo o país, para conter o coronavírus; essas restrições terminaram canceladas semanas mais tarde. Os economistas antecipam uma retomada do crescimento econômico no terceiro trimestre, iniciado em 1º de julho. Outro dado divulgado foi o de que as solicitações de auxílio-desemprego subiram por um total sazonalmente ajustado de 12 mil pedidos, para 1,43 milhão na semana encerrada em 25 de julho, informou o Departamento do Trabalho. Os pedidos de auxílio-desemprego caíram depois de chegar a um pico no final de março, mas continuam elevados em termos históricos.

Uma disparada nos contágios pelos vírus da metacefe de junho para cá pode estar desacelerando a recuperação em alguns estados, de acordo com alguns dados em tempo real recolhidos pelo setor privado.

"A revés é essencial que as coisas não fiquem piores quanto antecipamos alguns meses atrás", disse Ian Shepherdson, economista chefe da consultoria Pantheon Macroeconomics, sobre o terceiro trimestre, mencionando a aceleração no número de casos novos de coronavírus.

O índice de transações com cartões de crédito e débito do banco JP Morgan, por exemplo, demonstrou que os gastos subiram em maio e no começo de junho, mas depois se estagnaram e na semana passada se mantiveram laterados. Dados da Facteus, que rastreia as transações de

15 milhões de portadores de cartões de crédito e débito, também indicam que os gastos em restaurantes estavam crescendo em junho, mas a alta está estacada, diz o analista. A contratação projetada para o segundo trimestre seria a queda mais severa já registrada, desde que esses dados

do terceiro trimestre, em busca de possíveis sinais de desaceleração nos indicadores de alta frequência", disse Andrew Hunter, economista da Capital Economics. A contratação projetada para o segundo trimestre seria a queda mais severa já registrada, desde que esses dados

começaram a ser acompanhados, em 1947, e um declínio mais de três vezes superior do do primeiro trimestre de 1983, quando o PIB caiu em ritmo anualizado de 10%. O relatório sobre o PIB de maio mostrou o efeito pesado dos "lockdowns", distanciamento social e outras medi-

das de combate à expansão do vírus sobre os gastos dos consumidores e das empresas. Os estados começaram a abrir suas economias em maio — o que resultou em uma recuperação parcial no emprego e no consumo —, mas alguns deles voltaram a impor restrições, posteriormente, em razão do aumento do número de contágios. "Pelo final do [segundo] trimestre, não há questão de que as coisas haviam melhorado substancialmente, mas o início do trimestre foi tão horrível que o trimestre como um todo será péssimo", disse Shepherdson.

Matt Godden, presidente-executivo da Centerline Logistics, operadora de transporte marítimo no mundo sediada em Seattle, disse ter visto sinais encorajadores no setor de navegação. "Se considerarmos os volumes de julho, há alguns sinais decentes de esperança",

como o tráfego ampliado de navios e alguma estabilização nos mercados de energia, disse. "Os clientes de contêineres podem ter realizado cortes excessivos", acrescentou, dizendo que alguns deles agora estão tentando elevar sua capacidade de transporte. O consumo, especialmente de itens de preço elevado como casas, carros e outras aquisições de uso prolongado, aumentou em junho. Os empregadores também criaram 4,8 milhões de postos de trabalho no mês, ainda que a recuperação do mercado de trabalho possa estar se desacelerando também. Tradução de Paulo Migliccio

PIB da Alemanha tem contração recorde de 10,1% no 2º tri

A economia da Alemanha se contraiu em 10,1% no segundo trimestre, recuo mais acentuado já registrado, uma vez que os gastos das famílias, os investimentos empresariais e as exportações despencaram durante a pandemia de Covid-19. A Alemanha encerrou quase dois anos de crescimento econômico. "Agora é oficial, é a recessão do século", afirma Andreas Scheuer, economista da Deutsche Bank.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 Edital de Licitação nº 001/2020 para contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e materiais esportivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seu anexo para formação e desenvolvimento de Atleta do Clube de Desporto de Fluminense. O Edital completo pode ser consultado em: www.guarulhos.sp.gov.br/licitacoes
PA 232/20 menor preço global do item, crie-se via P.M.E. EPP o MEI ou EPP, com o objetivo de entrega de material esportivo. Abertura em 11/08/2020 às 08h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link: Licitações Agendadas.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREÇO ELETRÔNICO - TIPO MENOR PREÇO
 Objeto: Aquisição e instalação de produtos para a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seu anexo para formação e desenvolvimento de Atleta do Clube de Desporto de Fluminense. O Edital completo pode ser consultado em: www.guarulhos.sp.gov.br/licitacoes
 Abertura de propostas a partir das 11:00h do dia 31 de julho de 2020. Encerramento de recebimento das propostas às 11:00h do dia 12 de agosto de 2020. Abertura das propostas às 11:00h do dia 12 de agosto de 2020. Local: www.guarulhos.sp.gov.br
 Prazo: 31 de julho de 2020. Prazo: 31 de julho de 2020.

COMUNICADO Nº AOS CLIENTES

A Oi S.A., em Recuperação Judicial, autorizada pelo Serviço de Conservação Patrimonial - SCM no registro 146 PGO, informa os novos valores máximos do Voto para clientes não residenciais, incluindo impostos e contribuições sociais nos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, sob o plano SCM 1007 comunicado a seguir.

A vigência dos novos valores será a partir de 01 de setembro de 2020.

Velocidade	AL	AM	AP	BA	CE	ES	MA	MG	PA	PB	PE	PI	RJ	RN	RR	SE
120km/h	R\$ 126,34	R\$ 120,85	R\$ 154,02	R\$ 141,52	R\$ 151,93	R\$ 145,53	R\$ 154,06	R\$ 156,46	R\$ 145,38	R\$ 156,35	R\$ 149,77	R\$ 158,34	R\$ 151,95	R\$ 145,38	R\$ 151,95	R\$ 151,95
130km/h	R\$ 132,02	R\$ 127,15	R\$ 160,35	R\$ 147,35	R\$ 157,34	R\$ 150,88	R\$ 159,37	R\$ 161,77	R\$ 150,69	R\$ 161,58	R\$ 155,07	R\$ 163,64	R\$ 157,25	R\$ 150,69	R\$ 157,25	R\$ 157,25
140km/h	R\$ 137,70	R\$ 132,45	R\$ 166,68	R\$ 153,33	R\$ 163,32	R\$ 156,86	R\$ 165,35	R\$ 167,75	R\$ 156,50	R\$ 167,39	R\$ 160,78	R\$ 168,84	R\$ 162,45	R\$ 156,50	R\$ 163,32	R\$ 163,32
150km/h	R\$ 143,38	R\$ 137,85	R\$ 172,99	R\$ 159,57	R\$ 169,31	R\$ 162,84	R\$ 171,33	R\$ 173,73	R\$ 160,64	R\$ 171,53	R\$ 164,92	R\$ 172,98	R\$ 166,55	R\$ 160,64	R\$ 167,31	R\$ 167,31
160km/h	R\$ 149,06	R\$ 143,35	R\$ 179,32	R\$ 165,81	R\$ 175,25	R\$ 168,78	R\$ 177,27	R\$ 179,67	R\$ 166,54	R\$ 177,33	R\$ 170,72	R\$ 178,77	R\$ 172,34	R\$ 166,54	R\$ 173,18	R\$ 173,18
170km/h	R\$ 154,74	R\$ 148,75	R\$ 185,65	R\$ 172,05	R\$ 181,99	R\$ 175,52	R\$ 184,01	R\$ 186,41	R\$ 173,32	R\$ 184,11	R\$ 177,50	R\$ 185,54	R\$ 179,11	R\$ 173,32	R\$ 179,67	R\$ 179,67
180km/h	R\$ 160,42	R\$ 154,15	R\$ 191,98	R\$ 178,29	R\$ 188,23	R\$ 181,76	R\$ 190,25	R\$ 192,65	R\$ 179,56	R\$ 190,35	R\$ 183,74	R\$ 191,78	R\$ 185,35	R\$ 179,56	R\$ 186,11	R\$ 186,11
190km/h	R\$ 166,10	R\$ 159,55	R\$ 198,31	R\$ 184,53	R\$ 194,47	R\$ 187,99	R\$ 196,48	R\$ 198,88	R\$ 185,79	R\$ 196,57	R\$ 190,06	R\$ 198,10	R\$ 191,67	R\$ 185,79	R\$ 192,44	R\$ 192,44
200km/h	R\$ 171,78	R\$ 164,85	R\$ 204,64	R\$ 190,81	R\$ 200,75	R\$ 194,27	R\$ 202,76	R\$ 205,16	R\$ 192,07	R\$ 202,76	R\$ 196,25	R\$ 204,29	R\$ 197,86	R\$ 192,07	R\$ 199,19	R\$ 199,19
210km/h	R\$ 177,46	R\$ 170,25	R\$ 210,97	R\$ 197,09	R\$ 207,03	R\$ 200,55	R\$ 209,04	R\$ 211,44	R\$ 197,95	R\$ 208,64	R\$ 202,13	R\$ 210,17	R\$ 203,74	R\$ 197,95	R\$ 204,64	R\$ 204,64
220km/h	R\$ 183,14	R\$ 175,55	R\$ 217,30	R\$ 203,33	R\$ 213,27	R\$ 206,79	R\$ 215,28	R\$ 217,68	R\$ 204,19	R\$ 214,88	R\$ 208,37	R\$ 216,41	R\$ 210,08	R\$ 204,19	R\$ 211,44	R\$ 211,44
230km/h	R\$ 188,82	R\$ 181,45	R\$ 223,63	R\$ 209,57	R\$ 219,51	R\$ 213,03	R\$ 221,52	R\$ 223,92	R\$ 210,40	R\$ 221,09	R\$ 214,58	R\$ 222,62	R\$ 216,29	R\$ 210,40	R\$ 218,19	R\$ 218,19
240km/h	R\$ 194,50	R\$ 187,45	R\$ 229,96	R\$ 215,81	R\$ 225,75	R\$ 219,27	R\$ 227,76	R\$ 230,16	R\$ 216,64	R\$ 227,33	R\$ 220,82	R\$ 228,86	R\$ 222,53	R\$ 216,64	R\$ 225,75	R\$ 225,75
250km/h	R\$ 200,18	R\$ 193,45	R\$ 236,29	R\$ 222,05	R\$ 231,99	R\$ 225,51	R\$ 234,00	R\$ 236,40	R\$ 222,88	R\$ 233,47	R\$ 226,96	R\$ 235,00	R\$ 228,67	R\$ 222,88	R\$ 230,16	R\$ 230,16
260km/h	R\$ 205,86	R\$ 199,45	R\$ 242,62	R\$ 228,29	R\$ 238,23	R\$ 231,75	R\$ 240,24	R\$ 242,64	R\$ 229,36	R\$ 240,35	R\$ 233,84	R\$ 241,88	R\$ 235,55	R\$ 229,36	R\$ 236,40	R\$ 236,40
270km/h	R\$ 211,54	R\$ 205,45	R\$ 248,95	R\$ 234,53	R\$ 244,47	R\$ 237,99	R\$ 246,48	R\$ 248,88	R\$ 235,68	R\$ 246,67	R\$ 240,16	R\$ 248,20	R\$ 241,87	R\$ 235,68	R\$ 243,84	R\$ 243,84
280km/h	R\$ 217,22	R\$ 211,45	R\$ 255,28	R\$ 240,77	R\$ 250,21	R\$ 243,73	R\$ 252,22	R\$ 254,62	R\$ 241,98	R\$ 252,81	R\$ 246,30	R\$ 254,34	R\$ 248,01	R\$ 241,98	R\$ 250,16	R\$ 250,16
290km/h	R\$ 222,90	R\$ 217,15	R\$ 261,61	R\$ 247,01	R\$ 256,45	R\$ 250,07	R\$ 258,56	R\$ 260,96	R\$ 248,28	R\$ 259,19	R\$ 252,68	R\$ 260,72	R\$ 254,39	R\$ 248,28	R\$ 256,40	R\$ 256,40
300km/h	R\$ 228,58	R\$ 223,15	R\$ 267,94	R\$ 253,25	R\$ 262,89	R\$ 256,51	R\$ 265,00	R\$ 267,40	R\$ 255,60	R\$ 266,41	R\$ 260,00	R\$ 268,04	R\$ 261,65	R\$ 256,51	R\$ 263,84	R\$ 263,84
310km/h	R\$ 234,26	R\$ 229,15	R\$ 274,27	R\$ 259,49	R\$ 269,13	R\$ 262,75	R\$ 271,24	R\$ 273,64	R\$ 261,70	R\$ 272,61	R\$ 266,20	R\$ 274,24	R\$ 267,85	R\$ 262,75	R\$ 270,16	R\$ 270,16
320km/h	R\$ 239,94	R\$ 235,05	R\$ 280,60	R\$ 265,73	R\$ 275,37	R\$ 269,07	R\$ 277,56	R\$ 279,96	R\$ 267,74	R\$ 278,77	R\$ 273,30	R\$ 281,00	R\$ 274,61	R\$ 269,07	R\$ 276,40	R\$ 276,40
330km/h	R\$ 245,62	R\$ 241,05	R\$ 286,93	R\$ 271,97	R\$ 281,61	R\$ 275,31	R\$ 283,80	R\$ 286,20	R\$ 276,42	R\$ 287,23	R\$ 281,80	R\$ 289,44	R\$ 283,05	R\$ 275,31	R\$ 283,84	R\$ 283,84
340km/h	R\$ 251,30	R\$ 247,05	R\$ 293,26	R\$ 278,21	R\$ 287,85	R\$ 281,55	R\$ 290,04	R\$ 292,44	R\$ 282,14	R\$ 293,25	R\$ 288,80	R\$ 296,44	R\$ 289,65	R\$ 281,55	R\$ 290,16	R\$ 290,16
350km/h	R\$ 256,98	R\$ 253,05	R\$ 299,59	R\$ 284,45	R\$ 294,09	R\$ 287,79	R\$ 296,28	R\$ 298,68	R\$ 287,84	R\$ 299,09	R\$ 294,80	R\$ 302,44	R\$ 295,45	R\$ 287,79	R\$ 296,40	R\$ 296,40
360km/h	R\$ 262,66	R\$ 259,05	R\$ 305,92	R\$ 290,69	R\$ 300,33	R\$ 294,03	R\$ 302,32	R\$ 304,72	R\$ 293,94	R\$ 305,33	R\$ 301,10	R\$ 308,74	R\$ 300,25	R\$ 294,03	R\$ 303,84	R\$ 303,84
370km/h	R\$ 268,34	R\$ 265,05	R\$ 312,25	R\$ 296,93	R\$ 306,57	R\$ 300,27	R\$ 308,56	R\$ 310,96	R\$ 299,56	R\$ 311,37	R\$ 307,20	R\$ 314,84	R\$ 306,75	R\$ 300,27	R\$ 310,16	R\$ 310,16
380km/h	R\$ 274,02	R\$ 271,05	R\$ 318,58	R\$ 303,17	R\$ 312,81	R\$ 306,71	R\$ 315,00	R\$ 317,40	R\$ 306,16	R\$ 317,81	R\$ 313,60	R\$ 321,44	R\$ 310,85	R\$ 306,71	R\$ 315,84	R\$ 315,84
390km/h	R\$ 279,70	R\$ 277,05	R\$ 324,91	R\$ 309,41	R\$ 319,05	R\$ 312,95	R\$ 321,24	R\$ 323,64	R\$ 307,76	R\$ 324,05	R\$ 320,00	R\$ 328,00	R\$ 317,25	R\$ 312,95	R\$ 321,44	R\$ 321,44
400km/h	R\$ 285,38	R\$ 283,15	R\$ 331,24	R\$ 315,65	R\$ 325,29	R\$ 318,99	R\$ 327,53	R\$ 330,00	R\$ 313,36	R\$ 330,45	R\$ 326,40	R\$ 334,44	R\$ 322,45	R\$ 318,99	R\$ 326,40	R\$ 326,40
410km/h	R\$ 291,06	R\$ 289,15	R\$ 337,57	R\$ 321,89	R\$ 331,53	R\$ 325,43	R\$ 333,77	R\$ 336,28	R\$ 319,98	R\$ 336,85	R\$ 332,80	R\$ 340,44	R\$ 328,45	R\$ 325,43	R\$ 331,84	R\$ 331,84
420km/h	R\$ 296,74	R\$ 295,05	R\$ 343,90	R\$ 328,13	R\$ 337,77	R\$ 331,67	R\$ 340,01	R\$ 342,52	R\$ 326,60	R\$ 343,09	R\$ 339,00	R\$ 348,00	R\$ 334,45	R\$ 331,67	R\$ 337,20	R\$ 337,20
430km/h	R\$ 302,42	R\$ 300,95	R\$ 350,23	R\$ 334,37	R\$ 344,01	R\$ 337,81	R\$ 346,25	R\$ 348,76	R\$ 333,22	R\$ 348,85	R\$ 345,00	R\$ 352,44	R\$ 340,45	R\$ 337,81	R\$ 342,60	R\$ 342,60
440km/h	R\$ 308,10	R\$ 306,85	R\$ 356,56	R\$ 340,61	R\$ 350,25	R\$ 344,05	R\$ 352,49	R\$ 355,00	R\$ 339,84	R\$ 355,13	R\$ 351,40	R\$ 359,84	R\$ 346,45	R\$ 344,05	R\$ 348,00	R\$ 348,00
450km/h	R\$ 313,78	R\$ 312,75	R\$ 362,89	R\$ 346,85	R\$ 356,49	R\$ 350,09	R\$ 358,53	R\$ 361,04	R\$ 346,02	R\$ 361,23	R\$ 357,60	R\$ 366,00	R\$ 352,45	R\$ 350,09	R\$ 354,40	R\$ 354,40
460km/h	R\$ 319,46	R\$ 318,65	R\$ 369,22	R\$ 353,09	R\$ 362,73	R\$ 356,23	R\$ 364,67	R\$ 367,18	R\$ 352,20	R\$ 367,37	R\$ 363,80	R\$ 372,44	R\$ 358,45	R\$ 356,23	R\$ 360,80	R\$ 360,80
470km/h	R\$ 325,14	R\$ 324,45	R\$ 375,55	R\$ 359,33	R\$ 368,97	R\$ 362,47	R\$ 370,91	R\$ 373,42	R\$ 358,32	R\$ 373,59	R\$ 370,00	R\$ 378,84	R\$ 364,45	R\$ 362,47	R\$ 366,40	R\$ 366,40
480km/h	R\$ 330,82	R\$ 330,25	R\$ 381,88	R\$ 365,57	R\$ 375,21	R\$ 368,61	R\$ 377,05	R\$ 379,56	R\$ 364,44	R\$ 379,73	R\$ 376,20	R\$ 384,84	R\$ 370,45	R\$ 368,61	R\$ 372,80	R\$ 372,80
490km/h	R\$ 336,50	R\$ 336,05	R\$ 388,21	R\$ 371,81	R\$ 381,45	R\$ 375,05	R\$ 383,49	R\$ 385,90	R\$ 370,56	R\$ 386,07	R\$ 382,60	R\$ 391,44	R\$ 376,45	R\$ 375,05	R\$ 380,80	R\$ 380,80
500km/h	R\$ 342,18	R\$ 341,85	R\$ 394,54	R\$ 378,05	R\$ 387,69	R\$ 381,29	R\$ 389,73	R\$ 392,14	R\$ 376,68	R\$ 392,31	R\$ 388,80	R\$ 397,64	R\$ 382,45	R\$ 381,29	R\$ 385,20	

mercado coronavirus

Vale lucra R\$ 5,3 bilhões e retoma dividendos

Resultado é impulsionado pelo aumento da demanda chinesa por minério após pico da pandemia no país asiático

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A mineradora Vale registrou lucro de R\$ 5,3 bilhões no segundo trimestre de 2020, com efeitos positivos da retomada da demanda chinesa por minério de ferro. Mesmo com a pandemia do novo coronavírus a empresa fecha o primeiro semestre com lucro acumulado de R\$ 6,2 bilhões.

Os resultados, suspensa desde o desastre de Brumadinho (MG), que deixou 274 mortos, em janeiro de 2019. No balanço divulgado na quarta (29), a empresa diz que a recuperação de incertezas e a mitigação dos riscos de uma segunda onda da pandemia indicam que o momento não é mais crítico do que foi passado.

Já em agosto, os acionistas receberam R\$ 7,45 bilhões, com o pagamento de juros sobre o capital próprio aprovado em dezembro de 2019. Até setem-

bro, receberão dividendos mínimos sobre o resultado do primeiro semestre, em valor que ainda será a prova do pelo conselho de administração. O lucro registrado no segundo trimestre é 437,5% superior ao resultado do primeiro trimestre, quando a China vivia o auge da pandemia. No segundo trimestre de 2019, ainda sob efeitos de custos com o desastre, a companhia havia registrado prejuízo de R\$ 384 milhões.

No segundo trimestre, a Vale produziu 67,6 milhões de toneladas de minério, volume 5,3% superior ao verificado no mesmo período de 2019, quando os efeitos do desastre de Brumadinho sobre suas operações ainda eram intensos. Na comparação com o primeiro trimestre, houve alta de 13,4%. O volume de produção, porém, ficou abaixo dos 69 milhões de toneladas projetados, em média, por analistas que acompanham as operações da mineradora.

A empresa disse que mantém sua meta de produção para o ano, entre 310 milhões a 330 milhões de toneladas, mas admite que cenário mais provável é ficar "na extremidade inferior" da projeção.

Com a retomada da economia chinesa, onde o consumo de minério atingiu níveis recordes durante o segundo trimestre, o preço de referência da commodity subiu 5%, em comparação com o primeiro trimestre, para US\$ 93,3 por tonelada.

Com isso, a receita da Vale chegou a R\$ 40,4 bilhões no período, alta de 29,4% em relação ao primeiro trimestre e de 12,3% em relação ao mesmo período de 2019. O Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, foi de R\$ 18,1 bilhões, alta de 40,1% na comparação com o primeiro trimestre. No segundo trimestre, diz a mineradora, a explosão da pandemia na Europa e nas Américas "quase paralisou a demanda por aço" fora da China e levou às siderúrgicas a adotar fortes cortes na produção. Na avaliação da Vale, porém, com a passagem do primeiro trimestre mais crítico, a demanda deve se recuperar lentamente neste semestre.

A companhia calcula em R\$ 614 milhões os custos da pandemia em seus custos durante o primeiro semestre. Destes, total, R\$ 450 milhões foram gastos em iniciativas como doações de testes e equipamentos de proteção individual, a compra de hospitais e unidades de saúde. O

coronavírus afetou os resultados de 2020, com a pandemia impactando também as operações de reparação do desastre de Brumadinho e o aumento da produção em outras unidades, com a adoção de novas medidas de proteção aos trabalhadores e também às comunidades.

Apesar da tragédia, a Vale aprovou no fim de abril o plano de recuperação financeira com o objetivo de reduzir o endividamento em 2019.

A distribuição estendida restrita a diretores que não estão envolvidos nas investigações, internas ou externas, sobre a tragédia. A premiação, que enfrentou a oposição do BNDES, foi criticada por familiares das vítimas do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão.

COMUNICADO AOS CLIENTES. A O (Fleamar Norte Ltda S/A, em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fio Commuto - STFC - modalidade local, na Região) encaminha este 3º Plano Geral de Outgoing - FGC, comunicando aos seus clientes e interessados os atuais máximos homologados e os novos valores promocionais para o Serviço Digital relacionado abaixo.

INTERNACIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. CNPJ/MF nº 52.736.940/0001-58 - NIRE 35.203.437.305. ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2020. Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho, do ano de 2020, às 09h30 horas, na sede social da INTERNACIONAL PAPER DO BRASIL LTDA.

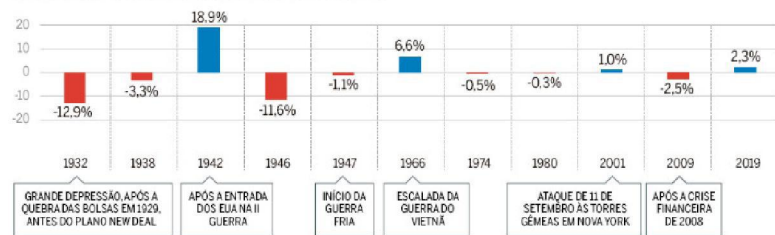
Starte Informações e Sistemas S/A. CNPJ: 24.547.780/0001-70. Demonstrações Financeiras dos Exercícios Finitos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$). Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado do Exercício por Atividades, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Patrimônio Líquido.

COMUNICADO AOS CLIENTES. A O S/A, em Recuperação Judicial, concessionária do Serviço Telefônico Fio Commuto - STFC na Região 1 do Plano Geral de Outgoing, encaminha este 3º Plano Geral de Outgoing - FGC, comunicando aos seus clientes e interessados os atuais máximos homologados e os novos valores promocionais para o Serviço Digital relacionado abaixo.

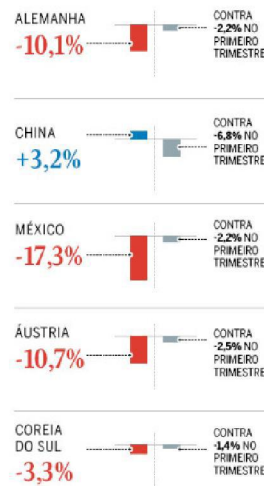
COMUNICADO AOS CLIENTES. A O S/A, em Recuperação Judicial, concessionária do Serviço Telefônico Fio Commuto - STFC na Região 1 do Plano Geral de Outgoing, encaminha este 3º Plano Geral de Outgoing - FGC, comunicando aos seus clientes e interessados os atuais máximos homologados e os novos valores promocionais para o Serviço Digital relacionado abaixo.

RETRAÇÃO RECORDE

Forte queda no consumo em meio à pandemia derruba economia dos EUA

EVOLUÇÃO DO PIB AMERICANO POR TRIMESTRE (TAXA ANUALIZADA)**O PIB DOS ESTADOS UNIDOS AO LONGO DOS ANOS**

Fonte: Bureau of Economic Analysis, do governo americano

DESEMPENHO DE OUTROS PAÍSES NO 2º TRIMESTRE

Editoria de Arte

bém refletiu o maior impacto do pacote de estímulo de US\$ 3,2 trilhões (para efeito de comparação, em 2019 o PIB brasileiro foi de US\$ 1,8 trilhão). Mas termina hoje a complementação de US\$ 600 no seguro-desemprego dos cerca de 40 milhões de americanos que perderam seus postos de trabalho durante a pandemia.

Ainda sem um acordo no Congresso para um novo pacote, uma parcela significativa da população pode entrar em agosto sem qualquer renda, ampliando a incerteza quanto à retomada. Afinal, sem renda as pessoas não podem consumir — o consumo, que responde por 70% do PIB americano, desabou 34,6% no segundo trimestre.

Com isso, torna-se mais distante a expectativa de uma recuperação acelerada — em “V”, como dizem os economistas, ou como o “símbolo da Nike”, uma queda brusca seguida de uma retomada constante e longa.

— Vai ser uma recuperação em ziguezague, muito complexa, muito difícil nos EUA

MAIOR ECONOMIA DO MUNDO

TOMBO HISTÓRICO

Gestão da pandemia faz PIB americano desabar 32,9% no 2º tri

HENRIQUE GOMES BATISTA,
ANDRÉ MACHADO E ELISA
MARTINS
economia@o Globo.com.br
SÃO PAULO

Foi um dos piores tombos econômicos da História: o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos caiu 32,9% no segundo trimestre, a uma taxa anualizada. Em 1932, durante a Grande Depressão, a economia americana encolheu 12,9%. Desde que os dados começaram a ser colhidos trimestralmente, a partir de 1947, é o pior resultado. Já se esperava que muitas economias tivessem resultados mais fracos

nas regiões Sul e Oeste, densamente povoadas, onde autoridades estão fechando as empresas de novo ou dando uma pausa na reabertura — tende a travar esse caminho. E a onda de demissões causada pela pandemia não dá trégua. Os pedidos de seguro-desemprego aumentaram pela segunda semana consecutiva. No período de sete dias encerrado em 25 de julho, 1,434 milhão de americanos solicitou o benefício, um aumento de 12 mil em relação ao 1,422 milhão da semana imediatamente anterior.

CONSUMO CAI 34,6%

retomando as atividades econômicas. Dados relativamente baixos de contaminação e mortes por Covid-19 indicavam que o pior havia passado, trazendo um otimismo que impulsionou até as Bolsas de Valores. Uma nova onda de casos, porém, mudou tudo rapidamente.

— No segundo trimestre várias coisas tinham melhorado, inclusive os números da pandemia. E aí houve a reabertura prematura da economia — diz Monica de Bolle, da Universidade Johns Hopkins, em Washington. — A situação agora é dramática por causa da má gestão da crise de saúde pú-

ENTREVISTA

Otaviano Canuto, ECONOMISTA

‘NÃO HAVERÁ RECUPERAÇÃO EM V’HENRIQUE GOMES BATISTA
henriquebatista@o Globo.com.br SÃO PAULO

Para Otaviano Canuto, diretor do Center for Macroeconomics and Development em Washington e ex-diretor do FMI, os EUA terão uma recuperação mais

envolvem contato pessoal, continuariam negando a ideia de que há uma escolha entre saúde e economia.

A falta de coordenação no combate ao vírus piorou o cenário econômico?

Na medida em que a falta de coordenação tornou menos eficaz o combate ao vírus, além do mau exemplo da postura do presidente Donald Trump, um preço está sendo pago pela economia. Uma vitória contra o vírus foi declarada precocemente.

A recuperação não será em V?

e no Brasil — diz Monica.

Na comparação com o segundo trimestre de 2019, a queda é de 9,5%. Um patamar mais próximo do tombo registrado pela Alemanha, de 10,1%, que não faz o cálculo anualizado.

Para o trimestre corrente, o banco Goldman Sachs projeta retração de 33%.

‘PRIMEIRO, A SAÚDE’

Adriano Laureno, economista sênior da Prospectiva Consultoria, afirma que o tombo do PIB americano mostra a “foto do fundo do poço” e serve de alerta para que não se descuide da saúde pública:

— Existe o falso dilema da abertura econômica versus quarentena, mas a verdade é que quando se faz o que EUA e Brasil fizeram, uma quarentena não tão séria, e com certa dubiedade, acaba-se prolongando o vírus e o efeito econômico, pois setores importantes, como serviços, não vão se recuperar enquanto as pessoas não tiverem confiança.

A necessidade de controlar a doença foi ressaltada ontem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). — Não se pode falar em aber-

no trimestre, devido ao avanço da pandemia de coronavírus, mas a queda vertiginosa do PIB americano reflete a gestão da situação pela Casa Branca, que optou por uma flexibilização antecipada e desordenada do isolamento social necessário à prevenção da Covid-19.

Os EUA ensaiaram uma retomada das atividades a partir de maio, mas uma recente onda de infecções — em especial

O tombo do PIB acontece a cem dias das eleições presidenciais americanas, acompanhadas por todo o mundo.

Economistas avaliam que a falta de coordenação sanitária pode ter prejudicado fortemente o cenário, e que a crise tende a ser mais severa que o imaginado. A reabertura precipitada também serve de alerta para o Brasil.

Em junho, a maioria dos estados americanos já estava

blica, pois as duas coisas (economia e saúde) estão completamente entrelaçadas, não há como separá-las.

Segundo Monica, países com gestão de saúde pública mais eficiente têm resultados econômicos melhores:

— Nesses casos, a economia está voltando a funcionar de maneira mais normal que em países que ainda estão em plena pandemia.

O segundo trimestre tam-

lenta que o previsto.

Os dados prévios do trimestre corrente não são bons. O pior ainda pode estar por vir?

O percurso da economia dos EUA vai depender do curso do vírus. Quem esperava fim da recessão com o alívio de medidas de distanciamento social esqueceu que hábitos alterados e a retração no consumo de serviços, que

Definitivamente não haverá recuperação em V, com retorno rápido à trajetória de antes do vírus. Pode até ocorrer em W, caso haja surtos recorrentes. A recuperação de maio e junho foi o reflexo de liberação de uma parcela da demanda reprimida, mas insuficiente para recuperar o PIB perdido até aqui. Prefiro dizer que a recuperação deve parecer o sinal de uma raiz quadrada.

tura econômica sem que a curva de contágio esteja controlada e sem um plano claro que evite uma segunda onda, com ações como reforço de testes e rastreamento de contatos e isolamento social — diz Alicia Bárcena, secretária executiva da Cepal. — Não há dilema entre economia e saúde. Primeiro, a saúde.

TRUMP SUGERE ADIAR ELEIÇÕES, NA PÁGINA 21

ANALÍTICO

Colapso do PIB fará Trump encerrar o velho mantra 'é a economia, estúpido'

RENATO ANDRADE renato.andrade@oglobo.com.br **É O PAÍSO**

O colapso registrado pelos Estados Unidos no segundo trimestre do ano, quando a maior economia do planeta literalmente parou para reduzir o ritmo de contaminação da

população pelo coronavírus, fará com que o presidente Donald Trump encare uma versão renovada de um velho mantra das eleições americanas: "É a economia, estúpido".

A famosa frase foi usada por James Carville, estrategista da campanha presidencial de Bill Clinton em 1992, para explicar, de forma curta e grossa, o principal fator por trás da derrota de George Bush (pai), que tentava a reeleição, mas acabou deixando a Casa Branca ao democrata de Arkansas.

Se o ritmo de retração registrado pela economia americana entre abril e junho fosse mantido durante um ano inteiro, a capacidade de geração de riqueza do país — o que os economistas chamam de Pro-

duto Interno Bruto (PIB) — amargaria um encolhimento de 32,9%. Esse é o tamanho do desastre divulgado pelo governo americano.

É claro que a tragédia de 2020 não será dessa magnitude. Mas mesmo colocando na conta uma possível retomada do nível de atividade, um buraco desse tamanho leva tempo para ser tapado.

Talvez por isso mesmo, Trump correu para as redes sociais, minutos depois da divulgação do dado, para soltar a ideia de que talvez seja melhor

adiar as eleições de 3 de novembro. O argumento usado pelo presidente para defender a ideia é estapafúrdio e sem nenhuma evidência para sustentá-lo: como muitos americanos devem encaminhar seus votos pelos Correios, isso abrirá uma porteira para fraudes. Por isso, o melhor é adiar a votação para um momento, no futuro, em que seja seguro para a população sair de casa e votar de forma apropriada.

A forma jocosa como o presidente dos EUA tratou ao longo dos meses o avanço do corona-

vírus e o recorde de mortes causadas pela Covid-19 no país explicam em boa medida porque Trump perdeu a dianteira nas pesquisas para Joe Biden, o vice de Barack Obama que busca garantir a volta dos democratas à Casa Branca.

O governo tem muito pouco tempo para garantir sinais consistentes de recuperação até novembro. Mas esse intervalo é mais do que suficiente para garantir uma versão turbinada do mantra de Carville.

oglobo.globo.com/analitico

Senado amplia possibilidade de saques do FGTS

Medida provisória permite resgate integral do saldo de conta do Fundo para quem pediu demissão ou foi mandado embora durante a pandemia. Com alterações, texto volta para a Câmara. Governo espera que projeto perca validade

BRUNO GÓES
MARCELLO CORRÊA
E GERALDA DOCA
bruno@o Globo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) 946 e ampliou o acesso dos trabalhadores ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a pandemia. Após negociação de líderes com relator da proposta, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o texto aprovado permite o saque integral do saldo da conta do FGTS por quem se demitiu ou foi demitido durante a pandemia.

Além disso, o trabalhador que optou pelo saque aniversário também passará a ter acesso integral ao recurso em caso de demissão. No modelo em vigência, ao optar pelo saque-aniversário o trabalhador fica dois anos sem ter acesso ao saldo total da conta.

Como houve mudanças em relação ao texto da Câmara, a MP terá que retornar para nova apreciação dos deputados. Com isso, o governo ganha tempo e espera que a MP perca validade. O texto precisa ser votado até a próxima terça-feira para não caducar. Se isso ocorrer, fica valendo apenas o saque único

de R\$ 1.045 para todos os trabalhadores, seguindo o cronograma vinculado ao mês de aniversário.

Durante a sessão, no entanto, senadores disseram que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), terá disposição para votar o texto. Procurado pelo GLOBO, Maia não retornou.

ALTERAÇÕES DA CÂMARA

O texto original do governo teve ainda outra alteração acrescentada pela Câmara e é chancelada pelo Senado: a permissão para trabalhadores que tiveram salários reduzidos ou contratos suspensos durante a pandemia possam fazer mensalmente saques adicionais para recompor o último salário recebido antes da redução. Esse resgate adicional poderá ser feito enquanto durar o acordo que alterou o contrato de trabalho.

Ao todo, o impacto da MP para o FGTS é estimado em cerca de R\$ 29 bilhões. Cifra que deve aumentar se mantida a previsão de saque por quem pediu demissão.

Caso a MP seja aprovada por deputados e enviada para sanção dentro do prazo, a equipe econômica avalia recomendar que o presidente Jair Bolsonaro vete trechos



Mudanças. Em sessão remota, deputados ampliaram a possibilidade de saques do FGTS em função da pandemia

incluído pelo Congresso que impactam o caixa do Fundo.

Como o dinheiro depositado no FGTS é do trabalhador, o custo político dessa decisão seria alto para o presidente Bolsonaro. As ampliações na MP beneficiariam mais de 10 milhões de pessoas.

Durante a votação, Bezerra, que também é líder do go-

verno no Senado, aceitou incluir de última hora no texto temas pendentes. Ele ressaltou, porém, que a liquidez do FGTS é importante para financiar a moradia popular e o saneamento básico.

O risco dessa ampliação no acesso é faltar dinheiro para o programa Minha Casa, Minha Vida, obras de sa-

neamento e também pode colocar em xeque a ideia de Bolsonaro de lançar um novo programa de habitação e reforma de moradias.

Na versão original da MP, editada em abril, os saques seriam limitados a R\$ 1.045 por trabalhador, sem relação com acordos de redução de jornada ou demissão sem justa causa.

Principais mudanças feitas no texto original do Planalto

> **Saque total:** Trabalhadores que foram demitidos ou pediram demissão durante a pandemia podem sacar o saldo integral da conta vinculada do FGTS.

> **Redução salarial:** Trabalhadores que tiveram corte proporcional de jornada e salário ou suspensão do contrato de

trabalho poderão sacar mensalmente valor suficiente para recompor o último salário recebido antes das mudanças causadas pela pandemia.

> **Transferência:** O dinheiro sacado poderá ser transferido para bancos públicos ou privados e também para outras instituições de pagamento, incluindo as fintechs.

> **Dívidas:** As instituições financeiras que receberem o crédito não podem usar o dinheiro para cobrir débitos do trabalhador.

> **Desastre natural:** Garantia de saque às pessoas atingidas por desastres naturais que não conseguiram retirar o FGTS.

Governo estuda nova isenção do IR de R\$ 3 mil

Ampliação da faixa de ganho que ficaria isenta do Imposto de Renda, atualmente de R\$ 1.903,98, e uma nova alíquota de contribuição para os salários mais altos seriam contrapartidas à criação de um novo imposto sobre pagamentos digitais

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@o Globo.com.br
BRASÍLIA

A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro estuda ampliar o limite de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 3 mil e criar uma nova faixa de contribuição para salários mais altos em contrapartida à criação do novo tributo sobre pagamentos, defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, parte do impacto que o aumento do limite de isenção provocaria no caixa federal seria compensado pela criação do imposto sobre pagamentos digitais.

Na quarta-feira, o ministro Paulo Guedes já havia afirmado que o aumento da faixa de isenção do IR depende da criação do novo tributo.

O plano deve fazer parte da próxima etapa da proposta de reforma tributária do governo, que ainda será encaminhada ao Congresso. Na semana passada, o governo federal apresentou a primeira parte de sua proposta de mudança no sistema de impostos do país. Nesta primeira etapa, a equipe de Guedes propôs apenas unificar os impostos

federais PIS e Cofins, que dariam lugar à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Hoje, é isento do IR quem ganha até R\$ 1.903,98. Por isso, ampliar esse limite resultaria em perda de arrecadação para o governo. Outra forma de compensar essa perda seria a criação de uma nova faixa de tributação para salários mais altos.

— Tem que acomodar. Se eu aumento a isenção, tenho que dar a contrapartida de baixar a alíquota e de criar uma alíquota nas faixas superiores, para não impactar muito a classe média — afirmou Afif ao GLOBO.

DESONERAR 25% DE SALÁRIOS

As contas sobre o impacto fiscal da reformulação do IR ainda estão sendo fechadas. Afif afirma, no entanto, que seria possível compensar a renúncia de receitas com a

criação do tributo digital, que teria alíquota de 0,2%.

O novo imposto seria suficiente ainda para bancar uma redução de 25% da contribuição previdenciária de 20% que empregadores recolhem sobre os salários. Assim, o imposto passaria a ser de 15%.

Para o salário mínimo, seria possível desonerar totalmente os contratos. Ou se-



Contrapartida. Para aumentar a isenção do IR, Paulo Guedes defende a criação do imposto sobre pagamentos digitais

Contas públicas têm rombo de R\$ 417 bil

> As contas do governo fecharam junho com rombo de R\$ 194,7 bilhões, o pior resultado da História para o período. O número é resultado da crise do coronavírus e das

medidas para conter os efeitos da pandemia.

> No mês passado, o governo pagou antecipadamente o 13º de aposentados e pensionistas do INSS, além de depositar precatórios acumulados.

> No primeiro semestre, o déficit nas contas federais

já chega a R\$ 417,2 bilhões, o que é também o pior resultado para os seis primeiros meses do ano. Por conta da pandemia, o governo tem gastado mais e arrecadado menos com impostos e contribuições.

> Em junho, as despesas federais saltaram 14%, puxadas pelos pagamen-

tos do auxílio emergencial do benefício para quem teve o salário reduzido e do socorro a estados e municípios. Por outro lado, a receita do governo desabou 31%. Além da atividade econômica mais fraca, o Ministério da Economia adiu o pagamento de alguns dos principais impostos. (M.V.)

ja: empregadores ficariam livres do imposto de 20% que hoje são obrigados a recolher para o governo sobre quem recebe o mínimo.

Considerando o valor atual do salário mínimo, de R\$ 1.045, a retirada dessa cobrança significaria que as empresas poupariam R\$ 209 por trabalhador que recebe o piso do país.

INCENTIVAR EMPREGOS

O imposto sobre pagamentos foi alvo de críticas no ano passado, inclusive do próprio presidente Jair Bolsonaro, por ser comparado à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), que se tornou extremamente impopular por ter elevado a carga tributária.

No entanto, a medida sempre foi defendido pelo ministro Paulo Guedes, que refuta as comparações com

o antigo “imposto do cheque”, já que haveria uma substituição de impostos.

Afif concorda com a avaliação e diz que essa é a melhor alternativa para incentivar a geração de empregos.

— A turma fala que o imposto de transação é o feioso. Tudo bem, mas tem o horroroso (em referência à contribuição previdenciária sobre salários) — afirma.

Daqui a pouco vão dar nome em inglês para CPMF, diz Maia

Presidente da Câmara diz que proposta do governo de criação de imposto sobre pagamentos eletrônicos não vai ser aprovada

JESSICA MOURA
jessica.moura@o Globo.com.br
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a criação de um “micro-imposto” sobre transações eletrônicas, como tem sido sinalizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não será aprovada na Câmara dos Deputados.

— A minha discussão não é se é CPMF ou se é micro-imposto digital. Daqui a pouco

vão inventar um nome em inglês para ficar mais bonito, para que a sociedade aceite mais imposto — ironizou Maia em videoconferência.

— Se a gente achar que vai dar mais um jeitinho criando mais um imposto, vamos taxar mais a sociedade, aí vamos ter que discutir despesa pública — completou.

Guedes vem defendendo a necessidade de um novo imposto, com base de incidência mais ampla, para garantir

a desoneração da folha de pagamentos, financiamento de um novo programa social e revisão do Imposto de Renda para a pessoa física.

Maia voltou a dizer que é “radicalmente contra” a criação de novos impostos para compensar a perda de arrecadação para o governo com a desoneração da folha.

— Não vai passar e eu vou votar contra — disse.

Para Maia, o aumento da arrecadação tem de vir do

crescimento econômico e, para isso, defendeu a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que trata da reforma tributária na Casa.

— A PEC 45 vai ser uma revolução que vai garantir um sistema tributário simples com segurança jurídica e com eficiência na tributação.

MANUTENÇÃO DO TETO

Contudo, Maia ponderou que põe na pauta a proposta

que tiver mais votos entre os deputados, seja a da Câmara ou a do governo.

Maia também destacou que as empresas do Simples, preservadas de mudanças na proposta do governo, deveriam ser atingidas pela reforma, mas não detalhou como isso deveria ser feito.

O setor de serviços tem criticado a reforma pois teme o aumento de tributação.

Rodrigo Maia disse, ainda, que vai defender a ma-

nutenção do teto de gastos até fevereiro do ano que vem, quando termina seu mandato.

Para Maia, no momento após a pandemia haverá uma “brutal pressão para desfazer o teto de gastos” e viabilizar propostas como a renda básica permanente e a desoneração da folha de pagamento.

— A Câmara dos deputados não vai votar nenhuma flexibilização do teto de gastos até 1º de fevereiro.

Aprovada em 2016 durante o governo do ex-presidente Michel Temer, a regra limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior.

ENTREVISTA

Everardo Maciel, EX-SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

'REFORMA ELEVA IMPOSTO DE ESCOLA E DIMINUI DO CARRO DE LUXO'

MARCELLO CORRÊA marcello.correa@cpjbr.com.br @MSM

Ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel critica a proposta de reforma tributária do governo. Para ele, o texto aumenta impostos sobre escolas para aliviar a carga sobre "carros de luxo", em referência à diferença de tributação entre setores do projeto.

Como o senhor avalia a proposta do governo para a reforma tributária?

Primeiramente, vou reproduzir a frase dita ontem por Delfim Netto: é um equívoco tratar de reforma tributária antes de reforma administrativa. Subscrevo a frase. Em segundo lugar, é incompreensível estar discutindo essas coisas quando nós

temos, próximo, uma crise apocalíptica, envolvendo emprego, envolvendo problemas empresariais, problemas fiscais, dos estados e municípios. O mundo inteiro está lidando com o assunto e estamos nos divertindo com projetos de reforma tributária.

Não seria o momento de tratar dessas questões para o período após a pandemia?

Nem um pouco. Isso não resolve nada. Isso é puro aventureirismo. Eu lidei já com isso, enfrentei essas coisas. Sei do que estou dizendo. Esses projetos, como é visível agora, têm re-

percussão diferenciada sobre os contribuintes. É a hora de aumentar tributação de contribuinte? O que tem que fazer é mitigar a ação tributária sobre os que estão sofrendo, o critério é esse? Ninguém no mundo está discutindo isso.

Mas o que achou da primeira fase da reforma?

O PIS e a Cofins têm a mesma legislação. Todo mundo, inclusive a imprensa, chama de PIS/Cofins, porque é um só. Está tendo fusão de quê? E, na fusão, você vai discutir uma destinação de recursos, porque o PIS é vinculado ao

seguro-desemprego, ao abono salarial e ao BNDES. Cofins é seguridade social. Essa previsão é constitucional. Como vai tratar por lei ordinária?

Há risco de aumento da carga tributária?

Ele (o governo) faz a seguinte argumentação: realmente tem aumento de carga tributária para empresas de serviços que estão no regime cumulativo. Entretanto, é só para 10% das empresas, porque 90% estão no Simples (Nacional). Como você me avaliaria se eu dissesse a seguinte frase?: 'Dos infectados pela Covid, apenas 10% morrem'. Se a carga tributária é constante, alguma coisa (setor) cai, e quem cai é quem está na ponta da indústria. Estão aumentando a carga tributária da escola e diminuindo a do carro de luxo.

Próxima etapa envolve um novo imposto sobre pagamento...

Isso eu não sei o que

é. Ele já falou de tanto jeito. O que é imposto sobre pagamento? Não sei o que é isso. Cada dia usa um termo...

O governo fala que seria um imposto sobre transações financeiras...

Tudo depende da alíquota, de base de cálculo. Só falo quando olho o projeto. O demônio mora nos parágrafos.

Em tese, a ideia de desonerar a folha de pagamento e compensar de alguma forma faz sentido?

A folha de salário é muito onerada no Brasil. É um obstáculo à geração de emprego. Agora, isso envolve uma rediscussão de benefícios e encontrar formas mais adequadas e menos traumatizantes. Precisa uma coisa um pouquinho mais sofisticada.

Se o senhor tivesse que encontrar uma fonte para compensar permanentemente, o que faria?

Pensaria em tributação de serviços digitais. Isso é algo que está em discussão na França, Itália, Bélgica e Reino Unido.

Descartaria transações financeiras?

Não descartaria. A solução é mais complexa.

O senhor afirma que o governo deveria se concentrar em medidas emergenciais. O que considera mais urgente?

Moratória para os setores que necessitam. Já tem projeto de lei, que ajudei a redigir, definindo todo o regramento para empresas optantes do Simples. Não é só essa. Há setores, como o setor aeroviário, de turismo, entidades esportivas.

A reforma tributária deveria ficar para depois?

É preciso tratar do que for necessário sem esse nome de reforma tributária, que se converte num desfile de moda de soluções.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Veículo: Estadão	
Data: 31.07.2020	Caderno: Economia



Maia pode ser contra, mas não vai impedir votação de 'nova CPMF' na Câmara, diz Afif

Presidente já teria dado sinal verde para o novo tributo, aponta o assessor do Ministério da Economia; governo pretende arrecadar R\$ 120 bi com o microimposto

Adriana Fernandes e Nicholas Shores, O Estado de S.Paulo

30 de julho de 2020 | 20h04

BRASÍLIA e RIO - Na linha de frente da disputa pela criação de novo tributo de base ainda mais ampla de incidência do que a extinta **CPMF**, o assessor especial do **Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos**, afirmou que o presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, tem todo o direito de dizer que vai votar contra o imposto, mas não pode deixar de botar o projeto em votação. “Falar que não passa por que não deixo, ele (Maia) não pode”, disse.

Segundo Afif, o presidente **Jair Bolsonaro** deu sinal verde para o debate do novo tributo que tem grande “potência” arrecadatória para bancar o financiamento da isenção da contribuição das empresas ao **INSS** para até um salário mínimo e a redução da alíquota de **20%** para **15%** para todos os trabalhadores com carteira assinada. “O debate está desinterditado”, disse Afif.

Em seminário organizado pelo jornal *Folha de São Paulo* e a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, Maia, porém, disparou torpedos contra os planos do governo e classificou a ideia do governo de criar um imposto sobre transações eletrônicas como uma "CPMF repaginada".

Como antecipou o **Estadão**, o **governo quer arrecadar R\$ 120 bilhões com o novo tributo**, nos moldes da extinta CPMF, para bancar a desoneração, o aumento da faixa de isenção do **Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)** e viabilizar o novo programa social "**Renda Brasil**", substituto do **Bolsa Família**.

O governo quer também tributar os lucros e dividendos, reduzir a alíquota do Imposto de Renda das empresas, acabar com os descontos de saúde e educação e, ao mesmo, tempo criar uma alíquota mais alta de **35%** do IR para quem ganha rendas mais elevadas.

"A carta está na mesa. Não pode tirar a carta do jogo", cobrou Afif, que nas últimas semanas tem sido, ao lado do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, o principal porta-voz da criação do imposto. Em 2007, ele integrou o movimento **Xô CPMF** para barrar a prorrogação do tributo. Ele diz que a CPMF foi um "engodo" e teve sua finalidade desvirtuada e o que o governo deu na época uma "banana" para a saúde, área para qual a sua arrecadação teria que ser enviada, o que não aconteceu.

Agora, diz Afif, a proposta do novo tributo é diferente porque a intenção é não aumentar a carga tributária. "Continua proibido falar em aumento de carga. É um remanejamento de e mudança de base", ressaltou.

Na avaliação do assessor de Guedes, o relator da reforma, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, tem experiência e jogo de

cintura para administrar todas as tendências. “O relator não impõe a sua posição ele vai medindo a média de opiniões para chegar o seu relatório”, disse.

Maia ironizou o nome dado de "microimposto digital" dado por Afif. "Minha crítica não é nem se é CPMF, microimposto digital ou algum nome inglês que vão inventar para ficar bonito", comentou Maia.

"Minha crítica é: nós vamos criar mais um imposto para a sociedade pagar?". Segundo ele, não há clima no plenário da Câmara para aprovar tributo nesses moldes. "Minha opinião é que não passa. Eu sou um voto. E em PEC eu voto, e eu voto contra", disse.

Cálculos

Técnicos ouvidos pelo **Estadão** informaram que o governo vai **precisar arrecadar bem mais do que os R\$ 120 bilhões com o novo tributo se quiser bancar as mudanças no IRPF, a desoneração da folha e irrigar recursos para o Renda Brasil.** A desoneração de até um salário mínimo pode custar cerca de **R\$ 117 bilhões.** O fim das deduções de saúde e educação não deve garantir muito mais do que **R\$ 15 bilhões.** Outro problema é calibragem entre a tributação de lucros e dividendos na pessoa física com a redução da alíquota de **34%** do IR das empresas. Além disso, um aumento da faixa de isenção custa muito caro a depender do seu alcance. Hoje, a isenção no IR é para quem ganha até **R\$ 1,9 mil** por mês.

Veículo: Estadão	
Data: 30.07.2020	Caderno: Economia



TCU quer fiscalizar uso de R\$ 79 bi por Estados e municípios no combate à pandemia

O ministro Bruno Dantas deu um prazo de 15 dias para o governo se manifestar sobre o registro contábil dos repasses, que devem ser identificados como despesas e não transferências da União

Adriana Fernandes e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo
30 de julho de 2020 | 13h00

BRASÍLIA - No momento em que se espalham pelo País casos de desvios e mau uso do dinheiro da **covid-19**, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** vai definir a competência para fiscalizar a aplicação de **R\$ 79 bilhões** repassados pela **União** para Estados e municípios adotarem medidas de enfrentamento da doença. A depender da forma de registro dessa verba bilionária, a fiscalização poderá feita pelo TCU e não apenas pelos **Tribunais de Conta Estaduais (TCEs)** e dos municípios (**TCMs**), conhecidas por sofrer forte interferência política dos governadores e prefeitos.

O TCU poderá aplicar sanções e imputar débito aos gestores desses recursos. A definição da competência deverá também ter repercussão jurídica, inclusive para ação do **Ministério Público Federal**. A decisão é considerada crucial pela área técnica do órgão para apurar

informações de que os governos regionais não estão gastando os recursos repassados para o combate à pandemia. Além disso, pipocam pelo **País** casos de desvios do uso do dinheiro que deveria ser usado na saúde. Desde o início da pandemia, o TCU vem monitorando os gastos com a covid-19 e encontrando falhas na aplicação dos recursos.

O ministro do TCU **Bruno Dantas**, no final de semana, deu um prazo de 15 dias para que o **Ministério da Economia**, a **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, a **Advocacia-Geral da União (AGU)** e a **Controladoria-Geral da União (CGU)** se manifestem sobre o registro contábil dos repasses. Depois da resposta dos órgãos do governo, o ministro Dantas tem que elaborar o seu voto para análise pelo plenário.

A decisão atende representação apresentada pela **Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)** do TCU. Os técnicos argumentam que a ajuda emergencial de **R\$ 76 bilhões** do governo federal a Estados e municípios durante a pandemia de covid-19 **deve ser contabilizada como despesas da União** e não como transferências a Estados e municípios.

O Ministério da Economia quer que o registro seja feito como ocorre com as transferências dos fundos de **Participação dos Estados (FPE)** e **Municípios (FPM)**, que são de competência dos governos regionais, o que livraria o governo federal da responsabilidade sobre a fiscalização do emprego dos recursos.

Na representação, os técnicos defendem a competência do TCU e de outros órgãos federais para a fiscalização da aplicação desses recursos. Nesse sentido, os órgãos de controle locais poderiam atuar em “solidariedade ativa”, provocando a atuação dos órgãos federais em casos de indícios de irregularidades.

Com isso, esses gastos não poderiam ser deduzidos do cálculo da **Receita Corrente Líquida (RCL)** do Governo Central em 2020. Para ajudar governadores e prefeitos a arcar com os custos da pandemia, o governo federal transferiu **R\$ 16 bilhões** aos governos regionais no começo de abril. No fim de maio, o **Congresso** aprovou a **Lei Complementar 173/2020** com um reforço adicional de **R\$ 60 bilhões**.

O Ministério da Economia já deduziu do cálculo da **Receita Corrente Líquida federal** o repasse de **R\$ 16 bilhões** em abril. Na avaliação dos técnicos, abatimento da RCL não poderia ser feito. Na justificativa, a Semag argumenta que os repasses dos auxílios financeiros têm natureza jurídica federal, constituindo despesas próprias da União. A representação lembra que os recursos transferidos durante a pandemia tiveram destinações definidas pela própria União, sendo **R\$ 10 bilhões** para ações de saúde e assistência social e outros R\$ 50 bilhões com aplicação restrita – não podendo, por exemplo, bancar reajustes de salários de servidores estaduais e municipais.

“Não há razão plausível para que tais repasses sejam considerados recursos próprios dos entes subnacionais”, completa a representação, que alega ainda que a repartição dos auxílios da União não teve como finalidade a redução das desigualdades sociais, que seria a razão de existir dos FPE e FPM. Tanto que Estados mais ricos receberam maiores repasses por concentrarem uma parcela maior da população atingida pela pandemia.

Veículo: Estadão	
Data: 30.07.2020	Caderno: Economia



A reforma tributária e as inconsistências do governo

Governo quer justificar aumento de arrecadação com discurso embromador

Celso Ming, O Estado de S.Paulo

30 de julho de 2020 | 18h06

Na guerra de narrativas do governo pela reforma tributária, há pelo menos duas embromações.

A primeira é a de que não será reeditada a **CPMF**, mas um certo tributo sobre o comércio digital, cuja receita substituiria a obtida com o recolhimento dos chamados encargos sociais cobrados sobre a folha de salários; e a segunda embromação é a de que não trabalha com aumento da carga tributária.

Todas as vezes em que se manifestou sobre esse tributo que alcançaria o comércio digital, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, argumentou que é preciso enquadrar o varejo eletrônico, que vinha deixando de recolher impostos. Com base nessa alegação, o ministro pretende o apoio de governadores e prefeitos que enfrentam perda de base tributária sobre o consumo. O ministro acena com uma contribuição “de apenas 0,2%” sobre todas as movimentações financeiras e não apenas sobre o comércio eletrônico, uma vez que não

é possível distinguir o que é o pagamento de uma compra convencional do pagamento de uma compra digital. Num cartão de crédito, não dá para separar o que é o pagamento de uma compra de supermercado de uma encomenda via internet de um aparelho de TV.

O ministro argumenta, ainda, que os encargos sociais cobrados sobre a folha de pagamentos produzem distorções que serão eliminadas com a nova contribuição. A principal é o desestímulo à criação de empregos, fator que, por sua vez, encoraja o uso de aplicativos, que também dispensam pessoal.

No entanto, a volta de um imposto com a cara de CPMF também produziria distorções. É um tributo em cascata (cumulativo), proibido pela Constituição, que cobra nova contribuição a cada etapa da produção e da distribuição, sempre que há pagamento para um fornecedor de um serviço ou de um produto intermediário. Além do que, pelo que se soube nos tempos da CPMF, um tributo desse tipo encoraja a excessiva verticalização das empresas, que é para evitar fornecedores; estimula a desbancarização (e portanto o aumento do uso de dinheiro vivo); e encarece as exportações, na medida em que é impossível eliminar esse imposto do preço final do produto exportado.

Também é uma falácia a alegação de que o governo não quer aumento da carga tributária, mas apenas a substituição de impostos mais complicados por impostos mais simples e mais modernos. O ministro Paulo Guedes vinha afirmando que apenas uma alíquota de 0,2% da nova CPMF seria suficiente para arrecadar mais de R\$ 200 bilhões e, assim, desonerar a folha de pagamentos dos encargos sociais. O assessor especial do Ministério da Economia, o ex-ministro **Guilherme Afif Domingos**, vem com outra conversa. Avisa

que, para uma desoneração de apenas 25%, seria preciso uma alíquota de 0,4%.

Pelos cálculos do tributarista Eduardo Fleury, feitos com base no volume de transações bancárias do Brasil, para garantir uma arrecadação de R\$ 250 bilhões, como quer o ministro, seria preciso uma alíquota de 1,1% sobre todas as movimentações bancárias, e não apenas sobre o comércio eletrônico. Aí já há uma indicação de que o limite é o quanto for necessário para encher o balde, sabe-se lá de que tamanho.

Outra indicação de que o governo quer aumentar a carga tributária está na proposta enviada ao Congresso de criação da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, cujo objetivo é unificar **PIS** e **Cofins**. A alíquota lá prevista é de 12%, considerada alta demais pela maioria dos tributaristas, se o objetivo é apenas obter o que o PIS e a Cofins obtêm agora.

Afora isso, é bem mais do que duvidoso que a desoneração proposta pelo governo seja, por si só, fator capaz de aumentar o emprego. É a nova tecnologia e é a nova arrumação do setor produtivo em todo o mundo, e não só no Brasil, que vêm reduzindo compulsivamente mão de obra. A indústria, cada vez mais robotizada e municiada com a tecnologia 4.0, vem dispensando funcionários; os bancos estão operando com cada vez menos bancários; o comércio, com menos comerciários; a construção civil, com menos mão de obra; e vem aí o carro autônomo, que vai dispensar motoristas e caminhoneiros... Essa revolução no trabalho não pode ser neutralizada apenas com desoneração da folha de pagamentos.

Tudo o que está dito acima não elimina o fato de que o País esteja mergulhado num enorme rombo fiscal. Nem pode ser tomado como argumento de que não deve haver aumento da carga tributária. Está dizendo apenas que o governo quer justificar aumento de arrecadação com um discurso inconsistente e embromador.

Capitais veem desequilíbrio em verba para covid

Grandes cidades respondem por um terço dos casos e recebem 15% do repasse para combater doença, estima FNP

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Margareth Dalcomo: densidade populacional em grandes cidades favorece vírus — Foto: Márcio Alves/Agência O Globo

Apesar de concentrarem 24% da população, as capitais e o Distrito Federal respondem por um terço dos 2,55 milhões de casos da covid-19 confirmados no país até quarta-feira, segundo dados compilados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Dos R\$ 11,3 bilhões destinados diretamente ao combate à doença nos municípios por meio da Portaria nº 1.666, do Ministério da Saúde, 15% ficaram com as capitais, pelos cálculos da entidade.

“As cidades com menos de 80 mil habitantes ficaram com 56% da verba, sendo que elas concentram um terço dos casos de covid-19”, diz Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP, para depois enfatizar que seu objetivo, ao comparar a distribuição de verbas, não é alimentar a disputa entre pequenas e grandes cidades. “Ninguém está defendendo que o pequeno não deve ter apoio. Só queremos balancear os recursos”. A FNP representa 406 cidades com mais de 80 mil habitantes, o que corresponde a 61% da população nacional.

Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a pneumologista Margareth Dalcomo explica que, além da maior densidade demográfica, a presença de comunidades carentes é um fator determinante para a propagação do novo coronavírus nas capitais. Nos municípios do interior, a tendência é de menor aglomeração, devido às próprias características urbanas dessas cidades, geralmente com maior espaçamento entre as moradias.



Ver novamente

Se forem considerados os municípios com mais de 500 mil habitantes, onde vivem 32% da população do país, o número de casos da covid-19 confirmados somava até a última quarta-feira 937,6 mil, de acordo com a FNP. O montante equivalia a 38% dos casos confirmados no Brasil.

O fato de as cidades de maior porte contarem com uma arrecadação própria mais robusta - na comparação com municípios menores, dependentes de transferências voluntárias - é relativizado pelo secretário-executivo da FNP. “As capitais têm mais recursos próprios mas, também, mais despesas. Em grande parte, os recursos públicos estão ‘carimbados’ [têm destinação pré-determinada]”, argumenta Perre, que cita as despesas de pessoal como um dos principais gastos das prefeituras.

Além dos recursos previstos na Portaria nº 1.666, outras duas medidas emergenciais da União foram destinadas a aliviar os efeitos negativos da pandemia sobre as finanças de Estados e municípios. A Lei Complementar nº 173/2020 estabeleceu um tipo de regime fiscal provisório para Estados e municípios. O repasse destinado às prefeituras foi de R\$ 23 bilhões. A Medida Provisória nº 938/2020 determinou a recomposição por quatro meses dos valores pagos por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A Frente Nacional de Prefeitos estima que, juntas, as três medidas emergenciais cobrem 39% das perdas de receitas fiscais provocadas pela pandemia em cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Já nos municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, esse percentual projetado de cobertura chegaria a 94%.

Em artigo divulgado nesta semana, o ex-presidente do Banco Central e sócio da consultoria Macrométrica, Francisco Lopes, destaca que a análise dos dados desagregados por Estado parece confirmar o cenário de uma segunda onda da covid-19 no país. Com base na evolução do número de casos entre 20 e 27 de julho,

é possível notar uma aceleração na taxa de crescimento dos casos em 18 dos 26 Estados e no Distrito Federal (ou dois terços).

“Importante destacar que isto ocorreu inclusive nos quatro Estados ‘pioneiros’ mais infectados, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia, sugerindo um impacto negativo do abrandamento das políticas de distanciamento social”, comenta Lopes no artigo.

“Esse vaivém vai se manter por pelo menos seis meses”, acredita Margareth Dalcomo, referindo-se à abertura e ao fechamento da economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Sucessão no Banco do Brasil passa por tecnologia e venda de ativos

Concessões fiscais dificultam escolha para o BB

A perspectiva de Paulo Guedes ter que fazer concessões crescentes às pressões para aumentar o déficit público enfraquecem a capacidade de o ministro recrutar no mercado um substituto para o lugar de Rubem Novaes

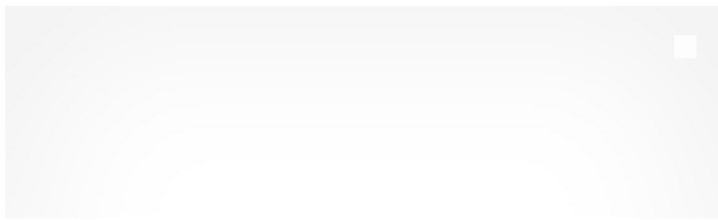
Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A perspectiva de Paulo Guedes ter que fazer concessões crescentes às pressões para aumentar o déficit público, com as medidas de enfrentamento da pandemia, enfraquecem a capacidade de o ministro da Economia recrutar no mercado um substituto para o lugar de Rubem Novaes no comando do Banco do Brasil.

Sob reserva, o ex-presidente de um dos maiores bancos do país diz que a percepção no mercado é que se o ministro não será capaz de se opor à escalada de gastos tampouco terá condições de levar à frente a privatização do banco.

Conduzir um processo de venda do Banco do Brasil seria o único atrativo para um cargo que, além de ter um salário (R\$ 68 mil) considerado pouco competitivo para os padrões do mercado financeiro, ainda enfrenta o que, entre executivos do setor, se entende como “excesso de corporativismo” de órgãos reguladores como o Banco Central.



Na opinião desse operador, Guedes não apenas teria perdido as condições de se opor às políticas nas quais o presidente Jair Bolsonaro deposita suas fichas para a reeleição em 2022, como pegou gosto pela popularidade que as medidas de sua pasta podem gerar.

Por isso, por mais que o ministro queira um nome do mercado, crescem as chances de alternativas mais próximas da política, como o ex-presidente do Banrisul Mateus Bandeira. Bandeira foi candidato do partido Novo ao governo do Rio Grande do Sul, em 2018.

Cogitam-se ainda o atual conselheiro da gestora General Atlantic Conrado Engel, além das alternativas internas. Entre elas, estão Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo (vice-presidente de gestão financeira), Mauro Ribeiro Neto (vice-presidente corporativo) e Hélio Magalhães (presidente do conselho de administração).

As dificuldades para a escolha de um substituto para Rubem Novaes revelam a corrosão da credibilidade de Guedes, mas não atestam uma perda de apoio para que permaneça no cargo. O maior temor é de que, dada a escalada populista de Bolsonaro, uma substituição de Guedes poderia ser ainda pior.

Já se dá como certo que algum imposto virá, mas a maior expectativa é de que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de longe, o melhor interlocutor do mercado financeiro em Brasília, seja capaz de aprovar as reformas tributária e administrativa para dar alguma sustentação fiscal ao governo.

Na visão desse investidor, o que tem acalmado seus pares é a conjuntura de relativa calma no mercado, com muita liquidez no mundo inteiro e um cenário inédito de bolsa e dólar em alta concomitante. Enquanto perdurar esta conjuntura, Paulo Guedes não voltará a integrar o “time dos sonhos” do mercado, mas pode se manter como símbolo da conjuntura “melhor deixar como está”.



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Contribuição sobre transações será neutra

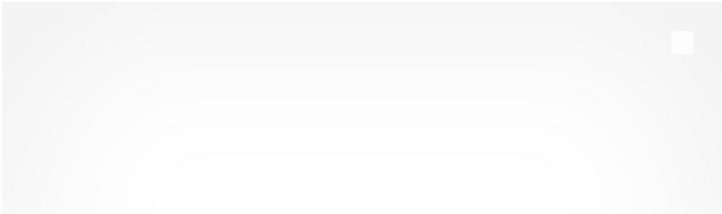
Apesar de uma história de oposição à CPMF, Bolsonaro se rendeu aos argumentos de Guedes

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A partir da premissa de que não haverá aumento da carga tributária, o presidente Jair Bolsonaro vai apoiar a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de criar a Contribuição sobre Transações com uma alíquota de 0,2%. Prima-irmã da CPMF ("imposto sobre o cheque") a contribuição sobre transações pretende, portanto, ser neutra do ponto de vista da carga e ter uma base mais ampla ao incluir todas as transações digitais no seu escopo.

A expectativa é que a contribuição arrecade para os cofres públicos cerca de R\$ 120 bilhões ao ano. Com esse dinheiro em mãos o governo pretende desonerar parte da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento da empresas, estabelecida uma faixa de renda que pode ser algo entre dois e três salários mínimos.

Há muito onde cortar gastos, mas é preciso disposição



É parte dos planos do Ministério da Economia, corrigir a tabela do Imposto de Renda e ajudar no financiamento de novos programas como o de renda mínima e o da Carteira Verde-Amarela (contrato de trabalho isento do pagamento de vários impostos). Consta das intenções do Executivo, ainda, reduzir o Imposto de Renda pago pelas empresas de 34%, em média, para a casa dos 20%.

Mas neste caso a compensação será feita com a tributação sobre os dividendos.

A renda mínima, até agora chamada de Renda Brasil, deve ser criada a tempo de substituir o auxílio emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais, um socorro para o enfrentamento até setembro da pandemia. A renda permanente será inferior ao valor do auxílio.

Estudos feitos por técnicos oficiais mostram que os orçamentos do Bolsa Família (R\$ 30 bilhões), do abono salarial (R\$ 18 bilhões) e do seguro-desemprego (R\$ 3 bilhões), que somam R\$ 51 bilhões, daria para atender 57,3 milhões de beneficiários com um valor médio de cerca de R\$ 232. O governo gostaria de propor algo mais próximo de R\$ 300.

Na elaboração do projeto de lei do Orçamento para 2021, que será entregue ao Congresso até o dia 31 de agosto, os técnicos esmiúçam as despesas em busca de onde cortar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões para garantir o cumprimento da lei do teto de gasto (que permite que a despesa seja corrigida só pela inflação de um ano para o outro).

Onde cortar há e muito, e não é só nas centenas de bilhões de reais de benefícios fiscais. O problema é a disposição para enfrentar os lobbies cujo poder de pressão tem sido descomunal. É mais do que sabido que as universidades públicas beneficiam os estudantes mais ricos, mas quem vai se arvorar a defender o ensino pago para quem pode pagar? Ou qual a razão para que funcionários de tribunais e do Ministério Público, que recebem salários de R\$ 30 mil tenham, ainda, mais de R\$

1 mil por mês em auxílio-refeição, além de ser frequente a distribuição de verbas indenizatórias? O que justifica o advogado da Advocacia-Geral da União ou um procurador da Fazenda Nacional ter direito a um percentual das causas ganhas? Ou, ainda, os fiscais da Receita Federal receberem bônus de desempenho?

A resposta é simples: As corporações se apropriaram do Estado brasileiro. O que fazer? Para corrigir as tremendas injustiças que maculam o setor público é preciso fazer uma reforma administrativa ampla e irrestrita, que abarque os três Poderes: o Executivo, o Legislativo e sobretudo o Judiciário, que é onde se acumulam mais privilégios. O governo, que está tateando em busca de uma base de apoio político, jogou o tema da reforma do Estado para 2021.

Nenhum desses exemplos renderia, por si só, os bilhões necessários de corte de gastos. Mas ao encolher os privilégios dentro de casa fica mais fácil para o governo cobrar impostos dos verdadeiramente ricos.

Aliás, uma das funções da lei do teto deveria ser dar impulso às discussões públicas sobre onde o governo gasta, para quem e por quê, em vez de ficar nesse vai e vem entre arrombar ou obedecer o teto.

Não basta dizer que a folha de salários da União é a segunda maior despesa do Orçamento. É necessário avançar no debate e mostrar as razões pelas quais a soma da Previdência mais salários consomem 80% do gasto anual, enquanto que na média dos países da OCDE os dois itens respondem por 60% do gasto.

A vantagem de expor a real situação da despesa é ganhar o apoio da opinião pública e foi isso que ajudou o governo e o Congresso a terem algum sucesso na reforma da Previdência.

Há grande expectativa de que o ministro da Economia defina a trajetória do endividamento do setor público e, com ela, as metas para o desempenho das contas primárias e nominais nos próximos anos. O déficit primário deve atingir, este ano, o recorde histórico de 11,3% do PIB, segundo informou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, ontem, durante reunião da comissão do Congresso que acompanha as medidas de enfrentamento da covid-19. Esse prognóstico

pressupõe uma contração de 4,7% do PIB. A dívida bruta do setor público, no caso, sobe para insustentáveis 94,7% do PIB. Para 2021, a proposta do orçamento dirá qual é o objetivo do governo para as contas públicas. Como parece claro, a âncora fiscal hoje é o teto do gasto, e não mais a meta para o resultado primário.

Bolsonaro, segundo relato de fontes oficiais, teve que se render aos argumentos de Guedes apesar de ter pautado sua vida política contra a cobrança da CPMF.

Em comentário junto a apoiadores que o visitavam no Palácio da Alvorada, no dia 18, ele disse que a proposta do ministro da Economia visa desonerar a folha de salário das empresas e que, portanto, não guarda semelhança com o velho “imposto sobre o cheque”.

Itaú

Para quem cobra uma performance do Itaú nos empréstimos do Pronampe (Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Candido Bracher tem as informações prontas: em 24 horas úteis o banco fechou contratos de R\$ 3,7 bilhões para 37 mil empresas. A contratação foi totalmente remota, mediante aplicativo do banco. Com isso os valores do Fundo Garantidor de Operações (FGO) destinados ao Itaú se esgotaram. Só haverá novos empréstimos quando e se o governo definir um novo aporte do fundo.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300

SANTANDER

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Déficit primário deve ficar em R\$ 812 bi no ano, estima governo

A previsão considera uma retração da economia de 4,7% em 2020

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Déficit nas alturas

Previsões do Ministério da Economia para a economia em 2020

Produto Interno Bruto (PIB)	-4,70%
Déficit primário do governo central	R\$ 787,4 bi (11% do PIB)
Déficit primário do setor público	R\$ 812,2 bi (11,3% do PIB)
Dívida bruta do governo geral	94,7% do PIB
Dívida líquida do setor público	67,2% do PIB

Fonte: Ministério da Economia

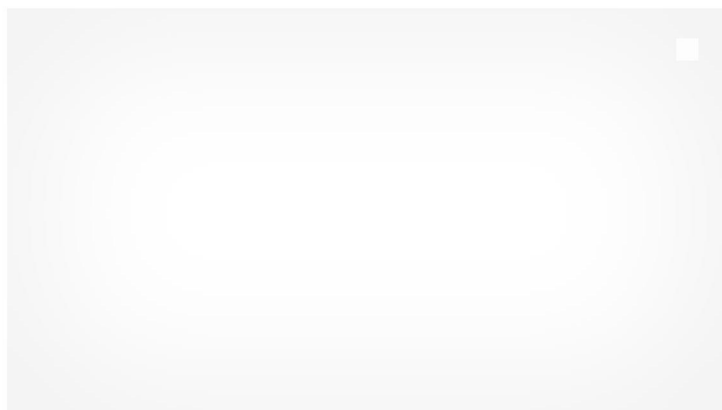
O Ministério da Economia espera que o déficit primário do setor público fique em R\$ 812,2 bilhões neste ano, o que representaria 11,3% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão, que considera uma retração da economia de 4,7%, conforme estimado pela pasta, representa uma melhora em relação à apresentada no início do mês, quando o governo falava em um número negativo em R\$ 828,6 bilhões, ou 12% do PIB, a partir de uma estimativa de queda do PIB de 6,5%.

Os números foram apresentados ontem pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, na comissão do Congresso destinada a acompanhar as medidas de enfrentamento à covid-19. “É um número muito elevado. O maior da série

histórica”, disse ele, acrescentando que o aumento dos gastos é “justificável”, devido à pandemia, mas deve ficar restrito a 2020.

Para Waldery, a economia brasileira não apresentará queda tão intensa, de 8% ou 9% neste ano, como alguns economistas previam. O secretário frisou que diversos indicadores vêm indicando recuperação da atividade e essas previsões, mais pessimistas, “terão que ser corrigidas”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Para o governo central, a projeção está negativa em R\$ 787,4 (11% do PIB), como divulgado na semana passada. O governo trabalhava com uma meta de déficit primário de R\$ 124 bilhões em 2020, mas ficou desobrigado de cumpri-la pela decretação do estado de calamidade pública.

A dívida bruta do governo geral deve chegar a 94,7% do PIB em 2020, considerando uma queda de 4,7% da economia. O ministério apresentou ainda outras quatro projeções, duas mais otimistas e duas mais pessimistas, nas quais o percentual pode variar de 92,4% a 96,9% do PIB. No cenário-base, o governo espera ainda que a dívida líquida do setor público fique em 67,2% do PIB.

Na apresentação, Waldery destacou que haverá um salto na dívida neste ano, mas que o objetivo da equipe é recolocá-la em trajetória declinante, com ênfase na agenda de reformas. Ele pontuou ainda que as estimativas não consideram possíveis ações do Banco Central (BC), como a venda de reservas internacionais, que podem melhorar o resultado.

O impacto das medidas econômicas de enfrentamento à covid-19 está em R\$ 526 bilhões. No balanço do início de julho, o valor era de R\$ 521,3 bilhões. O efeito sobre as despesas está em R\$ 505,4 bilhões, com ênfase para o auxílio emergencial, que tem custo de R\$ 254,2 bilhões em cinco meses. Já pelo lado das receitas, as perdas estão estimadas em R\$ 20,6 bilhões.

Questionado por congressistas sobre a efetiva execução dos programas de combate à pandemia, Waldery disse que parte da execução “tem seu tempo” e que 56% do total autorizado já foi pago. Segundo ele, R\$ 226,1 bilhões ainda precisam ser quitados.

Desses, R\$ 86,6 bilhões se referem ao auxílio emergencial, e outros R\$ 33,7 bilhões, ao benefício pago a quem teve redução de jornada e salário ou suspensão de contrato. Ambos os programas devem, segundo ele, ter uma “forte execução”. “Nem todos os programas precisam chegar a 100% do seu uso. Eles têm que ser efetivos”, acrescentou.

O secretário fez uma ampla defesa da continuidade da agenda de reformas e da manutenção do teto de gastos. De acordo com ele, o teto é o “ponto de partida” de todas as discussões da equipe econômica e o governo não implementará nenhuma medida que tente “escapar” da regra.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

Empresa gasta 34 mil horas por ano com burocracia tributária

Pesquisa feita pela Deloitte mostra preocupações dos contribuintes com reforma

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



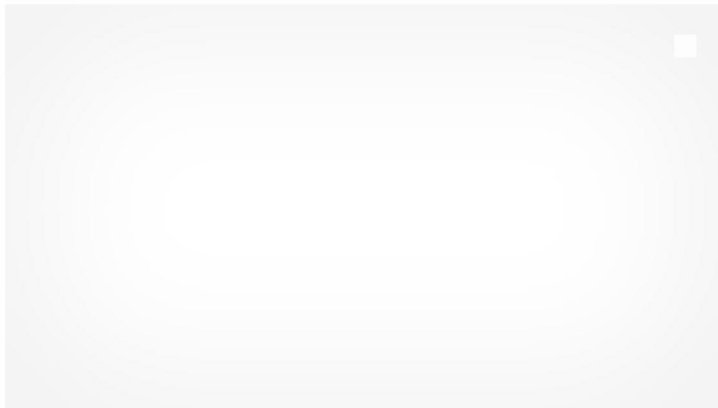
Gustavo Rotta: uma mesma informação tem de ser reportada em obrigações acessórias diferentes, gerando um alto custo — Foto: Divulgação

A burocracia tributária consome muito tempo e dinheiro dos contribuintes. Uma empresa pode gastar até 34 mil horas no ano para apurar e pagar tributos, preencher e entregar obrigações acessórias e acompanhar fiscalizações. Essa foi a conta informada por grandes companhias, com faturamento de mais de R\$ 7 bilhões, à pesquisa Tax do Amanhã, que será apresentada hoje pela Deloitte.

O estudo, inédito, considera os diversos profissionais que atuam na área fiscal e contábil das empresas. Se tratado de forma absoluta, levando em conta uma única pessoa, seriam necessários quase quatro anos para dar conta de todo o trabalho.

Esse cálculo varia conforme o porte, o setor de atuação (que pode ter mais ou menos regulamentações), a estrutura da área tributária da empresa e a quantidade de Estados em que ela opera. Quanto maior o porte e mais abrangente a atuação, mais complexa será a gestão e, conseqüentemente, será necessário mais tempo para realizar o trabalho.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Empresas com receita líquida média de R\$ 45 milhões ao ano, por exemplo, gastam 2.960 horas com gestão tributária, segundo a pesquisa. Já as que faturam R\$ 240 milhões, contabilizam 4.530 horas e aquelas com receita média de R\$ 1 bilhão ao ano, 8.948 horas.

Não é à toa que as companhias tratam a “simplificação de tributos” como prioridade ao falar de reforma tributária. O estudo da Deloitte mostra que os empresários se preocupam com os custos e a necessidade de diminuir a burocracia - as obrigações acessórias fazem parte desse pacote.

“Hoje, uma mesma informação tem de ser reportada em obrigações acessórias diferentes. Isso faz parte da estratégia do Fisco para garantir consistência em alguns casos e facilitar a fiscalização. Mas, por outro lado, esse excesso gera um custo alto para o contribuinte. Ele precisa fazer a mesma coisa várias vezes e têm mais chances de errar”, diz Gustavo Rotta, sócio de tax technology, innovation e business tax da Deloitte.

Além de tempo e dinheiro para vencer a burocracia, há um custo adicional - e pesado - se a empresa prestar informações erradas ao Fisco. Em alguns casos, a multa aplicada pode chegar a 50% do valor da operação - como uma simples movimentação de mercadoria de um estabelecimento para outro, sem emissão de documento fiscal.

Quando as informações foram coletadas para a pesquisa, o governo federal não havia ainda encaminhado ao Congresso a primeira etapa da sua proposta de reforma tributária - o que ocorreu no dia 21. Esse projeto prevê unificar PIS e Cofins. Os dois tributos se transformariam em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

As empresas enviaram as suas respostas entre os meses de dezembro e fevereiro à Deloitte. Para 71%, o modelo ideal de reforma tributária seria um imposto do tipo “valor agregado” (IVA), consolidando PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, enquanto que 29% afirmaram preferir dois IVAs, um federal e o outro de competência de Estados e municípios.

O estudo teve a participação de 159 empresas de todas as regiões do país e setores diferentes: agronegócio, alimentos e bebidas, comércio, infraestrutura, manufatura, veículos, peças e equipamentos, serviços, TI e Telecom.

Essas empresas mostraram, por meio da pesquisa, que se preocupam com os custos que podem ter no período de transição da reforma tributária. “Porque os sistemas vão mudar e os contribuintes terão que se adaptar. Será preciso investir”, frisa Gustavo Rotta.

Um estudo feito pela ROIT, empresa de contabilidade e tecnologia, revela que as companhias brasileiras gastam cerca de R\$ 160 bilhões por ano com serviços de contabilidade e segundo Lucas Ribeiro, sócio da empresa, esse valor pode

aumentar, e muito, no período de transição. Ele projeta mais de R\$ 500 bilhões. “Estamos falando de 7% a 8% do PIB só de gastos em gestão tributária”, afirma.

Esses valores foram calculados com base na quantidade de empresas que existe no país e quanto elas pagam, em média, pelos serviços de contabilidade. A projeção de meio trilhão de reais leva em conta a mudança que haveria a partir da proposta do governo federal, na última semana, de criar a CBS.

A nova sistemática permitiria aos contribuintes tomarem crédito sobre produtos e serviços que adquirem. Mas a alíquota sugerida pelo governo é bem mais alta do que a atual: 12%.

“Haverá uma mudança operacional drástica para quem está no lucro presumido”, diz Lucas Ribeiro. “Essas empresas pagam 3,65% de PIS e Cofins sobre a receita. Não há preocupação em contabilizar o que entra porque, hoje, não existe nenhum efeito fiscal sobre isso. Com a CBS, muda. O contribuinte vai ter direito a crédito sobre o que adquire, o que significa que ele vai ter que começar a lançar tudo o que fez no mês anterior, exatamente como no regime do lucro real.”

O sócio da ROIT diz que também haveria aumento de gastos para operacionalizar o que propõe outros projetos. Ele cita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da Câmara, que unifica PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, e a PEC 110, do Senado, que concentra todos esses mais CSLL, IOF, salário-educação e Cide-Combustíveis. A diferença, frisa, é que o período de transição previsto nas PECs é de dez anos, enquanto que o projeto da CBS entraria em vigor seis meses depois de sua aprovação.

“Como as empresas vão adaptar os seus sistemas com um período de transição tão curto? Precisaríamos alterar o sistema de emissão de notas e de apuração de crédito. Teriam que se organizar internamente, entender a dinâmica de mercado, reprecificar tudo. Além de custar caro, não dá tempo”, afirma Ribeiro.

Desde que foi apresentada pelo governo, a CBS têm sido criticada por parte do mercado. Especialmente pelos prestadores de serviços, que não conseguiriam aproveitar muitos créditos porque têm como principal gasto a mão de obra - que

não está contemplada na proposta. Os que estão no lucro presumido (com faturamento anual de até R\$ 78 milhões) teriam, então, um aumento muito grande na alíquota - dos atuais 3,65% para 12% -, e, para eles, não haveria contrapartida.

A equipe econômica pretende entregar até o dia 15 de agosto o restante da sua proposta de reforma tributária. O plano inicial era apresentá-la em fatias, ao longo do segundo semestre de 2020, mas o planejamento está sendo acelerado porque ficou claro para o governo que as resistências do setor de serviços à CBS só poderão ser contornadas com a desoneração da folha.

Além de propostas para desonerar a folha, a equipe do ministro Paulo Guedes deve apresentar em agosto projeto para a criação do novo tributo sobre pagamentos, a reforma do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

Indústria nacional amarga 30º lugar entre 43 grandes economias na pandemia

Com Europa dando sinais de controle da covid-19, país deve cair ainda mais no ranking

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Indústria no mundo

Brasil fica entre os piores desempenhos de 2020

■ Variação da produção de jan-mai/2020 x jan-mai/2019 - Em %

Ranking	País	Var. %	Ranking	País	Var. %
1º	Noruega	4,4	23º	Polônia	-7,9
2º	Malta	3,8	24º	EUA	-8
3º	Montenegro	3,5	25º	Bosnia Herzegovina	-8,5
4º	Irlanda	2,4	26º	Estônia	-9,7
5º	Bélgica	0,9	27º	Eslovênia	-10
6º	Coréia do Sul	0,7	28º	Chipre	-10
7º	Chile	-0,4	29º	Japão	-10,1
8º	China	-1,3	30º	Brasil	-10,7
9º	Finlândia	-1,7	31º	Reino Unido	-11,1
10º	Rússia	-2,7	32º	Portugal	-11,7
11º	Sérvia	-3,8	33º	Macedônia	-13,7
12º	Grécia	-4	34º	Hungria	-14
13º	Holanda	-4,1	35º	Rep. Tcheca	-14,4
14º	Letônia	-4,2	36º	Alemanha	-14,7
15º	Lituânia	-5,5	37º	África do Sul	-15
16º	Suécia	-5,6	38º	Espanha	-15,4
17º	Canadá	-6,1			

18º	Dinamarca	-6,2	39º	França	-16,2
19º	Croácia	-7,4	40º	Romênia	-17,2
20º	Bulgária	-7,6	41º	Luxemburgo	-17,9
21º	Áustria	-7,6	42º	Itália	-19,1
22º	Turquia	-7,7	43º	Eslováquia	-19,5

Fonte: Iedi

Com perdas recordes de produção na pandemia, a indústria brasileira ocupa apenas a 30ª posição de uma lista com o desempenho do setor em 43 países neste ano até maio, na frente, basicamente, de países europeus, mostra levantamento pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

A produção da indústria nacional recuou 10,7% de janeiro a maio deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, na série com ajuste sazonal. O desempenho ficou aquém, no mesmo período, da média da indústria mundial (-7,4%). Também é pior do que a média registrada pelos países emergentes (-5,5%).

Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi, diz que países menores e com indústrias mais especializadas, aparentemente, saíram-se melhores até aqui. É o caso de Malta (3,8%), Montenegro (3,5%) e Irlanda (2,4%), por exemplo. Fábricas da Bélgica produziram mais 0,9% de janeiro a maio deste ano.

Entre esses países também estão dois que se tornaram referências no controle da pandemia: a Noruega (alta de 4,4%) e a Coreia do Sul (+0,7%). O país escandinavo fechou escolas, baniu grandes eventos e confinou viajantes em meados de março. A Coreia do Sul realizou diagnósticos em massa de covid-19.

“A gravidade da crise sanitária e a efetividade das respostas dos governos para fortalecer os sistemas de saúde são fatores importantes para explicar as diferenças de resultados entre países”, resumiu o economista-chefe do Iedi, autor do levantamento.

A indústria chinesa permanece em terreno negativo no acumulado deste ano, com queda de 1,3% da produção. O gigante asiático tem conseguido, porém, atenuar as perdas. Berço da pandemia, o país freou o avanço da doença em março, após adotar rigorosas quarentena nas localidades mais afetadas.

Mas a regra foi de fortes perdas da produção nas fábricas pelo mundo. Dos 43 países levantados pelo Iedi, 86% registraram redução da produção de bens industriais no ano, incluindo os segmentos de transformação e extrativo. Também do total, 40% dos países avaliados tiveram perdas acumuladas de dois dígitos.

No lado dos piores desempenho estão países como Itália (-19,5%), França (-16,2%) e Espanha (-15,4%). Na média, a perda dos países da zona do euro foi de 13,6% de janeiro a maio deste ano. Reino Unido (-11,1%) e Portugal (-11,7%) aparecem logo atrás do Brasil no ranking, em 31º e 32º lugares.

Para o Iedi, o Brasil tende a ser superado no ranking pelos países europeus, que começaram a flexibilizar o 'lockdown' após a queda do número de casos. No Brasil, que superou 90 mil mortes, os dados mostram que as mortes seguem estáveis em um platô - ou seja, em um patamar elevado de média de óbitos.

“No Brasil, com protocolos, se consegue resgatar algum nível de atividade. Para isso ter continuidade, é preciso controlar a pandemia e resgatar as condições de demanda e os empregos perdidos. É preciso recompor salários, a volta do mercado de crédito”, disse o economista-chefe do Iedi.

Dados do IBGE mostram que a indústria brasileira teve baixa recorde de 18,8% na produção em abril, após já ter reduzido em 9,2% a produção em março. Fábricas concederam férias coletivas e reduziram ou paralisaram a produção. Maio, porém, foi um mês de retomada parcial, com alta de 7% da produção.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sua barriga de chopp está com os seus dias contados. Confira!

DRENEFORT

Reforma do PIS/Cofins pode gerar até 373 mil empregos, calcula SPE

Em equilíbrio, pode ocorrer de cada brasileiro ter um aumento de até R\$ 345 no seu bolso em decorrência do aumento do PIB per capita por influência direta da reforma tributária, estima Secretaria de Política Econômica

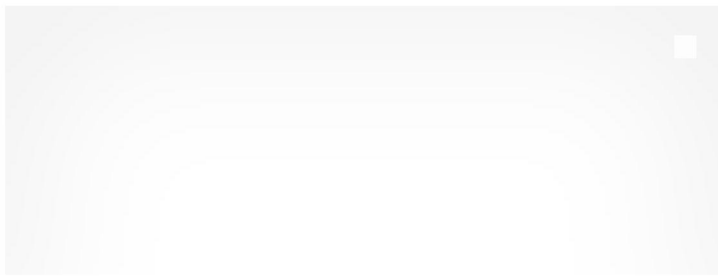
Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A reforma do PIS/Cofins, com criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pode elevar a renda per capita em até R\$ 345 e gerar até 373 mil novos empregos, disse ao **Valor** o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

“Em equilíbrio, pode ocorrer de cada brasileiro ter um aumento de até R\$ 345 no seu bolso em decorrência do aumento do PIB per capita por influência direta da reforma tributária enviada ao Congresso Nacional pelo governo”, informou. “Além disso, o impacto agregado no emprego é sempre positivo, de tal forma que a reforma pode gerar até 373 mil novos empregos.”

Esses são resultados de estudos elaborados por sua equipe que constam de uma nota técnica intitulada “Misallocation e Reforma Tributária: Estimativas do Impacto da Proposta de Criação da CBS” e na nota informativa “Desburocratizando o sistema tributário”.



De acordo com a nota, esses ganhos são decorrentes de dois efeitos: a queda na variância das alíquotas do PIS/Cofins dentro dos setores e redução do custo de conformidade.

“É importante destacar que consideramos aqui apenas dois efeitos resultantes da reforma: mudanças de alíquotas e redução nos custos de conformidade”, diz a nota. “Os efeitos podem ser ainda maiores se considerarmos os ganhos advindos da redução de outras distorções econômicas associadas aos impostos, como efeitos nas cadeias produtivas e decisões de estrutura de negócios.”

Os cálculos da SPE usam como base um estudo de 2017 que mostra o ganho potencial de produto na indústria de transformação caso o capital e o trabalho pudessem ser realocados buscando a máxima eficiência. Esse estudo aponta que a baixa produtividade da economia brasileira é explicada majoritariamente pela má alocação de insumos entre empresas do mesmo setor. Uma explicação para isso é a diferença de alíquotas do PIS/Cofins.

De acordo com a nota da SPE, o desvio padrão das alíquotas desse tributo chega perto de 9% na agricultura, 7% indústria alimentícia e 3% indústria automotiva, por exemplo. A proposta do governo busca uniformizar a tributação.

O estudo da SPE considera um custo de conformidade (para cumprir as exigências da Receita) de 3%. E simula o efeito caso seja possível reduzi-lo a 1,5%.

No cenário básico, com custo de conformidade de 3%, a aprovação da CBS elevaria a produtividade total dos fatores em 0,2 ponto percentual e a renda per capita, em 0,5 ponto percentual, ambos no longo prazo. Nesse cenário, o acréscimo de renda seria de R\$ 173 e a geração de novas vagas poderia chegar a 142.000.

São Paulo nega crédito de ICMS sobre álcool em gel e máscaras

Em consulta feita por empresa do setor automotivo, Fazenda afirma que direito a benefício só em 2033

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

31/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



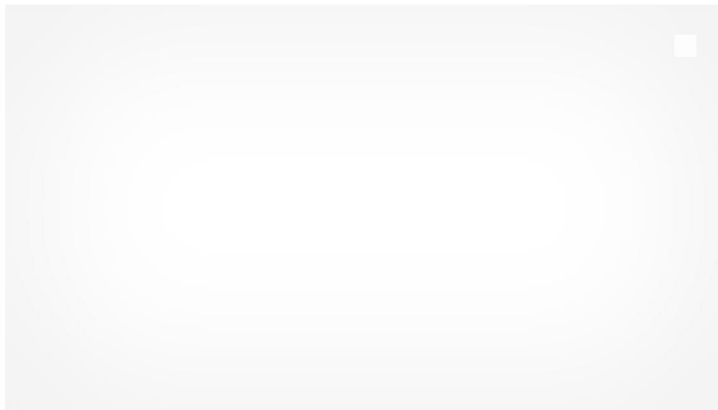
Advogado Eduardo Salusse: STJ entende, desde 2013, que a Lei Kandir ampliou as hipóteses de uso dos créditos — Foto: Luis Ushirobira/Valor

Custos das empresas com máscaras, luvas e álcool em gel para proteger os trabalhadores da covid-19 somente poderão gerar créditos de ICMS, no Estado de São Paulo, a partir de janeiro de 2033. A resposta foi dada a uma empresa do setor automotivo, mas serve de orientação para os demais contribuintes paulistas.

Em razão da pandemia, a fabricante passou a importar os produtos de uso obrigatório, por determinação das autoridades sanitárias. Mas de acordo com a Resposta à Consulta nº 21939/2020, “máscaras de proteção, luvas de borracha vulcanizada e álcool em gel não correspondem ao conceito de insumos de que trata a Decisão Normativa CAT-1/2001”.

Desde 2001, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo entende que somente os materiais que integram os produtos resultantes do processo fabril, ou nele se consomem, podem ser considerados insumos. Para o órgão, esses produtos são de “uso ou consumo” do próprio estabelecimento. Por isso, com base no artigo 33 da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 1996), o contribuinte só teria o direito ao crédito do ICMS a partir de 1º de janeiro de 2033.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Porém, o advogado Eduardo Salusse, sócio do Salusse Marangoni Advogados, entende que a Fazenda Estadual restringe indevidamente esse direito. “É fato que sem máscaras, luvas e álcool em gel as empresas sequer poderiam retomar as suas atividades durante a pandemia. Nessas condições, parece que adquirem o critério de essencialidade na atividade econômica”, afirma.

Salusse lembra que, desde 2013, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a Lei Kandir ampliou as hipóteses de uso dos créditos, condicionando o aproveitamento relativo à aquisição de produtos intermediários apenas à comprovação de que são utilizados para as atividades que constituem o objeto social do estabelecimento (REsp nº 142.263). “A Decisão Normativa CAT 1/2001 é antiquada e desvirtua da orientação jurisprudencial posterior à sua edição. Deveria ser revista, pois os fiscais são a ela vinculados e ficam de mãos atadas.”

O direito a crédito de ICMS se justifica, segundo o tributarista Fabio Calcini, do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, porque assim como a Lei federal nº 13.979/2020 impôs medidas para o enfrentamento da calamidade pública decorrente do coronavírus, Estados e municípios também editaram atos que também impõem, a depender da atividade e localidade, diversos procedimentos, entre eles o uso de máscaras e álcool em gel.

Contudo, em matéria de créditos de PIS e Cofins, Calcini destaca que os critérios são mais abrangentes. “Há precedentes que reconhecem o direito ao crédito de PIS e Cofins dos custos com equipamentos de proteção individual, por considerá-los essenciais, conforme pareceres da PGFN e da Receita Federal”, diz.

Justamente porque têm aproveitado créditos de PIS e Cofins, muitas empresas têm consultado a Athros Auditoria e Consultoria sobre o ICMS. “Orientamos que as chances de crédito do imposto estadual são reduzidas”, afirma Douglas Campanini. “Algumas empresas são obrigadas a fornecer equipamentos para que o trabalhador possa manusear as matérias-primas. Mas ainda que necessários para o processo de produção, o Estado não é amigável na concessão do crédito.”

Mesmo no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo a jurisprudência é desfavorável. Em uma decisão de 2010, créditos por custos de equipamentos para a fundição de metais em altas temperaturas foram negados a uma metalúrgica (processo nº 05-3610142004).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS